



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

JESSICA EMANUELLE RAMOS DA SILVA

**“A CARNE MAIS BARATA DO MERCADO É A CARNE NEGRA”:
ESPACIALIZAÇÃO DO RACISMO EM MACEIÓ/AL E SUAS IMPLICAÇÕES NA
CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA DOS(AS) DISCENTES DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**

Maceió/AL

2026

JESSICA EMANUELLE RAMOS DA SILVA

**“A CARNE MAIS BARATA DO MERCADO É A CARNE NEGRA”:
ESPACIALIZAÇÃO DO RACISMO EM MACEIÓ/AL E SUAS IMPLICAÇÕES NA
CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA DOS(AS) DISCENTES DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia - Área de Concentração: Organização Socioespacial e Dinâmicas Territoriais do Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Alagoas.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Francineila Pinheiro dos Santos

Maceió/AL

2026

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

- S586c Silva, Jessica Emanuelle Ramos da.
“A carne mais barata do mercado é a carne negra” : espacialização do racismo em Maceió/AL e suas implicações na construção da identidade negra dos(as) discentes da Universidade Federal de Alagoas / Jessica Emanuelle Ramos da Silva. – 2026.
142 f. : il. color.
- Orientadora: Maria Francineila Pinheiro dos Santos.
Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente. Maceió, 2026.
- Bibliografia: f. 124-134.
Apêndices: f. 135-140.
Anexos: f. 141-142.
1. Racismo estrutural. 2. Formação socioespacial. 3. Desigualdade racial - Maceió (AL). I. Título.
- CDU: 911.3:323.14(813.5)

Folha de Aprovação

JESSICA EMANUELLE RAMOS DA SILVA

“A CARNE MAIS BARATA DO MERCADO É A CARNE NEGRA”: espacialização do racismo em Maceió/AL e suas implicações na construção da identidade negra dos(as) discentes da Universidade Federal de Alagoas

Trabalho de Dissertação submetido à banca examinadora do curso de Pós-Graduação em Geografia – Área de Concentração: Organização Socioespacial e Dinâmicas Territoriais do Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Alagoas. Aprovada em 05 de março de 2026.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Francineila Pinheiro dos Santos
Universidade Federal de Alagoas – UFAL

Banca examinadora:

1º Examinadora (Interno): Profa. Dra. Gilcileide Rodrigues da Silva
Universidade Federal de Alagoas – UFAL

2º Examinadora (Externo): Profa. Dra. Tereza Sandra Loiola Vasconcelos
Universidade Estadual do Ceará – UECE

1º Suplente (Interno): Prof. Dr. Avelar Araújo Santos Junior
Universidade Federal de Alagoas – UFAL

2º Suplente (Externo): Prof. Dr. Raimundo Lenilde de Araújo
Universidade Federal do Piauí – UFPI

Dedico este trabalho ao Senhor do Bonfim, e aos meus familiares e amigos(as) que, caminharam ao meu lado e seguraram a minha mão até o fim deste ciclo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me permitir concluir mais uma fase da minha jornada acadêmica e profissional, mesmo em um momento tão desafiador da minha trajetória pessoal, como diz uma canção que me acompanhou durante o processo de escrita: *“Verás um caminho difícil demais, verás tempestades que te assustarão, mas quando o sonho é de Deus, ninguém destruirá, se ele prometeu, também cumprirá”*.

Sou profundamente grata aos meus pais, Silvana Ramos da Silva e Silvio Bezerra da Silva, e a minha irmã, Maria Eduarda Ramos da Silva, que sempre abraçaram minhas potencialidades e os meus sonhos. Tudo que eu faço é por eles e para eles. Agradeço também a minha família maior, a família Ramos, que recarregou minhas energias com momentos de alegrias e descontração mesmo sem perceber.

Agradeço de maneira especial minha orientadora, Profa. Dra. Maria Francineila, que acreditou em mim, incentivou-me e ofereceu contribuições significativas para concretização desse sonho coletivo. Às minhas amigas e aos meus colegas de mestrado, minha eterna gratidão pela paciência, pelo carinho e incentivo, preenchendo meus dias com luz e boas energias.

Aos(Às) participantes da pesquisa, que confiaram em mim e dedicaram tempo e coragem para compartilhar momentos de dores e alegrias, transformando o Laboratório de Educação Geográfico de Alagoas (LEGAL) em um verdadeiro espaço de aquilombamento.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL) pelo apoio financeiro, por meio da concessão de bolsa de mestrado, imprescindível para o desenvolvimento desta pesquisa e para a minha formação acadêmica.

Concluo esse ciclo com alegria, firmeza e resistência na luta contra o racismo, e com a esperança de um dia ver negros(as) vivendo plenamente em um novo Quilombo.

Epígrafe

“Minha voz uso para dizer o que se cala” (Germano, 2018).

RESUMO

O racismo é um fenômeno sistêmico e estrutural, consolidado historicamente e socialmente durante a colonização do território brasileiro pelos europeus. Ao longo do tempo, se manifestou de forma multifacetada, estruturando as relações humanas em diferentes níveis e se articulando com outras formas de poder. Os casos de racismo têm se intensificado e ganhado maior visibilidade na sociedade brasileira, o que antes se apresentava de forma velada, agora passa a ser evidenciado de forma explícita em todas as esferas da sociedade, como nos setores econômicos, políticos e culturais. Diante desse contexto, esta pesquisa teve como objetivo investigar a espacialização do racismo na cidade de Maceió/AL, a partir das experiências vivenciadas pelos(as) discentes negros(as) do curso de Geografia do Campus A.C. Simões da Universidade Federal de Alagoas, analisando as implicações dessas experiências na construção de suas identidades negras. Parto do pressuposto que o racismo exerce um papel estruturante na formação socioespacial, e à medida que se materializa no espaço geográfico, resulta na segregação da população negra, impactando diretamente na qualidade de vida e intensificando as desigualdades socioespaciais e raciais. A cidade de Maceió/AL é compreendida como um território racializado que reflete e reproduz suas estruturas racistas por meio da violação de direitos da população negra, expressa na violência letal contra jovens negros e periféricos, nas desigualdades educacionais, nas disparidades de renda e na ausência de serviços essenciais para essa população. Este estudo foi consubstanciado em uma abordagem metodológica qualitativa, cujo os procedimentos metodológicos adotados incluíram levantamento bibliográfico, trabalho de campo, observação sistemática, roda de conversa, aplicação de questionário e triangulação de dados. Como aportes teóricos destacam-se: Moore (2011), Munanga (2003), Santos (2011), Gonzalez (2020), Nascimento (1978), Gomes (2005), Saquet (2009), entre outros(as) autores(as) que dialogam sobre os conceitos de espaço, racismo, território e identidade negra. Os resultados evidenciaram que os(as) participantes vivenciaram situações racistas em diferentes bairros e instituições públicas e privadas de Maceió/AL, manifestadas na violência policial racializada, no racismo religioso, estético e epistêmico, afetando diretamente o processo de construção de suas identidades negras. Portanto, este estudo contribui para o entendimento das desigualdades raciais e o papel estruturante do racismo na produção do espaço geográfico, além de valorizar práticas de aquilombamento, autocuidado, a afirmação das identidades negras e a reivindicação dos direitos dos grupos historicamente marginalizados. Fomentar discussões críticas voltadas para a construção de uma Geografia antirracista constitui um passo fundamental para a transformação social e desconstrução dos estereótipos e estigmas na sociedade.

Palavras-chave: Racismo estrutural; formação socioespacial; desigualdades raciais; Maceió/AL

ABSTRACT

Racism is a systemic and structural phenomenon, historically and socially consolidated during the colonization of Brazilian territory by Europeans. Over time, it has manifested in a multifaceted way, structuring human relations at different levels and articulating with other forms of power. Cases of racism have intensified and gained greater visibility in Brazilian society; what was previously presented in a veiled manner is now explicitly evidenced in all spheres of society, such as in the economic, political, and cultural sectors. In this context, this research aimed to investigate the spatialization of racism in the city of Maceió/AL, based on the experiences lived by Black students of the Geography course at the A.C. Simões Campus of the Federal University of Alagoas, analyzing the implications of these experiences in the construction of their Black identities. This study is based on the assumption that racism plays a structuring role in socio-spatial formation, and, as it materializes in geographic space, results in the segregation of the Black population, directly impacting quality of life and intensifying socio-spatial and racial inequalities. The city of Maceió/AL is understood as a racialized territory that reflects and reproduces racist structures through the violation of the rights of the Black population, expressed in lethal violence against Black and peripheral youth, in educational inequalities, income disparities, and the absence of essential services for this population. This study was grounded in a qualitative methodological approach, whose adopted procedures included bibliographic review, fieldwork, systematic observation, conversation circles, questionnaire application, and data triangulation. The main theoretical references include Moore (2011), Munanga (2003), Santos (2011), Gonzalez (2020), Nascimento (1978), Gomes (2005), and Saquet (2009), among other authors who discuss the concepts of space, racism, territory, and Black identity. The results showed that participants experienced racist situations in different neighborhoods and in public and private institutions in Maceió/AL, manifested in racialized police violence, religious, aesthetic, and epistemic racism, directly affecting the process of constructing their Black identities. Therefore, this study contributes to the understanding of racial inequalities and the structuring role of racism in the production of geographic space, as well as to the valorization of practices such as quilombamento, self-care, the affirmation of Black identities, and the claim for rights by historically marginalized groups. Fostering critical discussions aimed at the construction of an anti-racist Geography constitutes a fundamental step toward social transformation and the deconstruction of stereotypes and stigmas in society.

Keywords: Structural racism; socio-spatial formation; racial inequalities; Maceió/AL

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	- Etapas da pesquisa	21
Figura 2	- Mapa Político-Administrativo de Alagoas.....	59
Figura 3	- Faixada da Universidade Federal de Alagoas.....	85
Figura 4	- Nuvem de palavras produzida a partir dos relatos dos(as) participantes sobre as experiências de racismo em Maceió/AL.....	89

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	- Distribuição por cor ou raça, total e em favelas.....	49
Gráfico 2	- População por raça/cor em Maceió/AL.....	61
Gráfico 3	- Identidade de gênero dos(as) participantes da pesquisa.....	90
Gráfico 4	- Autodeclaração racial dos(as) participantes da pesquisa.....	90
Gráfico 5	- Percentual de discentes que relataram que o racismo impactou sua vida pessoal, emocional e acadêmica.....	99

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	- Etapas para realização da pesquisa bibliográfica	22
Quadro 2	- Características observadas nos(as) participantes da pesquisa	26
Quadro 3	- Metodologia de análise dos dados	27
Quadro 4	- Indicadores socioeconômicos e de violência por cor/raça.....	63
Quadro 5	- Rendimento médio real habitual do trabalho principal das pessoas de 14 ou mais de idade por cor/raça.....	66
Quadro 6	- Situações racistas vivenciadas por discentes negros(as) em diferentes territórios de Maceió/AL.....	93
Quadro 7	- Espaços de acolhimento identificados pelos(as) discentes após uma situação racista.....	101
Quadro 8	- Percepções dos(as) participantes sobre o enfrentamento do racismo no IGDEMA.....	105
Quadro 9	- Percepções dos(as) participantes sobre as medidas de enfrentamento ao racismo pela Prefeitura Municipal de Maceió e a Universidade Federal de Alagoas UFAL..	108
Quadro 10	- Percepções dos(as) participantes sobre a descoberta do ser negro(a).....	111
Quadro 11	- Formas de afirmação da identidade negra.....	115
Quadro 12	- Sonhos ou projetos de vida dos(as) participantes.....	117
Quadro 13	- Práticas de lazer e espaços de pertencimento.....	118

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AL	Alagoas
CECA	Campus de Engenharias e Ciências Agrárias
CNE	Conselho Nacional da Educação
CVLT	Crimes Violentos Letais e Intencionais
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFAL	Instituto Federal de Alagoas
IGDEMA	Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente
INEG/AL	Instituto Negro de Alagoas
LEGAL	Laboratório de Educação Geográfica de Alagoas
MEC	Ministério da Educação
NEABI	Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígena
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNEERQ	Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola
TEM	Teatro Experimental do Negro
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UNCISAL	Universidade Estadual de Alagoas
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFPI	Universidade Federal do Piauí

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
2 CAMINHOS METODÓLOGICOS	21
2.1 Análise e interpretação dos dados.....	26
3 RAÇA E RACISMO NA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA	28
3.1 Construção histórica da raça e do racismo: conceitos e permanências	29
3.2 Racismo “à Brasileira”: do silêncio a negação	42
4 FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DE ALAGOAS E AS MARCAS DO RACISMO..	52
4.1 Contextualização histórica do território alagoano e sua base escravocrata.....	53
4.2 Formação do espaço urbano de Maceió/AL e as desigualdades socioespaciais e raciais ..	60
5 EDUCAÇÃO, MOVIMENTO NEGRO E A (RE)CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE	69
5.1 Da dor a potência: a (re)construção da identidade negra no Brasil	69
5.2 Políticas Públicas e Ações afirmativas: o papel do Movimento Negro na (re)construção da identidade negra na UFAL	76
6 A REVERBERAÇÃO DO RACISMO NOS ESPAÇOS DA CIDADE DE MACEIÓ/AL E SUAS IMPLICAÇÕES NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA.....	88
7 PARA NÃO CONCLUIR	120
REFERÊNCIAS	124
APÊNDICES	135
ANEXOS	141

1 INTRODUÇÃO

O racismo é um fenômeno sistêmico e estrutural que se faz presente em todos os âmbitos da sociedade brasileira, podendo ser evidenciado nos setores econômicos, sociais, políticos e culturais (Almeida, 2018). À medida que se materializa no espaço geográfico gera impactos na vida da população negra, evidenciados pela ausência de oportunidades, disparidades salariais entre brancos e negros, a violação do direito de ir e vir, entre outras formas de violências que colocam em risco a vida dessa população.

Esse processo resulta na marginalização dos corpos negros, podendo gerar possíveis implicações na construção identitária, e no desenvolvimento das territorialidades desse grupo racial. O território brasileiro reflete e reproduz desigualdades históricas e raciais que permeiam a vida da população negra ao longo da história, como herança de um país marcado pela escravidão, o racismo, a exclusão e a insuficiência de políticas reparatórias amplas e estruturadas que possam contribuir de forma efetiva para o enfrentamento das desigualdades socioespaciais e raciais no país.

No caso de Alagoas, no Nordeste Brasileiro, a formação socioespacial está intrinsicamente ligada ao processo de colonização, caracterizado por disputas territoriais que resultaram no derramamento de sangue negro e indígena. Assim como nos demais estados brasileiros, os portugueses ao chegarem nas Alagoas se depararam com um contingente populacional de indígenas que resistiram ao processo de invasão (Carvalho, 2021). Neste sentido, a expansão colonial no estado é caracterizada pela expulsão dos indígenas, escravização dos africanos e pela doação das sesmarias para o estabelecimento dos engenhos, configurando as desigualdades socioespaciais e raciais presentes no estado (Carvalho, 2021).

Diante desse contexto, o estado alagoano teve uma economia consolidada pela monocultura canavieira, latifundiária e escravocrata (Carvalho, 2023). A cidade de Maceió/AL, por sua vez, desempenhou um papel central nesse processo, abrigando portos que receberam africanos(as) sequestrados(as) de diferentes países em sua maioria da etnia banto, especialmente provenientes dos países Angola, Congo e Moçambique para serem submetidos(as) ao processo de desumanização.

A presença negra no estado e na capital é muito forte. Desde o período colonial, o povo negro contribuiu significativamente para o desenvolvimento social, cultural, econômico, e intelectual do estado, resultando em saberes essenciais para construção de nossas identidades. Atualmente, mais de 60% da população maceioense se autodeclaram negra (IBGE, 2022b). No

entanto, as marcas de um processo histórico marcado pelo racismo, a escravidão e o patriarcado, continuam a produzir desigualdades socioespaciais e raciais, dificultando o processo de construção de suas identidades.

Neste contexto, a pesquisa teve como objetivo geral investigar como o racismo se espacializa na cidade de Maceió/AL a partir das experiências racistas vivenciadas pelos(as) discentes negros(as) do curso de Geografia do Campus A.C. Simões da Universidade Federal de Alagoas, analisando as implicações dessas experiências na construção de suas identidades negras. Nesse sentido, a respectiva pesquisa gira em torno do principal questionamento: Quais são os territórios da cidade de Maceió/AL nos quais os(as) discentes negros(as) do curso de Geografia do Campus A.C. Simões da Universidade Federal de Alagoas vivenciaram situações de racismo, e como essas experiências implicam na construção de suas identidades negras?

Ao contextualizar a problemática central da pesquisa, surgiram questionamentos que permitiram aprofundar a análise sobre a espacialização do racismo na cidade de Maceió/AL e seus impactos na construção da identidade negra. Os quais destacam-se: Como as categorias raça e racismo foram consolidadas historicamente, configurando aquilo que conhecemos como “racismo à brasileira”? De que maneira a formação socioespacial de Alagoas responde estruturalmente ao racismo? Como ocorre o processo de construção da identidade negra no Brasil, e no contexto universitário? E qual é o papel dos movimentos sociais na construção dessas identidades no espaço educacional?

O interesse em desenvolver esta pesquisa surge por duas razões principais. Primeiramente, enquanto pesquisadora, mulher negra e fruto das políticas de ações afirmativas, ingressei na universidade por meio das cotas raciais. Essa experiência resultou em estigmatização e subestimação, tornando-me alvo de julgamentos e estereótipos. As minhas vivências na cidade de Maceió/AL também foram atravessadas pelo racismo, fui perseguida em lojas, acusada de roubo, ridicularizada por minha aparência e submetida a diversas situações que marcaram a minha infância e a minha vida adulta.

Durante a minha trajetória acadêmica e pessoal, compreendi que meu corpo negro é marcado por histórias que, na maioria das vezes, o mundo não quer ouvir. Neste sentido, no espaço universitário, identifiquei a necessidade de direcionar a minha escrita para os povos historicamente marginalizados, cuja as necessidades são frequentemente negligenciadas tanto pelo poder público, quanto pela própria sociedade.

A partir dessas vivências, muitas vezes silenciadas, que nasceu este trabalho, com objetivo de dar voz aos(as) discentes negros(as) vítimas de racismo nos territórios da cidade Maceió/AL. Mais do que apresentar dados estáticos, busco ouvir as vítimas dessas violências

raciais que, mesmo diante do medo e de momentos marcados por dor e solidão, continuam resistindo às diversas situações de racismo presentes em nossa sociedade.

O segundo ponto, está relacionado ao aumento de casos de violência racial no país, tornando evidente a necessidade de estudos que possam subsidiar o desenvolvimento de políticas públicas efetivas que mudem o cenário atual. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2025), esses casos aumentaram 67% em um único ano, os quais 73,5% dos mortos eram negros, e 83,1% foram vítimas de intervenções policiais. Esses dados revelam a intensificação da violência racial, que resulta em um processo de segregação socioespacial e racial, afetando o uso dos espaços urbanos pela população negra e impactando diretamente na construção de suas identidades.

Diante desse cenário, é necessário compreender como o racismo se espacializa na cidade de Maceió/AL, considerando a cidade enquanto um território racializado, que contribui para a manutenção dos privilégios da branquitude (Bento, 2022) e para reprodução das desigualdades estruturais. Nesta pesquisa, o território é compreendido a partir da dimensão do vivido, espaço apropriado e (re)significado pelos sujeitos, como espaço de luta, resistência, do exercício da cidadania, onde os sujeitos sociais constroem suas identidades e territorialidades (Saquet, 2009). No entanto, por vezes, essas vivências cotidianas são marcadas por experiências racistas, e processos segregacionistas.

O uso do território está intrinsecamente ligado ao exercício da cidadania. Deste modo, a forma que os sujeitos estão usando os recursos disponíveis evidenciam se de fato estão usufruindo dos seus direitos como cidadão, como por exemplo, se conseguem garantir seu próprio sustento, sua moradia, direito ao lazer, a mobilidade, entre outros direitos básicos (Santos; Freitas; Porto, 2022).

Para a população negra o uso do território é limitado pelas desigualdades raciais e econômicas, e o acesso a determinados espaços da cidade e recursos essenciais para sua sobrevivência. O racismo estrutural e o modelo econômico vigente contribuem para violação dos corpos negros que transitam em diferentes territórios, que são marcados por violências físicas, e simbólicas, que geram impactos diretos no exercício da cidadania, na construção da identidade e das múltiplas territorialidades (Santos, 1999).

A pesquisa é empírica e exploratória, com abordagem metodológica qualitativa. Como procedimentos metodológicos, foram adotados levantamento bibliográfico, trabalho de campo, observação sistemática, roda de conversa, aplicação de questionário, e análise dos dados por meio da triangulação dos dados. Entre os referenciais teóricos estão, Moore (2011), Munanga (2003), Santos (2011), Gonzalez (2020), Gomes (2005), Carneiro (2023), Souza (2021),

Almeida (2018), Saquet (2009), Haesbaert (2004), Nascimento (1978), entre outros(as) autores(as).

Esses(as) autores(as) fundamentam discussões sobre as categorias raça, racismo, relações raciais, identidade negra, espaço, território e suas articulações na análise do espaço geográfico, considerando o espaço enquanto instância social, econômica, política, que não é neutra, e atua diretamente na produção e na permanência das desigualdades socioespaciais e raciais. Também contribuem para a compreensão do racismo como uma construção histórica e social e a identidade negra como categoria construída no espaço e no tempo.

Para atingir o objetivo proposto foram delineados os objetivos específicos para conduzir essa pesquisa, os quais compreendem: Compreender como as categorias raça e racismo foram consolidadas historicamente, configurando o “racismo à brasileira”; Investigar de que maneira a formação socioespacial de Alagoas reproduz estruturalmente o racismo, analisando a forma como esse fenômeno afeta a população negra de Maceió/AL; Identificar como ocorre o processo de construção da identidade negra no Brasil, e no âmbito na Universidade Federal de Alagoas, considerando a atuação do Movimento Negro; Discutir a reverberação do racismo em Maceió/AL a partir da percepção dos(as) discentes negros(as) do curso de Geografia da UFAL.

Com base nesses objetivos, a pesquisa foi estruturada por cinco capítulos. O capítulo 1, intitulado como Caminhos metodológicos, apresenta os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, detalhando os caminhos teóricos - metodológicos que subsidiaram na investigação.

O capítulo 2, intitulado Raça e racismo na formação social brasileira, aborda os conceitos de raça e racismo, evidenciando as características do racismo no Brasil, e suas permanências. A discussão tem como objetivo contribuir para uma melhor compreensão acerca desse fenômeno, que vem se manifestando de inúmeras formas em todos os espaços sociais e influenciando na construção da identidade negra.

O capítulo 3, denominado Formação socioespacial de Alagoas e as marcas do racismo, analisa como o estado contribui para as desigualdades socioespaciais e raciais, com base nos dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, da Secretaria de Estado da Segurança Pública de Alagoas, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022b), e do Atlas da violência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2025).

O capítulo 4, sob o título Educação, Movimento Negro e a (re)construção da identidade negra, discute sobre o processo de construção da identidade negra no Brasil, enfatizando os desafios encontrados na compreensão do que é ser negro em uma sociedade marcada historicamente pelo racismo. Destacando as políticas de ações afirmativas, especialmente a lei de Cotas nº 12.711/2012, assim como as leis que buscam valorizar e reconhecer a pluralidade

étnico-racial no país, como as leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008 as quais contribuem significativamente para construção da identidade negra.

O capítulo 5, intitulado A reverberação do racismo nos espaços da cidade de Maceió/AL e as suas implicações na construção da identidade negra, apresenta a análise das experiências racistas vivenciadas pelos(as) discentes negros(as) do curso do Geografia, da UFAL nos diferentes territórios de Maceió/AL, evidenciando como essas experiências geram implicações na construção da sua identidade negra.

A ciência geográfica se mostra fundamental no processo de enfrentamento ao racismo, pois nos leva a compreender as contradições, as desigualdades e complexidades que permeiam o espaço geográfico. A partir dessa compreensão analisamos como as relações sociais e especialmente as raciais moldam o espaço refletindo as estruturas de poder e dominação. Assim, reconhecer o papel da Geografia na discussão de temas socialmente relevantes é essencial, visto que, ao articular as dimensões sociais, espaciais e territoriais das relações humanas conseguimos compreender criticamente a realidade em que os sujeitos estão inseridos e concomitantemente contribuir para transformação social.

Portanto, esta pesquisa busca dar visibilidade as situações racistas vivenciadas diariamente por esses(as) discentes, que por vezes, são invisibilizados(as), e silenciados(as) na sociedade. Além disso, essa discussão se mostra essencial para subsidiar o desenvolvimento de políticas públicas efetivas e estratégias voltadas para o enfrentamento do racismo estrutural na cidade de Maceió/AL, e ao mesmo tempo para o fortalecimento das identidades negras.

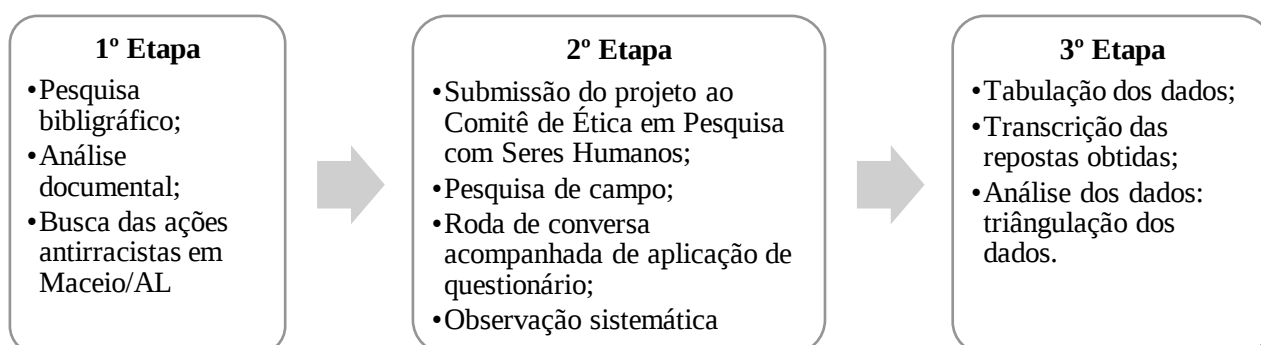
2 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Considerando os objetivos propostos, a presente pesquisa empírica e exploratória está consubstanciada em uma abordagem metodológica qualitativa. Conforme Flick (2009, p. 20) a pesquisa qualitativa consiste em escolher “[...] métodos e teorias oportunos, no reconhecimento e análises de diferentes perspectivas, nas reflexões dos pesquisadores a respeito de sua pesquisa como parte do processo de produção de conhecimento”.

Nessa perspectiva, a abordagem qualitativa foi utilizada para investigar as situações racistas vivenciadas pelos(as) discentes negros(as) do curso de Geografia, nas modalidades Bacharelado e Licenciatura, nos turnos vespertino e noturno do Campus A.C. Simões da Universidade Federal de Alagoas nos diferentes territórios da cidade Maceió/AL. Além disso, analisamos como essas experiências influenciam a construção de suas identidades negras, considerado a diversidade de olhares e experiências vivenciadas pelos(as) discentes. Deste modo, reconhecemos que cada discente carrega trajetórias únicas e singulares, mas que, em algum momento, tiveram seus caminhos atravessados pelo racismo.

Durante a realização da pesquisa foram adotados alguns procedimentos metodológicos, com o intuito de atender os objetivos propostos no estudo, os quais compreendem: levantamento bibliográfico, documental, trabalho de campo, roda de conversa acompanhada de aplicação de questionário, observação sistemática e análise dos dados por meio da técnica de triangulação dos dados. A pesquisa foi desenvolvida em etapas como demonstram a figura 1.

Figura 1- Etapas metodológicas da pesquisa



Elaboração: Jessica Emanuelle Ramos da Silva, dez., 2024

A primeira etapa da pesquisa foi constituída pelo levantamento de artigos, dissertações, e teses, relacionadas a questão racial, a construção da identidade negra, e o racismo na análise

espacial, com o objetivo de construir uma base teórica acerca do fenômeno estudado e identificar os estudos correlatos no campo da ciência geográfica. Esse processo de investigação é fundamental em qualquer área do conhecimento, pois nos possibilita localizar, analisar, sintetizar, interpretar e investigar nos supracitados materiais, os debates e avanços existentes sobre a temática (Bento, 2012)

Além disso, as pesquisas bibliográficas e documentais contribuem para definição do problema de pesquisa e a obtenção de informações sobre o tema que pretendemos estudar, identificando as possíveis lacunas. Segundo Ludke e Menga (1986, p. 39), “Os documentos constituem também uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador”. Neste sentido, é possível a localização e identificação de documentos oficiais, reportagens, diários, filmes, contratos, e outros materiais que ainda não receberam nenhum tratamento analítico, os quais podem subsidiar no desenvolvimento da pesquisa.

Para compreender a construção histórica do racismo e suas permanências na contemporaneidade e como a Geografia tem incorporado essa discussão na análise espacial, especialmente no que se refere a forma como racismo vem se espacializando nas cidades brasileiras e as suas implicações na construção das identidades negras, foram realizados os procedimentos propostos por Bento (2012) para a realização da pesquisa bibliográfica, como demonstra o Quadro 1:

Quadro 1 - Etapas para realização da pesquisa bibliográfica

Passos	Execução
1) Identificar palavras-chaves ou descritores	Seleção de palavras-chaves relacionadas a pesquisa para dar início a busca nas bases de dados.
2) Rever fontes secundárias	Leitura e análise de trabalhos que tenham realizado a sistematização, como resumos, artigos, enciclopédias, dicionários temáticos e manuais. Utilizamos Cirqueira e Corrêa (2014).
3) Recolher fontes primárias	Localização e sistematização de artigos, teses e dissertações. As leituras foram organizadas de acordo com seu grau de relevância para pesquisa.
4) Ler criticamente e resumir a literatura	Realização da leitura crítica dos materiais selecionados, elaboração de fichamentos, levando em consideração a importância, a abordagem e as lacunas identificadas, para que em seguida fosse escrito as sínteses que serão utilizadas no decorrer da pesquisa.

Fonte: Adaptado de Bento, (2012).

As bases de dados utilizadas para o levantamento bibliográfico foram as plataformas digitais de Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, e o Google acadêmico que também é conhecido como *Google Scholar*, com o objetivo de identificar como as questões étnico-raciais têm sido abordadas pela Geografia e as demais áreas de conhecimento no Brasil. Durante o levantamento na plataforma de Catálogo de Teses e Dissertação da CAPES, foi utilizado um recorte temporal de cinco anos (2020-2025), com intuito de identificar nos Programas de Pós-Graduação em Geografia a abordagem acerca da questão étnico-racial. Já as buscas realizadas no Google acadêmico comportaram as diferentes áreas de conhecimento utilizando o mesmo recorte temporal.

Cabe salientar, que o levantamento no campo da Geografia foi essencial para o desenvolvimento dos objetivos propostos, pois permitiu uma visão ampliada sobre como o racismo tem sido incorporado aos estudos geográficos. Durante esse processo, foi possível observar que, embora as categorias racismo e relações raciais tenham ganhado maior visibilidade nos estudos geográficos na atualidade, ainda são escassas as pesquisas que analisam o racismo na sua dimensão espacial, evidenciando algumas lacunas no entendimento dos impactos do racismo na produção e organização do espaço.

Diante desse cenário, e para aprofundar a investigação sobre o tema foi iniciado o passo a passo sugerido por Bento (2012), utilizando nas buscas as seguintes palavras-chaves: “racismo”, “segregação racial”, “identidade negra”, “relações étnico-raciais”, “Educação étnico-racial”, “desigualdades socioespaciais e raciais”, “Geografias negras”, “Lei nº 10.639/03”. Feito isso, foi realizado a leitura das teses e dissertações encontradas na plataforma da CAPES, e posteriormente, foram inseridas em tabela no Excel com título, nome do autor, local e resumo.

Ao todo, foram localizados 49 trabalhos acadêmicos referentes ao período de 2020 a 2025, provenientes de Programas de Pós-Graduação das diferentes regiões brasileiras. Do total de trabalhos encontrados, 8 correspondem a teses e 41 a dissertações. Em relação a distribuição regional, 6 trabalhos são da região Sul, 27 do Sudeste, 5 do Nordeste, 6 do Centro-Oeste, 5 do Norte. Cabe salientar, que não foram identificadas teses nas regiões Norte e Nordeste.

No segundo passo, foi realizado a revisão da obra de Cirqueira e Corrêa (2014), que abordam a produção acadêmica dos Programas de Pós-Graduação em Geografia voltada para questão étnico-racial. A partir da leitura, foi possível desenvolver algumas reflexões relacionadas a abordagem, e as lacunas que ainda existem no desenvolvimento da temática no campo geográfico, contribuindo para uma melhor delimitação do objeto em análise. Segundo

os autores, a maior área de concentração das produções está na região Sudeste devido a quantidade de Programas de Pós-Graduação em Geografia na região.

No que se refere ao terceiro passo, as produções primárias (artigos, teses, dissertações) que já haviam sido levantadas no primeiro passo com a utilização das palavras-chaves, finalmente foram organizadas em pastas e categorizadas de acordo com a abordagem, a tendência, sendo divididas empíricas e teóricas. Essa fase, possibilitou a seleção dos trabalhos que estavam mais relacionados com a temática. Por fim, o último passo consistiu na leitura crítica das obras selecionadas, possibilitando a realização de fichamentos e sínteses que subsidiaram o processo de desenvolvimento da pesquisa.

Cabe ressaltar, que essa fase também contemplou o levantamento histórico sobre a formação da cidade de Maceió/AL, e como o racismo foi se estruturando em suas bases sociais, econômicas e espaciais, resultando nas desigualdades socioespaciais. Além disso, foi realizado uma busca por meio das redes sociais das instituições e movimentos sociais que lutam veemente para garantir os direitos da população negra alagoana e fortalecer o processo de construção dessas identidades.

Neste sentido, se destaca o Instituto Feminista Jarede Viana, o Instituto Negro de Alagoas- INEG/AL, Coletivo de Mulheres Pretas Periféricas, Rede de Mulheres de Comunidades tradicionais, projeto UBUTU nas escolas de Maceió/AL, e o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas- (NEABI/UFAL). Essas instituições desenvolvem atividades relacionadas a cidadania, a resistência cultural e o fortalecimento das identidades negras. A identificação dessas ações contribuiu de forma significativa para a análise das práticas que têm sido efetivas no enfrentamento do racismo, e como elas podem ser ampliadas ou adaptadas para alcançar novos impactos na cidade de Maceió/AL.

Ao que se refere a segunda etapa da pesquisa, inicialmente o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFAL, seguindo as normas e diretrizes da Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, que regulamente a realização de pesquisas com seres humanos nas áreas das Ciências Humanas e Sociais. Todo o processo de elaboração da pesquisa até a sua execução foi planejado cuidadosamente para garantir os princípios éticos, e o cuidado com os(as) participantes envolvidos(as), visto que o racismo é um tema sensível que pode gerar insegurança nos(as) discentes em participar devido ao medo de posteriormente serem expostos.

Deste modo, para viabilizar essa etapa, foram utilizados documentos obrigatórios como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no qual consta todos os detalhes sobre a pesquisa, possibilitando que os(as) participantes avaliassem seu interesse em participar da pesquisa dando o seu consentimento livre e esclarecido. Além disso, foi utilizada a declaração

de cumprimento das normas da Resolução nº 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde, como forma de garantir os princípios éticos, o anonimato dos dados e confiabilidade dos(as) participantes, assegurando aos(as) mesmos(as) que os dados obtidos serão guardados em arquivos digitais e físicos de forma sigilosa, onde serão mantidos na posse da pesquisadora durante cinco anos, e posteriormente descartados.

Após a autorização do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), foi iniciado o trabalho de campo no Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente (IGEMA). Conforme Gonçalves (2001, p. 67),

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas.

Os(As) discentes negros(as) foram convidados(as) a participar da pesquisa em diversos espaços do IGDEMA, como corredores, salas de aula, sala de convivência e biblioteca, sendo observado diferentes comportamentos e reações. Aqueles(as) que demonstraram interesse foram conduzidos ao Laboratório de Educação Geográfica de Alagoas (LEGAL), um ambiente reservado onde puderam se expressar com calma e tranquilidade. A coleta de dados ocorreu em dois dias, nos turnos vespertino e noturno, contando com a participação de 15 discentes negros(as). Os dados observados no campo foram registrados em diários de campo, incluindo reflexões teóricas e os eventos ocorridos durante o processo.

Durante esse processo, foram utilizadas a roda de conversa e, em seguida, a aplicação do questionário. Inicialmente, foi explicado detalhadamente o objetivo da pesquisa, promovendo um espaço de diálogo para que os(as) participantes se sentissem à vontade para falar sobre possíveis dúvidas e compartilhar suas experiências. Em seguida, foram realizadas algumas indagações sobre as situações racistas que poderiam ter vivenciado nos diferentes territórios de Maceió/AL, como na própria universidade, em bairros específicos, *shopping* e restaurantes.

A roda de conversa, como afirma Moura e Lima (2014, p. 5) consiste em um “método de participação coletiva de debate acerca de determinada temática em que é possível dialogar com os sujeitos, que se expressam, escutam seus pares e a si mesmos pelo exercício reflexivo”. Assim, não se trata apenas uma simples conversa, mas de um espaço de reconhecimento das vivências únicas dos(as) participantes, que exige escuta, respeito, e capacidade argumentativa.

Posteriormente, foi aplicado um questionário, considerando que nem sempre os sujeitos se sentem à vontade para se expressar na frente de outras pessoas. Deste modo, aqueles(as) que não se sentiram à vontade em compartilhar suas experiências na roda de conversa puderam se expressar por meio da escrita, descrevendo as suas experiências enquanto negro(a) na sociedade brasileira.

Além disso, alinhado às duas técnicas, foi utilizado a observação sistemática, permitindo a descrição detalhada dos fenômenos e o registro dos comportamentos dos(as) participantes da pesquisa durante a roda de conversa e o preenchimento do questionário. Segundo Gil (2007, p. 114): “A observação é frequentemente utilizada em pesquisas que têm como objetivo a descrição precisa dos fenômenos ou o teste de hipóteses”.

Durante a análise dos dados foi possível analisar no diário de campo que os(as) discentes se agruparam espontaneamente em três perfis distintos, como demonstra o Quadro 2.

Quadro 2 - Características observadas nos grupos participantes da pesquisa

Grupo	Quantidade	Situação do curso	Características observadas
1	3	Discentes na metade do curso	Mais familiarizado com a rotina acadêmica, e de forma superficial, já discutiram em algum momento sobre temática étnico-racial
2	4	Discentes na reta final do curso	Demonstraram engajamento e interesse nas discussões étnico-racial
3	8	Discentes recém-chegados ao curso	Iniciando a experiência acadêmica e não participam de discussões sobre a temática étnico-racial

Elaboração: Jessica Emanuelle Ramos da Silva, nov., 2025

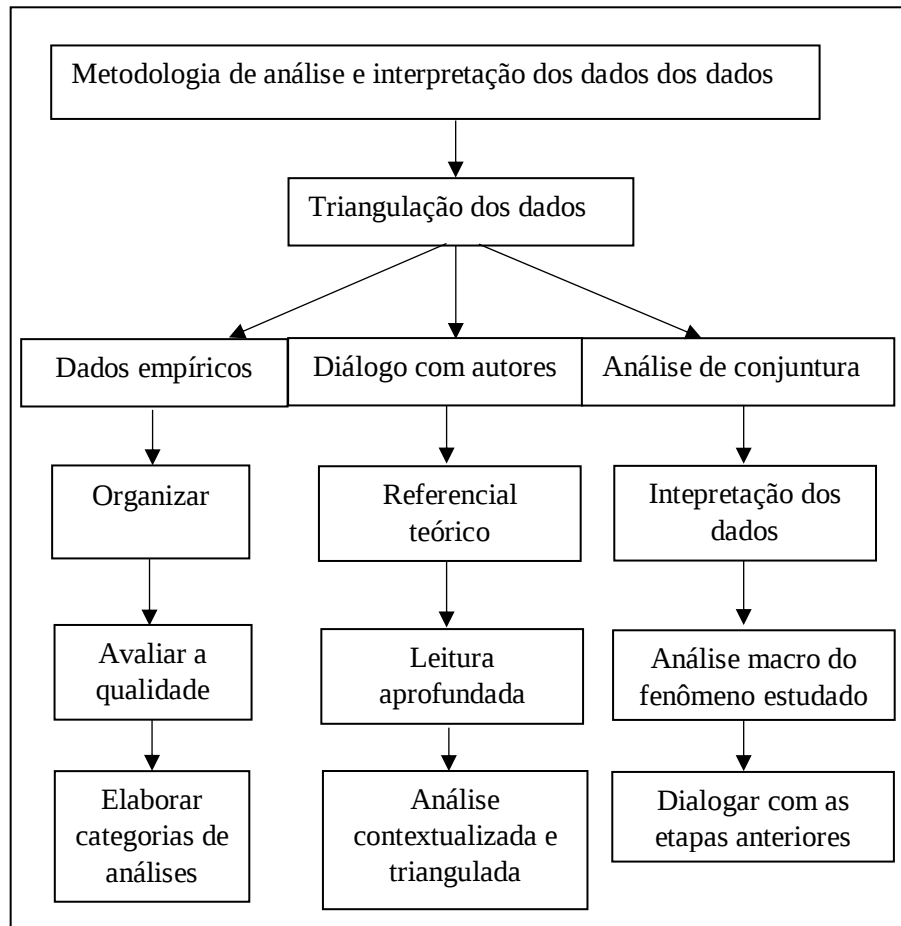
A partir dessa classificação, foi evidenciado que os grupos possuem características distintas, e que as suas experiências acadêmicas e o tempo de inserção no curso influenciam diretamente as formas de aproximação dos(as) discentes com a temática étnico-racial, o que pode repercutir na construção da identidade negra. Nesse sentido, no tópico seguinte será apresentado a técnica utilizada para análise dos dados obtidos.

2.1 Análise e interpretação dos dados

A terceira etapa da pesquisa consistiu na análise e interpretação dos dados, para a qual foi adotada a técnica de triangulação de dados. Essa técnica, segundo Marcondes e Brisola (2014, p. 3) “permite que o pesquisador possa lançar mão de três técnicas ou mais com vistas a ampliar o universo informacional em torno de seu objeto de pesquisa”. A aplicação dessa

técnica perpassa algumas etapas fundamentais que precisam estar bem articuladas, as quais destacam-se: (1) dados empíricos, (2) diálogos com os(as) autores(as), e (3) análise de conjuntura em um contexto mais amplo da realidade estudada, como evidencia o Quadro 3.

Quadro 3 - Metodologia de análise dos dados



Elaboração: Jessica Emanuelle Ramos da Silva, nov. 2024.

Na primeira etapa do processo, os dados empíricos levantados foram organizados. Isso envolveu a transcrição das respostas obtidas com preenchidos do questionário, as observações feitas durante a roda de conversa no caderno de campo. Cabe salientar, que nesta etapa, os dados primários foram transcritos cuidadosamente, com objetivo de identificar todos os aspectos que poderiam contribuir para o desenvolvimento da pesquisa.

Essa organização foi fundamental para identificar os padrões e temas presentes nas respostas dos(as) participantes. Posteriormente, foram elaboradas três categorias de análise em planilhas, intituladas: Experiências de racismo no contexto urbano e acadêmico; Construção e afirmação da identidade negra e; Projetos de vida e expectativas de futuro dos(as) discentes negros(as). Essas categorias foram criadas para que os dados pudessem ser adequadamente

contextualizados e permitissem uma discussão aprofundada acerca das respostas obtidas, com base nos objetivos propostos nesta pesquisa.

Na segunda etapa, o diálogo com os(as) autores(as), foi realizado uma leitura do referencial teórico levantado na pesquisa bibliográfica, para realização de uma análise contextualizada das categorias elaboradas a partir das narrativas coletadas. Essa etapa permitiu a triangulação dos dados, buscando compreender o sentido das narrativas coletadas dos(as) participantes de forma mais ampla e crítica, além do que está sendo descrito e analisado, confrontando-as com as perspectivas de autores(as) que trabalham a temática em estudo, com o objetivo de enriquecer a discussão e sair do senso comum.

De acordo com Marcondes e Brisola (2014, p. 5), “torna-se imprescindível a interconexão com os autores, aliás não se alcança tal meta sem o auxílio dos autores que estudam as temáticas pertinentes aos assuntos tratados em qualquer que seja a pesquisa”. Neste sentido, a triangulação permitiu uma análise rica e consistente.

No que se refere a terceira etapa análise de conjuntura, os dados após serem interpretados de forma detalhada e aprofundada, foram contextualizados de forma ampla para uma melhor compressão do fenômeno estudado. Deste modo, foi feito a busca de informações para além das informações coletadas, trazendo mais dados que nos ajudaram a compreender o contexto macro que contribuiu para que as informações coletadas fossem geradas.

Essa técnica de triangulação dos dados, conforme Triviños (1987, p.138), “Parte de princípios que sustentam que é impossível conceber a existência isolada de um fenômeno social, sem raízes históricas, sem significados culturais e sem vinculações estreitas e essenciais com uma macrorrealidade social”. Dessa forma, essa etapa contribuiu para o desenvolvimento de uma visão mais ampliada sobre o racismo e a construção da identidade negra, nos fazendo compreender como essa realidade macro acaba afetando/ou refletindo nas informações coletadas.

Ao final, com o diálogo entre as etapas executadas foi realizado a síntese sobre os resultados obtidos. Essa estratégia permitiu uma melhor compressão acerca do fenômeno estudado com base na sua descrição e explicação, o que garante uma análise rica e aprofundada. Nos fazendo compreender, que as narrativas desses(as) discentes estão intrinsicamente ligadas aos processos históricos, que continuam refletindo de forma negativa e violenta na vida cotidiana da população negra e indígena.

3 RAÇA E RACISMO NA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

Este capítulo tece diálogos sobre os conceitos de raça e racismo, evidenciando as características do racismo no Brasil, e suas permanências. Ao longo dos anos, as discussões voltadas para as questões étnico-raciais têm ganhado força no contexto da sociedade brasileira, entretanto, compreender o surgimento do racismo envolve uma série de complexidades, que mobilizam estudiosos(as) de diferentes áreas e contextos geográficos a desmistificar este fenômeno que estrutura as relações humanas em diferentes níveis. Para uma melhor compreensão acerca desse fenômeno que vem se manifestando de múltiplas formas em todos os espaços sociais, é necessário analisarmos como os conceitos de raça e racismo estruturam o tecido social e influenciam na construção da identidade negra.

3.1 Construção histórica da raça e do racismo: conceitos e permanências

Atualmente, há inúmeras discussões relacionadas às manifestações racistas na sociedade. Esse fenômeno sistêmico e estrutural está enraizado nas esferas políticas, sociais, culturais e econômicas, afetando profundamente as relações sociais em diferentes níveis. No século XXI, esse debate tem se intensificado devido a maior visibilidade dos crimes raciais no Brasil, diante dessa realidade, diferentes movimentos políticos e sociais vêm trabalhando na elaboração de medidas que contribuam para a redução desses casos.

Ao mesmo tempo em que se discute a elaboração de políticas públicas que visam a eliminação do racismo e promovam a igualdade racial, estudiosos(as) e pesquisadores(as) de diversas partes do mundo têm buscado entender as origens e dinâmicas desse fenômeno histórico e social. Trata-se de um fenômeno que não se limita aos comportamentos individuais, como algumas pessoas costumam pensar, estamos analisando uma forma de dominação que se articula profundamente com as estruturas de poder que se perpetuam ao longo dos anos.

Para elucidar essa discussão, não se pode deixar de mencionar a intrínseca relação entre raça e racismo, visto que esse conceito foi e continua sendo utilizado ideologicamente como uma ferramenta para justificar as desigualdades econômicas, sociais e políticas, as quais os povos negros e originários são submetidos.

Inicialmente, o conceito de raça foi utilizado em meados do século XVIII nas Ciências Naturais pelo naturalista Carl Linnaeus, responsável por desenvolver um sistema de classificação de animais e plantas. Em seus estudos, Linnaeus buscou comprovar a existência de variações morfológicas entre os organismos pertencentes a mesma população, atribuindo os resultados a capacidade de adaptação das espécies em ambientes ecológico e geograficamente distintos (Montezuma, 2023).

O conceito de raça, originalmente de natureza histórica e relacional, era utilizado apenas para fins taxonômicos nas Ciências Naturais. No entanto, com o surgimento das teorias raciais entre os séculos XVIII e XIX passou a ser empregado para classificar a diversidade humana com base nas características fenotípicas, como a cor da pele, formato da boca, do nariz, e a textura dos cabelos. Esse sistema de classificação racial é institucionalizado durante o processo de colonização dos europeus, do qual a noção de “raça” foi utilizada como ferramenta de hierarquização racial, para justificar e legitimar o processo de desumanização que os povos negros e originários foram submetidos no contexto de dominação colonial (Paccioni, *et.al.*, 2022).

No decorrer da história, estudiosos(as) de diferentes áreas das Ciências Humanas e Sociais, têm promovido reflexões sobre a origem do racismo associado à noção de raça. As discussões históricas sobre essas concepções evidenciam duas vertentes teóricas principais as quais partem de percepções baseadas na construção biológica, e a outra na perspectiva histórica e social. Em contraposição a vertente biológica, o cientista político e intelectual afro-cubano Carlos Moore (2011, p. 4) destaca:

A “raça” não existe enquanto uma expressão biológica, e sim enquanto expressão social e histórica, que modela o funcionamento e os modos de pensar das sociedades humanas. De maneira que está presente no mundo cotidiano relacional, no universo do imaginário humano e no âmbito determinante das estruturas que regem aos recursos da sociedade.

Neste sentido, a raça é uma construção ideológica, e não biológica. Trata-se de uma construção sociopolítica, criada historicamente pela sociedade para organizar as relações de poder, dominação e exclusão, como forma de manter os interesses sociais e políticos da classe dominante. Deste modo, as características fenotípicas sempre foram utilizadas para fundamentar esse instrumento de racialização que funciona como um marcador social, que contribui para institucionalização das desigualdades socioespaciais e raciais entre os povos historicamente marginalizados.

Partindo do mesmo pressuposto, Santos (2012, p. 38) aponta a raça como:

[...] “raça”, constructo social, princípio de classificação que ordena e regula comportamentos e relações sociais, ela tem vinculação direta com a geografia, visto que está busca compreender dimensões espaciais das relações sociais. [...] a raça continua a ser um princípio regulador de comportamentos, tratamentos e relações: reconhecer a igualdade biológica não necessariamente impulsiona reconhecimento de igualdade social.

Ao analisarmos o escopo da raça na sua dimensão social e política, conseguimos correlacionar o marcador social “cor” para compreender os espaços de desigualdades. Contudo, mesmo quando pessoas negras conseguem ascensão social e financeira ao longo das suas trajetórias socioespaciais, não conseguem circular livremente pelos diferentes espaços urbanos, pois o poder aquisitivo não é um fator determinante nesse processo. As dificuldades encontradas por esse grupo humano, transpassam os fatores fenotípicos, o racismo estrutural, o sexismo e o patriarcalismo engendrados nas estruturais territoriais do Brasil (Ferreira; Ratts, 2016).

Os(A) intelectuais(as), como Carlos Moore (2007), Kabengele Munanga (2003), Frantz Fanon (2020), Silvio Almeida (2018), Ynaê Santos (2022), entre outros(as), partem do pressuposto que assim como a raça, o racismo é uma construção histórica e social, que teria sido institucionalizado com o processo de colonização europeia. Deste modo, esse fenômeno é permeado por inúmeras complexidades, as quais estão presentes em nossa sociedade desde as primeiras civilizações humanas, e se materializa no espaço geográfico de forma sistêmica e estrutural nas distintas esferas sociais.

De acordo com Moore (2011, p. 14), o racismo consiste em:

Uma ordem sistêmica de grande profundidade histórica e de ampla cobertura geográfica, que se teria desenvolvido, fundamentalmente, com o objetivo de garantir a separação automática de um determinado segmento humano do usufruto de seus próprios recursos. Em sua gênese, apresenta-se como uma forma de consciência grupal historicamente constituída, da qual proviriam depois construções ideológicas baseadas no “fenótipo/raça”. Sua função central, desde o início, seria regular os modos de acesso aos recursos da sociedade de forma racialmente seletiva, de acordo com o referido “fenótipo/raça”.

A partir disso, entendemos que, o racismo parte de uma consciência histórica em que os brancos impuseram a exclusão e a perseguição dos grupos fenotipicamente e ou/culturalmente diferentes, com objetivo de manter o acesso e o monopólio dos recursos existentes em nossa sociedade. Esse processo resultou na segregação espacial e racial dos povos negros e originários, que podem ser constatadas cotidianamente nos diferentes espaços públicos, como restaurantes, escolas, universidades, igreja e praças.

Deste modo, é possível afirmar que o racismo é um sistema de opressão em constante transformação que foi sendo consolidado com base nos conflitos gerados entre os diferentes povos ao longo dos tempos (Moore, 2011). Por isso, mudar essa ordem de poder que estrutura as relações humanas não é tão simples, exige uma modificação radical nas estruturas de poder, que faça com que a branquitude (Bento, 2022) perca seus privilégios.

O antropólogo Kabengele Munanga (2003), salienta que o racismo além de ser um fenômeno de natureza histórico e social, que foi inicialmente sustentado por pressupostos biológicos fundamentado no conceito de raça, é um sistema de opressão que se baseia tanto nas características fenotípicas observáveis, como nos aspectos morais, intelectuais, culturais, contribuindo para a consolidação de uma sociedade com valores desiguais.

A origem do racismo está intrinsicamente ligada ao processo de colonização das Américas. De acordo com Santos (2022, p. 24), “O racismo, que ganhou roupagens no século XIX e que até hoje alicerça a vida das sociedades modernas ocidentais, foi ao mesmo tempo produto e produtor de um duradouro e complexo período de nossa história: a Colônia”. A autora evidencia que a modernidade europeia, com o advento do colonialismo, trouxe as bases estruturantes do racismo. Este processo mostrou de forma concreta como esse fenômeno se articulou e estruturou o sistema colonial, que culminou no genocídio dos povos negros e originários de diferentes etnias, refletindo no contexto atual.

A hierarquização das raças foi central no processo de colonização das Américas, visto que o conceito de “raça” foi amplamente utilizado como uma ferramenta de dominação, assim como sistematizadora do racismo. Deste modo, o racismo criou e manteve o sistema colonial apoiado na ideia de superioridade racial. Além disso, durante esse período os povos que possuíam características fenotípicas diferentes dos europeus eram tidos como seres sub-humanos, desprovidos de almas, que necessitavam passar por um processo civilizatório (Barros; Rodrigues, 2019).

Ademais, existe também uma vertente mítica sobre a origem do racismo, que ganhou força durante o processo de colonização das Américas. Essa origem, refere-se as narrativas culturais e religiosas, que foram utilizadas para legitimar e justificar a escravização dos povos negros com base na disseminação e interpretação de textos bíblicos de forma equivocada (Munanga, 2003). A Igreja Católica, desempenhou um papel fundamental nesse processo. No ano de 1455, o papa Nicolau V, ampliou a “*Dum diversas*”, bula papal que teve sua primeira versão em 1452. Na nova versão, o pontífice favoreceu explicitamente os interesses do então rei de Portugal ampliando os seus direitos relacionados a invasão de territórios e escravização dos povos africanos (Santos, 2022).

Ao rei Afonso V, foi dada permissão de escravizar os negros, e invadir seus territórios, destruindo todos aqueles que se colocassem contra os interesses da Igreja. Assim, segundo Santos (2022, p. 50) “[...] a igreja católica foi o braço direito (e esquerdo) do empreendimento colonial na América portuguesa”, com a finalidade de manter seus poderes políticos,

econômicos e sociais. Uma das interpretações bíblicas equivocadas que foi amplamente difundida ao longo da história é o chamado mito da maldição de Cam.

A partir dessa narrativa, se consolida aquilo que Munanga (2003, p. 8) descreve como a “primeira classificação, religiosa, da diversidade humana entre os três filhos de Noé, ancestrais das três raças: Jafé (ancestral da raça branca), Sem (ancestral da raça amarela) e Cam (ancestral da raça negra)”. Segundo o livro de Gênesis, Cam, ao ver a nudez do pai, junto aos seus irmãos, fez zombarias e comentários desrespeitosos. Noé, ao saber, amaldiçoou Canaã, filho de Cam, dizendo que ele seria o último dos escravizados para os seus irmãos.

Por muito tempo, líderes religiosos difundiram de forma equivocada que Cam teve sua geração amaldiçoada por ser negro, como forma de justificar a escravização dos povos africanos, apresentando-a como algo legítimo a vontade de Deus. Entretanto, essa mística de superioridade racial, foi criada e sustentada pela Igreja com objetivo de manter as formas de dominação e exploração dos povos, contribuindo para a consolidação das bases daquilo que conhecemos, atualmente, como racismo religioso (Santos, 2022).

A construção ideológica em torno da ideia de raça no período colonial, demonstra que a colonização, além de explorar, se apropriar, e usufruir da natureza também contribuiu para a invisibilização e o apagamento da origem dos povos negros e indígenas. Aos colonizados foram negadas as suas identidades nacionais e culturais, pois durante este processo, houve nas Américas o extermínio sistemático das línguas maternas, das roupas e rituais que faziam parte da cultura desses povos, com objetivo de impor e manter os padrões eurocêntricos (Maia; Melo, 2020).

Neste contexto, a colonização não se restringiu apenas a dominação econômica e territorial, ela também assumiu um caráter epistêmico, visando dominar as formas de pensar, agir, conhecer e ser no mundo, fazendo com que os valores eurocêntricos prevalecessem na perspectiva de mundo dos sujeitos (Quijano, 2005). Segundo Quijano (2005, p. 121), “[...] como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento e da produção do conhecimento”.

Neste sentido, a colonização foi vista como algo benéfica, visto que um dos seus objetivos era “salvar as almas” desses povos. Como afirma o sociólogo peruano Aníbal Quijano (2005, p. 234) durante esse processo:

[...] desde então, nas relações intersubjetivas e nas práticas sociais do poder, ficou formada, de uma parte, a ideia de que os não-europeus têm uma estrutura

biológica não somente diferente da dos europeus; mas, sobretudo, pertencente a um tipo ou a um nível “inferior”. De outra parte, a ideia de que as diferenças culturais estão associadas a tais desigualdades biológicas e que não são, portanto, produto da história das relações entre as pessoas e destas com o resto do universo.

A hierarquização racial entre os povos foi estabelecida pelos colonos como algo natural, ao qual foi atribuído aos não europeus a inferioridade biológica e cultural, resultando na criação de estigmas e estereótipos em torno da respectiva população, que também passou a ter sua vida controlada pelos colonizadores. Neste contexto, os respectivos povos tiveram suas identidades e subjetividades apagadas de forma violenta e excludente por não se enquadrar nos padrões eurocêntricos (Barros; Rodrigues, 2019).

Embora a raça historicamente não tenha sido considerada uma categoria de análise central nos estudos geográficos, desde o processo de sistematização da Geografia como disciplina científica no século XIX, em meio a expansão do sistema capitalista, a temática racial emerge nas discussões dos geógrafos Friedrich Ratzel e Vidal de La Blache (Marcelino, 2021).

Na obra *Antropogeografia* (1882-1891), Ratzel discute a influência do meio físico sobre as características raciais do indivíduo e dos povos. Como é observado por Cirqueira (2015), o autor não demonstra preocupação em definir de forma precisa a noção de raça, visto que, em algumas passagens é utilizado a expressão raça para designar traços corporais de um indivíduo para atribuir as características coletivas sociais de um determinado povo. Assim, Ratzel utiliza termos como “povos de cor escura” e “povos de cor clara” (Cirqueira, 2015).

Para o autor essas características raciais diversificadas são resultantes da interação entre meio-físico e o descolamento da população sobre diversos territórios, como afirma o autor, (Ratzel, 1990, p. 63):

Podemos, portanto, estabelecer como regra que nas pesquisas relativas à influência que a natureza exerce sobre características materiais ou espirituais dos povos, o argumento da sua difusão geográfica deve ser sempre deixado à parte ou por último, por ele induzir ao erro com extraordinária facilidade. Dada a imensa mobilidade do homem aquelas características não permanecem exclusivas dos territórios de cuja influência foram produto, pois elas migram com o homem que as adquiriu; e nesse caso sua duração depende das condições internas do organismo que as possui.

Assim, para o autor, as características raciais são moldadas pelo ambiente e o tempo de fixação que o indivíduo passa em um determinado território. No entanto, essas características não são fixas, elas se modificam a partir dos deslocamentos e as interações humanas no decorrer do tempo (Cirqueira, 2015). Essa concepção do geógrafo alemão, é reflexo de uma visão naturalizante e eurocêntrica que emergiu no século XIX como parte do pensamento científico,

em que as diferenças raciais entre os povos eram explicadas com base nos fatores ambientais. Deste modo, os aspectos sociais, históricos e políticos que estruturam as desigualdades raciais em muitos momentos foram ignorados.

Cabe salientar, que o pensamento ratzeliano contribuiu significativamente para o desenvolvimento da Geografia moderna europeia. As discussões promovidas pelo geógrafo não se resumiam ao determinismo geográfico, ou ao racismo científico, uma vez que, o seu saber geográfico exerceu forte influência em estudiosos de diversas partes do mundo, inclusive na Geografia do francês Vidal de La Blache. Na obra *Princípios da Humanidade* (1954), de La Blache, que foi interrompida devido ao seu falecimento, o mesmo também discutiu sobre a noção de raça (Cirqueira, 2015).

De acordo com Cirqueira (2015, p. 86) um dos princípios centrais da sua obra se refere a “[...] existência das diferenças humanas e físicas no globo”, em decorrência do processo de migração dos diferentes povos por diferentes regiões do mundo. A obra de La Blache foi influenciada diretamente pela obra *antropogeografia* de Ratzel, ao que se refere às discussões e às análises relacionadas ao homem e o meio. No entanto, as noções de raça e povo se diferem nas primeiras passagens, pois La Blache discorda da utilização dos termos como sinônimo, como era discutido por Ratzel (Cirqueira, 2015). Segundo La Blache (1954, p. 34-35):

Podemos, desde já, considerar como adquirida a distinção fundamental entre povo e raça, contrariamente aos hábitos da linguagem corrente que os confunde sem cessar. Sob as analogias de língua, de religião e de nacionalidade persistem, e não deixam de actuar as diferenças específicas implantadas em nós por um longo atavismo (...). Entretanto, estes grupos heterogêneos combinam-se numa organização social que faz da população de um país, considerada no seu conjunto, um corpo.

Deste modo, La Blache relacionava o termo povo aos grupos humanos que possuem características sociais e culturais homogêneas, enquanto raça a morfologia corporal do sujeito, ou seja, as características genéticas, físicas, que são determinantes para a definição das características raciais. Como aponta Cirqueira na visão de La Blache (2015, p.87) “Raças não estão circunscritas a estruturas sociais, nem estruturas sociais à raça, ainda que possam se sobrepor em alguns contextos”. Partindo dessa compreensão, La Blache deixa explícito que as categorias raciais, como “brancos”, “negros” e “indígenas”, não são determinantes no processo de organização social, embora em alguns contextos históricos possam até se sobrepor no processo de reprodução das desigualdades.

Entretanto, a perspectiva racial adotada inicialmente pelos geógrafos no século XIX, deixa explícito a crença na superioridade eurobranca. Essa concepção é reflexo das abordagens evolucionistas da época, que partiam do pressuposto de uma superioridade racial, na qual a sociedade europeia era considerada mais evoluída e os demais povos, negros e indígenas eram considerados inferiores (Cirqueira, 2015).

As teorias raciais que ganharam força no século XIX, dentro do contexto moderno-colonial, serviram como bases para legitimar o racismo científico. Essa ideologia foi criada por cientistas e intelectuais da época para explicar a diversidade humana baseadas em concepções biologizantes e deterministas, com o objetivo de impor um modelo de ser humano universal, sustentado por crenças etnográficas, violentas e discriminatórias. As consequências desse período ainda reverberam nos comportamentos preconceituosos e discriminatórios da população (Santos; Silva, 2018).

No entanto, com o avanço do século XX, foi iniciado um processo de revisão crítica sobre as teorias raciais e suas implicações sociais. Além disso, com surgimento de novas correntes do pensamento geográfico, entre elas, a Geografia Crítica, ocorreu o rompimento com a neutralidade científica, buscando adotar um caráter político voltado para o questionamento e a problematização das injustiças, das desigualdades sociais e espaciais, que são compreendidas como estigmas que fazem parte das sociedades capitalistas.

Nas décadas de 1960 a 1970, é possível identificar discussões no campo da Geografia sobre as desigualdades entre negros e brancos, mas essas análises não contemplavam a dimensão espacial do racismo e os seus mecanismos de segregação racial no espaço urbano (Ratts; Ferreira, 2016). Essas discussões emergem de forma incisiva no campo da Geografia a partir do papel atuante e político do Movimento Negro que elevou os debates em torno da questão racial a níveis nacionais e internacionais, desenvolvendo uma agenda antirracista, com objetivo de promover igualdade racial e combater o racismo nos diferentes territórios (Santos, 2022).

A partir dessa iniciativa, nos últimos anos foi possível evidenciar um aumento nos estudos geográficos direcionados para o ativismo de diferentes grupos étnico-raciais que disputam os territórios das cidades brasileiras. As contribuições dos geógrafos Ratts e Ferreira (2016), Cirqueira (2014), Santos (2022), entre outros, tem nos provocado a refletir sobre dimensão espacial do racismo no bojo das relações sociais, e seus impactos na vida da população negra. Segundo Marcelino (2021, p. 152) “As categorias de raça, racismo e relações raciais estão dentro do escopo teórico da Geografia, sobretudo porque são categoriais que estão ancoradas em leituras espaciais”.

Deste modo, as categorias são constituídas e, ao mesmo tempo, constituem o espaço geográfico, tornando evidente que a organização espacial reflete e reproduz relações desiguais e hierarquizadas. Ao longo da história da Ciência geográfica surgem concepções relacionadas ao espaço geográfico, que passa a ser compreendido enquanto uma construção social. Segundo Santos (2006, p. 88), o espaço geográfico

[...] é a síntese, sempre provisória, entre o conteúdo social e as formas espaciais. Mas a contradição principal é entre sociedade e espaço, entre um presente invasor e ubíquo que nunca se realiza completamente, e um presente localizado, que também é passado objetivado nas formas sociais e nas formas geográficas encontradas.

Em consonância com o autor, o espaço não é algo estático e homogêneo, é resultado das combinações das ações humanas e as formas físicas que são modificadas com o passar do tempo. Assim, o espaço deve ser compreendido como lugar de encontro e confronto das relações étnico-raciais, e enquanto objeto de estudo da Geografia se torna fundamental no processo de entendimento das desigualdades socioespaciais e raciais que são produzidas no contexto das relações humanas. As relações raciais são indissociáveis das estruturas espaciais, pois é nela que se manifestam as formas de exclusões e dominações (Malachias, 2006).

Neste contexto, Santos (2013, p. 43) destaca a importância da análise espacial para o entendimento da configuração dos padrões raciais:

[...] primeiro, porque leituras de espaço orientam a própria constituição e naturalização da ideia de 'raça' e as classificações em grupos raciais; segundo, porque são leituras de espaço que estruturam e autorizam as hierarquizações entre os grupos raciais.

A sociedade é marcada por diferenças raciais, de classe, e gênero, que foram construídas historicamente no interior do modo de produção capitalista, resultando na permanência do racismo em todas as esferas sociais. O racismo como elemento estruturante das relações sociais aprofunda as desigualdades existentes, atravessando e moldando as vivências dos grupos racializados em diferentes territórios das cidades brasileiras. Conforme Santos (2006, p.36), “O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Deste modo, o espaço geográfico é concomitantemente condicionado e condicionante das relações sociais, tornando evidente as hierarquias que estruturam a sociedade brasileira.

Nesta perspectiva, o espaço não é permeado por uma neutralidade, e a raça não apenas se manifesta no espaço, mas o constitui, influenciando diretamente na vivência, organização e na leitura espacial. Neste contexto, a maneira que organizamos e classificamos o espaço é configurada a partir de categoriais raciais, por exemplo, a forma como instituímos os espaços de “ricos” e “pobres”, os “territórios de violência”, todas essas classificações são permeadas por divisões raciais e de classe. Historicamente, a população negra reside nas favelas ou nos bairros periféricos, que acabam sendo rotulados e menos valorizados, enquanto as áreas centrais das cidades brasileiras são ocupadas majoritariamente por pessoas brancas de maior renda, as quais são valorizadas e desprovidas dos estigmas.

O processo de hierarquização social, imposto pelos colonizadores europeus, continua regulando as esferas da sociedade com base em hierarquias raciais na contemporaneidade. Neste sentido, vivemos em espaços racializados, onde o processo de hierarquização social gera impactos na distribuição socioespacial da população nos diferentes territórios urbanos, como também no processo de construção das relações pessoais, interpessoais, afetando diretamente na construção identitária da população negra (Sansone, 1996).

Deste modo, as categorias raça e racismo, são incorporadas no campo da ciência geográfica como categorias analíticas essenciais para compreensão da formação do povo brasileiro, e das desigualdades raciais que permeiam a vida da população negra ao longo dos séculos. A intersecção entre essas categorias nos permite entender as complexidades que permeiam as dinâmicas espaciais e territoriais, em uma sociedade que é marcada e estruturada pelo racismo (Oliveira, 2024).

Neste sentido, compreender o papel do racismo na produção e organização do espaço exige uma leitura descolonial. Segundo Sousa (2021) “o pensamento descolonial é contra-hegemônico da modernidade”, pois nos possibilita questionar e se opor ao domínio do pensamento moderno ocidental. Nessa perspectiva, a reflexão proposta por Aníbal Quijano sobre colonialidade do poder nos permite “[...] pensar o racismo como um sistema de dominação inerente ao modo de produção capitalista” (Santos, 2022, p. 13).

Assim, uma leitura descolonial rompe com o pensamento hegemônico e coloca em evidência que o racismo está intrinsicamente ligado ao sistema econômico vigente. É dentro dessa lógica que o racismo continua operando na sociedade, por meio da hierarquização e do controle dos corpos, assim como a produção desigual e a exclusão de determinados territórios, resultando na permanência das marcas coloniais na organização do espaço.

Deste modo, Quijano (2005) argumenta que a constituição da América e a consolidação do sistema capitalista ocorreu a partir da categorização racial estabelecida pelos europeus. Uma

vez que, a noção de raça que até então não existia antes da colonização, foi utilizada como ferramenta de dominação para justificar e organizar o “padrão global do controle do trabalho” (Quijano, p. 100), que é profundamente racista e reflete negativamente ao longo dos séculos. Neste sentido, o racismo é um elemento constitutivo do capitalismo e da modernidade, como afirma Quijano (2005, p. 120) “o capitalismo mundial foi, desde o início, colonial/moderno e eurocentrado”, essa afirmação deixa explícito que o poder da Europa ao longo da história foi consolidado através da hierarquização racial, exploração econômica e pela colonialidade.

A partir da dominação colonial, a Europa consegue controlar as subjetividades dos sujeitos, e desenvolver nos europeus o etnocentrismo. Segundo Carvalho (1997, p. 181) esse conceito “consiste em privilegiar um universo de representações propondo-o como modelo e reduzindo à insignificância os demais universos e culturas diferentes”. Assim, a visão etnocêntrica desenvolvida pelos europeus durante o período colonial não só contribuiu para desqualificação das culturas indígenas e africanas, mas impôs um modelo hegemônico para estruturação da sociedade e da cultura.

Essa visão etnocêntrica imposta pelos colonizadores, moldou as estruturas sociais e culturais dos territórios invadidos, especialmente, no caso do Brasil. Devido a tentativa de apagamento da verdadeira história da população negra e originária, há uma supervalorização, e a permanência das culturas dos europeus no território brasileiro, que podem ser observadas nas relações políticas, econômicas, educacionais e culturais. Essa ideia de que tudo que vem do europeu é melhor, contribuiu para disseminação e fortalecimento do racismo em nossa sociedade, em que as discriminações e os preconceitos raciais são tratados de forma naturalizada (Carvalho, 1997).

As interiorizações dos valores coloniais presentes no território latino-americano estão relacionadas as marcas do poder hegemônico, que está diretamente ligado colonialidade do poder (Quijano, 2005). Mesmo com o fim do sistema colonial, esse mecanismo de poder permanece vivo e atuante na sociedade, mantendo as desigualdades e hierarquias raciais. Para uma melhor compreensão sobre esse mecanismo de poder e suas expressões na atualidade, incluindo a intensificação dos crimes raciais na sociedade, é preciso analisá-lo numa perspectiva interseccional, considerando a relação entre as categorias raça, classe e gênero no processo de reprodução das desigualdades e opressões sociais. Nesse sentido, a intelectual Carla Akotirene (2019, p. 23) compreende a interseccionalidade como

[...] instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas

identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe.

Corroborando com a autora, a interseccionalidade é uma ferramenta teórico-metodológica fundamental para compreender as formas de opressões contemporâneas, ao revelar as complexas interações entre raça, classe e gênero, como parte de um sistema único de dominação que incide de forma violenta nas mulheres negras que estão inseridas nos mais diversos territórios brasileiros. Essas mulheres são triplamente discriminadas pela cor da pele, o gênero e a classe social. Essa tripla opressão atravessa todas as esferas sociais, inclusive a divisão social do trabalho, configurando o que Lélia Gonzalez denomina como matriz de dominação, que é constituída pela pobreza, pelo racismo e o patriarcado. (Gonzalez, 2020).

A situação das mulheres negras no território brasileiro é permeada por diversas desigualdades estruturais que afetam expressivamente as suas trajetórias de vida, como explica Gonzalez (2020, p. 24)

Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão. [...] ela se volta para a prestação de serviços domésticos junto às famílias das classes média e alta da formação social brasileira. Enquanto empregada doméstica, ela sofre um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da subordinação e da “inferioridade” que lhe seriam peculiares.

Assim, Gonzalez (2020), deixa explícito que o capitalismo brasileiro dependente e periférico, foi consolidado a partir das divisões raciais e sexuais do trabalho como consequência do processo de colonização. Esse processo resultou na estruturação e aprofundamento das desigualdades raciais e de gênero que persistem nos dias atuais.

Neste contexto, ao longo dos acontecimentos históricos e sociais, o recorte de gênero é necessário para entender as violências racistas vivenciadas pelas mulheres racializadas, que eram e continuam sendo distintas das violências sofridas por mulheres brancas. A filósofa argentina Maria Lugones (2008), destaca que a colonialidade do poder deriva do que ela denomina como colonialidade do gênero, conceito também cunhado a partir das estruturas do período colonial.

Essa colonialidade do gênero, evidencia a forma como o colonialismo europeu impôs uma lógica de gênero consolidada na sua perspectiva ocidental e patriarcal, que afeta profundamente as mulheres negras e indígenas que foram e continuam sendo triplamente oprimidas. Como afirma Lugones, (2008, p. 73)

la interseccionalidad entre raza, clase, género y sexualidad con el objetivo de entender la preocupante indiferencia que los hombres muestran hacia las violencias que sistemáticamente se infringen sobre las mujeres de color, es decir, mujeres no blancas víctimas de la colonialidad del poder e, inseparablemente, de la colonialidad del género.¹

A partir dessa perspectiva, se compreende que as violências presentes no período colonial e nos atuais não se restringiram apenas as violências de origem econômica e cultural, mas também incluem as corporais e sexuais. Durante o período colonial, mulheres negras e indígenas foram violentadas corporalmente e sexualmente, seus corpos foram utilizados como objeto sexual. As violências as quais essas mulheres foram acometidas durante e após o período colonial eram sistematicamente deslegitimadas pelos homens.

Atualmente, o cenário não é tão diferente, pois o racismo e o machismo estão enraizados nas estruturas do país contribuindo para a manutenção das atitudes discriminatórias e preconceituosas contra as mulheres negras. As vivências dessas mulheres são profundamente marcadas pelo racismo, que se manifesta de diferentes formas, as quais destacam-se o racismo a partir da estigmatização dos seus corpos, através da criação de estereótipos raciais e de gênero que contribuem para hipersexualização do corpo negro. Por meio da linguagem, que por vezes são inferiorizadas e silenciadas, as limitações encontradas no acesso ao mercado de trabalho, que promovem desigualdades históricas que comprometem a permanência e o acesso dessas mulheres em determinados espaços da cidade (Maia, Melo, 2020).

Ademais, não podemos deixar de mencionar o racismo estético, pois por não se enquadrarem nos padrões eurocêntrico, mulheres negras são vistas como “feias”, tendo suas características fenotípicas desvalorizadas, o que afeta diretamente a sua autoestima, contribuindo, por vezes, na negação da sua própria origem, e a construção de suas identidades. Essas formas de opressões mencionadas contribuem para invisibilidade e o silenciamento dessas mulheres nas diferentes esferas sociais (Maia, Melo, 2020).

Deste modo, ao falar sobre a violência racista não podemos deixar de analisá-la a partir da perspectiva interseccional entre raça, classe e gênero. A interseccionalidade nos leva a compreender que raça, classe e gênero estão interligadas atuando na produção das desigualdades estruturais presentes na nossa sociedade. Além disso, cada gênero humano possui

¹ Tradução livre: “A interseccionalidade entre raça, classe, gênero e sexualidade tem como objetivo compreender a preocupante indiferença que os homens demonstram diante das violências que são sistematicamente infligidas às mulheres de cor, ou seja, mulheres não brancas, vítimas da colonialidade do poder e, inseparavelmente, da colonialidade do gênero” (Lugones, 2008, p. 73).

especificidades distintas que, ao serem atravessadas pelo racismo, resultam em vivências diferentes (Crenshaw, 2002).

Desta forma, negros(as), LGBTQIAPN+² negros(as), terão vivências diferentes porque o racismo não age isoladamente nos diferentes territórios brasileiros, sempre se cruza com outras formas de opressões, como o sexismo, LGBTfobia, e as desigualdades econômicas. Portanto, a constituição da raça e do racismo nas sociedades humanas é permeada por processos históricos que envolve o colonialismo, a escravidão o patriarcado, e o capitalismo, e mesmo que tenha se sofisticado, ou seja, se manifestado de diferentes formas, seja explícita ou sutil em todas as esferas sociais ao longo dos anos e ganhado outras denominações, a sua essência permanece a mesma, excluir com perversidade a população negra e originária.

3.2 Racismo “à Brasileira”: do silêncio a negação

Ao falarmos sobre o termo “racismo à brasileira”, que é utilizado por diferentes estudiosos(as) os(as) quais destacam-se Abdias do Nascimento (1978), Lélia Gonzalez (2020), Silvio Almeida (2018), Nilma Gomes (2005) e Kabengele Munanga (2003), estamos nos referindo as características do racismo na sociedade brasileira, que por vezes, se revela de forma sutil ou mascarada. Essas características são ressaltadas pelo sociólogo Abdias do Nascimento (1978), que associa o preconceito e a discriminação racial no Brasil a um discurso cordial revestido pelo mito da democracia racial.

A forma peculiar das manifestações do racismo no cotidiano do povo brasileiro contribui para que a sua existência seja negada ou silenciada, culminando na permanência do racismo em todas as estruturas da sociedade, por meio da violação e negação dos direitos dos povos historicamente marginalizados, deixando marcas de opressões e desigualdades estruturais. Neste sentido, Almeida (2018, p. 38) afirma que

O racismo é uma decorrência da estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural.

A partir dessa perspectiva, compreendemos que o racismo está presente em todas as esferas sociais, sendo manifestado de forma explícita ou implícita nas relações individuais, coletivas ou governamentais (Borges; Purificação; Catarino, 2023). Deste modo, esse fenômeno

² Sigla utilizada para representar a diversidade de orientações sexuais e identidades de gênero, abrangendo pessoas que são Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais, Pan, Não-binárias e mais.

sistêmico não pode ser analisado de forma isolada, pois precisa ser entendido enquanto elemento constitutivo do próprio Estado brasileiro, que segue moldando as dinâmicas políticas, econômicas, culturais e territoriais da sociedade. Segundo Borges; Purificação e Catarino (2023, p. 2) se trata de um sistema “[...] cuja intenção é perpetuar privilégios e hegemonias, no qual estrutura normas capazes de definir oportunidades e valores para pessoas e população a partir de sua aparência”.

Dito isso, o fator determinante no território brasileiro para que as pessoas consigam ter acesso a direitos e oportunidades continua sendo a cor da pele e a classe social, dando continuidade as desigualdades históricas que permeiam a vida da população negra. A estrutura racista que se apresenta, escancara a forma como o racismo se institucionaliza diariamente, e opera através de mecanismos que contribuem para intensificação das desigualdades raciais, e a segregação da população negra.

Esse “racismo à brasileira”, que se consolida diariamente por meio de mecanismos diversificados e multifacetados tem raízes históricas e profundas. O racismo no Brasil tem se tornado cada vez mais expressivo, e evidente, em decorrência da formação sócio-histórica do país, que possui suas bases escravista, racista, e patriarcal, decorrente da invasão europeia em 1500, a qual culminou no extermínio de diferentes povos, negros e indígenas, ao longo dos séculos (Nascimento, 1978).

Deste modo, a visão estereotipada que a população tem sobre esses povos e sobre si mesmo, advém de processos históricos, políticos e ideológicos, os quais tratam os supracitados grupos étnico-raciais com perversidade, os colocando em um espaço de inferioridade, além disso, tentam justificar as atrocidades ocorridas no passado. Como afirma Nascimento (1978, p. 48):

O ponto de partida nos assinala a chamada “descoberta” do Brasil pelos portugueses, em 1500. A imediata exploração da nova terra se iniciou com o simultâneo aparecimento da raça negra fertilizando o solo brasileiro com suas lágrimas, seu sangue, seu suor e seu martírio na escravidão.

Os negros africanos foram sequestrados de seus territórios, afastados de seus familiares e submetidos a condições sub-humanas no Brasil, passando por inúmeras torturas, entre elas, a mutilação de seus corpos, como forma punitiva imposta pelo sistema colonial, em 1530. Esse processo de colonização imposto pelos europeus resultou no genocídio de diferentes povos, etnias, culturas, e contou com o apoio do governo local e da Igreja Católica (Nascimento, 1978). Atualmente, colhemos as consequências deste processo, visto que, o plano de genocídio contra esses povos permanece de forma contínua em nossa sociedade, em que se torna perceptível por

meios dos indicadores de violência e dos crimes raciais que afetam profundamente os povos negros e indígenas.

O racismo brasileiro está intrinsicamente ligado ao mito da democracia racial e as demais teorias racistas que ganharam forças ao longo do século XIX. Essa ideologia racial, parte de uma falsa concepção que foi impulsionada, tanto por observadores nativos, quanto por viajantes estrangeiros que descreviam o Brasil como um “paraíso racial”, e analisavam o processo de miscigenação como um “espetáculo” de degeneração racial e social (Domingos, 2005).

Durante o período pós-abolicionista os viajantes estrangeiros produziram relatos sobre a sua estadia no território brasileiro, difundindo equivocadamente que negros e brancos viviam em condições igualitárias. Da mesma forma, os observadores nativos, membros das elites intelectuais brasileiras, e participantes dos movimentos abolicionistas institucionalizados, também produziram e propagaram o mesmo discurso. Como resultado, difundiu-se a falsa imagem de harmonia entre os diferentes grupos étnicos, enquanto, na realidade, o processo de mestiçagem foi incentivado pelas políticas de branqueamento racial impostas pelo próprio governo brasileiro (Domingos, 2005).

Essa teoria também foi fortemente difundida através da obra do sociólogo Gilberto Freyre (2003) que parte do pressuposto que o processo de mestiçagem no Brasil ocorreu de forma harmônica, e a escravidão de forma branda, pois existia uma boa relação entre escravizados e colonos. Dentro da lógica de Freyre (2003) negros e brancos foram tratados de forma igualitária, e as desigualdades existentes entre esses não estariam relacionado ao racismo, mas sim justificada pela supremacia branca nas estruturas sociais.

Entretanto, Nascimento (1978) fez fortes críticas a essa ideologia, afirmando que negros e indígenas nunca viveram em nenhum período da história brasileira uma democracia racial. Para uma melhor compreensão sobre o conceito, Domingues (2005, p. 116), define democracia racial como “[...] um sistema racial desprovido de qualquer barreira legal ou institucional para a igualdade racial, e, em certa medida, um sistema racial desprovido de qualquer manifestação de preconceito ou discriminação”. A partir dessa perspectiva, é possível afirmar por meio de uma análise histórica e contemporânea, que, de fato, o Brasil nunca chegou a alcançar esse nível de convivência entre os grupos raciais ao longo da história.

Essa concepção acerca do processo de colonização no Brasil em que negros e indígenas e colonos viveram harmoniosamente não passa de uma falácia, que foi e continua sendo introjetada na mente da população com o objetivo de apagar as marcas violentas desse período, e justificar a dominação branca, para que o projeto de extermínio desses povos obtenha

êxito. Essa ideologia do mito da democracia racial conseguiu mascarar as formas de “[...] opressões, de dominação que perpassou por as dimensões econômicas, políticas e sociais da sociedade de classes” (Borges; Purificação; Catarino, 2023, p. 11). Atualmente, o “mito da democracia racial” é tão forte na sociedade brasileira, que acaba dificultando que as vítimas de racismo enxerguem a violência do opressor.

Diante desse contexto, a ativista brasileira Lélia Gonzalez (1982) ao fazer uma leitura sobre a formação da sociedade brasileira e criticar o mito da democracia racial, destacou o comportamento dos brasileiros(as) ao serem questionados(as) sobre a existência do racismo no Brasil, a reação mais comum daqueles que comungam da ideia que o Brasil vive uma democracia racial é

Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas... nem parece preto (Gonzalez, 1982, p.78).

Embora, esse tipo de comportamento seja bastante comum entre boa parte dos(as) brasileiros(as), atualmente, é possível evidenciar que uma quantidade significativa da população tem desenvolvido a consciência que o Brasil é um país extremamente racista. Mas, ainda há resistências em reconhecer as atitudes individuais como racista, o que acaba sendo um tanto contraditório, visto que estamos inseridos em um país racista, mas não há o reconhecimento da população.

No ano de 2023, a Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica (Ipec), instituto brasileiro criado em 2021 com o objetivo de realizar pesquisas de mercado e opinião, conduziu um estudo para o Instituto de Referência Negra Peregum³ e o Projeto Seta⁴, apresentando dados concretos sobre o posicionamento dos brasileiros(as) em relação a existência do racismo em nosso país. Os dados revelaram que entre os 2.000 participantes entrevistados na pesquisa com idades de 14 a 34 anos, 81% concordaram que o Brasil é um país racista, 51% já presenciaram situações racistas, e apenas 11% afirmaram ter atitudes ou práticas racistas. Como demonstram os dados, ainda há um paradoxo nas falas dos brasileiros(as) quando relacionadas as suas práticas racistas, e as manifestações do racismo em nossa sociedade (Peregum, 2023).

³ Organização sem fins lucrativos, fundada por militantes da educação popular, com o objetivo de articular e fortalecer o campo da educação e dos movimentos negros. Atua por meio de três estratégias principais: articulação e fortalecimento do campo e dos movimentos negros, incidência política e racialização do debate público (Peregum, 2023).

⁴ Sistema de Educação por uma Transformação Antirracista.

Esse comportamento, acaba gerando a naturalização das situações de racismo vivenciada pela população negra em diferentes territórios, seja ao adentrarem em igrejas, escolas, universidades, *shoppings*, entre outros territórios que a presença desses povos não é bem-vista, devido aos estigmas que são criados em torno do seu corpo.

Este processo evidencia que o racismo se manifesta por denegação, fazendo com que a sociedade não se reconhece como racista, e parta do pressuposto que essa violência ocorre devido as “péssimas qualidades que os negros possuem”: “Daí, é natural que seja perseguido pela polícia, pois não gostam de trabalho, sabe? Se não trabalha, é malandro e se é malandro é ladrão. Logo, tem que ser preso, naturalmente” (Gonzalez, 2020, p. 69).

O racismo historicamente possui uma essência marginalizadora, em que criminaliza os sujeitos, e os coloca em um espaço de inferioridade, sendo criado pelos brancos como ferramenta para manter a dominação sobre os negros, e justificar as desigualdades sociais, políticas, e econômicas a qual esses povos são acometidos (Tavares, 2022). Além disso, o racismo no Brasil está consolidado em todas as instituições públicas e privadas, que foram criadas pela burguesia branca capitalista e racionalista, as quais retém os meios de produção, e estimula a população a esconder esses crimes raciais (Gonzalez, 1982).

Outro fator que se destaca na consolidação do “racismo à brasileira”, além do mito da democracia racial, é a ideologia do branqueamento racial. Segundo Hofbauer (2010, p. 177), o branqueamento pode ser compreendido como

[...] um ideário historicamente construído (“uma ideologia um mito”) que funde status social elevado com “cor branca e/ou raça branca” e projeta ainda a possibilidade de transformação da cor, de “metamorfose” da cor (raça). Ao atuar como interpretação do mundo (das relações sociais), esta construção ideológica foi fundamental para manutenção da ordem social.

Como podemos observar, durante a história a concepção de brancura foi construída com base em falsos pressupostos associados a superioridade racial, poder e civilidade. Deste modo, os povos negros foram colocados historicamente dentro desse ideário como seres inferiores. Porém, nessa lógica racista, a mestiçagem que segundo Merlo (2023, p. 101) refere-se “o processo ou resultado da mistura entre diferentes culturas, etnias e populações”, foi apresentada como uma alternativa para apagar ou corrigir os traços negroides da população que era visto como indesejáveis pela elite branca brasileira.

Neste contexto, a política de branqueamento racial no Brasil foi uma estratégia de genocídio, instaurada pelos brancos da sociedade dominante e pelo próprio estado brasileiro com objetivo de exterminar os corpos negros e indígena que, desde o período escravocrata,

constituíam majoritariamente a matriz étnica racial do país (Nascimento, 1978). A execução desse plano se deu por meio da violação dos corpos das mulheres negras, submetidas a exploração sexual e ao estupro sistemático. Esse processo violento foi utilizado como recurso estratégico para impor o domínio branco, através do apagamento da “mancha negra” e a identidade desses povos.

Essa violência originou termos que ficaram conhecidos como “mulato” “pardo”, “moreno”, entre outras variações que contribuíram para o fortalecimento do mito da democracia racial e o apagamento da identidade negra do país (Nascimento, 1978). O projeto de branqueamento implantado no Brasil, foi uma decorrência da ausência de políticas de inclusão da população negra na sociedade de classes, associada a influência do pensamento eugenista no período pós-abolicionista (Santos, 2019).

Neste período, negros(as) foram largados(as) a sua própria sorte, sem nenhum tipo de apoio social, e econômico. Como reflexo deste processo, a alternativa anunciada pelo governo brasileiro no congresso Universal das Raças em 1911, realizado na Inglaterra, seria aniquilar a “macha escura”, ou seja, eliminar os negros que sobreviveram ao sistema colonial (Santos, 2019). Neste sentido, torna-se evidente que o branqueamento racial, foi um projeto político idealizado pela elite e as religiões cristãs brasileiras, que idealizavam uma sociedade branca regida pelos padrões eurocêtricos.

As políticas migratórias foram utilizadas como ferramentas para extinguir os povos negros no Brasil, atendendo os objetivos propostos pelo próprio governo brasileiro, que considerava a sociedade, segundo Nascimento (1978, p. 70), “[..] feia e geneticamente inferior por causa da presença do sangue negro-africano”.

No entanto, na perspectiva dos geógrafos Santos (2009) e Corrêa (2018) as políticas de branqueamento perpassam as questões fenotípicas, estando presente nas reformas urbanísticas, nas políticas de ordenamento territorial, e nas paisagens existentes nos territórios. Neste sentido, as políticas de branqueamento também tinham como objetivo branquear os territórios a partir dos processos de desterritorialização da população negra e indígena, que ocorreu com a chegada dos mais de 3 milhões de imigrantes europeus.

A elite branca brasileira, tentou a todo custo mudar as características físicas da população e ao mesmo tempo apagar a memória espacial, visto que durante o processo de colonização esses povos foram excluídos e segregados dos seus territórios. Deste modo, foram impossibilitados de exercer, controlar e se apropriar desses territórios, seja na sua dimensão política, seja simbólica-cultural, impactando diretamente no desenvolvimento das suas territorialidades (Haesbaert, 2004).

Como afirma Corrêa (2018, p. 130), esse processo ocorre por meio das “imigrações financiadas em detrimento da condição de vida do negro, desterritorialização de grupos não brancos, produção de não existência nas diversas narrativas e discursos acerca dos territórios”. Neste sentido, as tentativas de apagamento das histórias desses povos se refletem até os dias atuais, a falta de pertencimento do povo brasileiro e a ausência de suas identidades estão intrinsecamente ligadas a esse projeto político.

Este processo de branqueamento do território na concepção de Corrêa (2018), pode ser classificado e compreendido em 3 (três) dimensões as quais estão interligadas: branqueamento da ocupação, da imagem e da cultura. O branqueamento da ocupação, se refere a forma histórica e social que os diferentes espaços urbanos e rurais foram ocupados e organizados pelas elites branca brasileiras durante o período colonial, após e nos dias atuais, com a expulsão e marginalização dos indígenas e negros desses territórios (Corrêa, 2018). Como afirma Santos (2009, p. 60), “[...] A ideia de branqueamento da ocupação do território indica a multiplicidade de interesse que entrelaçam o branqueamento às dimensões econômicas e geopolíticas do território”.

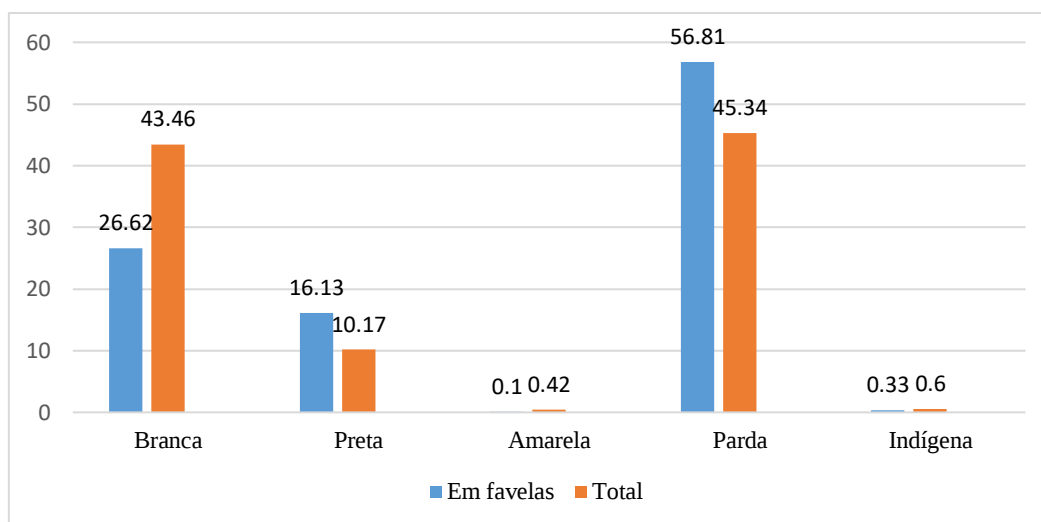
O branqueamento da imagem, diz respeito a forma como esses territórios são representados visualmente, simbolicamente e midiaticamente na sociedade brasileira, ou seja, no imaginativo coletivo os “territórios brancos”, sempre são associados a riqueza, segurança, e civilidade, enquanto os “territórios negros” são estigmatizados como espaços de pobreza, violência e insegurança (Corrêa, 2018). E, por fim, o branqueamento da cultura, que se trata da imposição da cultura eurocêntrica hegemônica que fomos expostos, com o objetivo de invisibilizar a história e os saberes construídos por negros e indígenas (Corrêa, 2018).

Nessa perspectiva, Corrêa (2018, p. 20) aponta que o branqueamento do território deve ser compreendido como “[...] resultado de um projeto político racializado empreendido pelo Estado territorial monocultor que se constitui como um agente desterritorializador para a organização do espaço “brasileiro” com intervenções contra a população não branca”. Ou seja, o branqueamento do território implantado no Brasil se deu de forma deliberativa pelo próprio governo brasileiro, que objetivou e continua objetivando a exclusão sistemática da população negra e indígena de determinadas áreas urbanas das cidades brasileiras. Esse projeto “bem-sucedido”, interfere diretamente nas políticas de ordenamento territorial, refletindo as ações racistas presentes nos territórios.

Diante desse contexto, se compreende que o projeto de branqueamento, de cunho racista, contribuiu significativa com o processo de favelização no Brasil, uma vez que comunidades negras foram retiradas dos centros urbanos e empurradas para as margens. Os

dados obtidos no Censo demográfico de 2022, realizado pelo Instituto de Geografia e Estatística (IBGE, 2022a), reflete essa dinâmica de forma concreta ao revelar a cor/raça dos(as) moradores(as) das 12.348 favelas do Brasil, como evidencia o gráfico 1.

Gráfico 1 - Distribuição por cor ou raça, total e em favelas no Brasil



Fonte: IBGE (2022a)

Os dados obtidos no Censo demográfico (2022), demonstram que a população autodeclarada parda e preta vem aumentando significativamente ao longo dos anos. Dos 211,1 milhões de habitantes do território brasileiro, 92,1 milhões se autodeclararam pardas, isso equivale a 45,34% da população. Enquanto, os 20,6 milhões se autodeclararam pretos, correspondendo a 10,17%. Dentro desse total, 16.390.790 pessoas residem nas áreas denominadas pelo IBGE (2022a) como favelas.

Dessas, 56,8% são pardas e 16,1% são pretas, isso significa dizer que pardos e pretos correspondem 72,9% da ocupação desses territórios, os quais, frequentemente, vivem em condições precárias tendo acessos limitados a saúde, segurança, educação e a condições dignas de moradias. Diante desses dados, é possível afirmar que as favelas ou aglomerados urbanos no território brasileiro tem cor/raça, e essa cor/raça é negra, tornando evidente o quanto o território brasileiro é racializado, marginalizado e atravessado por desigualdades raciais históricas, que são manifestadas no acesso a oportunidades e na própria distribuição espacial da população.

Essa realidade nos leva a problematizar e refletir sobre o lugar do negro na sociedade contemporânea. Como ressalta Gonzalez (1982), o dito “lugar natural” do negro sempre foi diferente daquele ocupado pelo branco, pois os brancos dominam os espaços mais belos das

grandes cidades, ocupam os principais edifícios, vivem cercados por segurança, saneamento básico, ou seja, vivem a vida com qualidade.

Enquanto aos negros foram destinadas as margens, as favelas, as inseguranças, e as violências que interferem diretamente na qualidade desses sujeitos. É notório, que o racismo no Brasil é permeado por uma segregação socioespacial e racial que vem se acentuando ao longo do tempo, desde o período escravocrata por meio das ideologias racistas e a execução de projetos políticos como o do branqueamento, refletindo na qualidade de vida e no processo de ocupação territorial dos povos historicamente marginalizados.

Nesse contexto, Milton Santos (1997), ao tratar da epistemologia da existência e evidenciar a importância da leitura espacial como produto político e social para compressão da existência do ser humano no mundo, destaca três dimensões fundamentais que podem ser utilizadas para compreender o preconceito, o racismo e a discriminação no Brasil, as quais destacam-se: a corporalidade, a individualidade e a cidadania. O autor destaca que “[...] a corporalidade inclui dados objetivos, a individualidade inclui dados subjetivos e a cidadania inclui dados políticos e propósitos jurídicos” (Santos, 1997, p. 134).

A corporalidade está relacionada ao que ele denomina como “lugaridade”, ou seja, é a forma como esse corpo humano se manifesta, é visto, e incluindo ou excluindo das relações sociais do mundo. Neste sentido, esse corpo também é lugar, e território, por isso, é subjugado, estereotipado e marginalizado cotidianamente. Desta forma, é possível afirmar que o preconceito no Brasil surge a partir da corporalidade, pois é por meio das características fenotípicas desses corpos que são perpetuadas situações racistas, preconceituosas e discriminações raciais que resultam no aumento das desigualdades.

A individualidade, é o exercício da “transindividualidade”, a qual impulsiona os sujeitos a desenvolverem uma consciência sobre si mesmo, sobre o outro, sobre a coletividade, contribuindo para que suas visões de mundo sejam construídas com criticidade, partindo do entendimento que suas ações sejam elas individuais ou coletivas gerem impactos em nossa sociedade. Por fim, a cidadania está relacionada ao exercício do direito e a capacidade de reivindicar, que por vezes é negada aos corpos negros.

Entretanto, Santos (1997) parte do pressuposto que o racismo estrutural e as desigualdades resultantes desse fenômeno não se desfazem tão facilmente, mesmo com uma Educação de qualidade, ou o desenvolvimento de uma consciência crítica capaz de estimular os(as) educandos(as) a transformarem o espaço que estão inseridos. Isso porque a realidade do negro no Brasil é extremamente difícil, marcada historicamente e socialmente por desigualdades profundas.

A realidade enfrentada pelos(as) negros(as) brasileiros(as), é entendida por Santos (1997) como “estrutural e acumulativo” em que o racismo, o preconceito e a discriminação possuem suas bases consolidadas no processo de colonização. Como ele afirma “a escravidão marcou o território, marcou os espíritos e marca ainda hoje as relações sociais deste país” (Santos, 1997, p. 135). Esse processo deixou marcas severas na humanidade ao hierarquizar os corpos, marcas perenes, que continuam operando dentro de um sistema de aniquilamento dos corpos negros, que contribuem para a manutenção das desigualdades socioespaciais e das manifestações racistas que ocorrem cotidianamente.

Para uma melhor compreensão sobre as manifestações do racismo na sociedade brasileira, nos atentemos aos conceitos de preconceito e discriminação racial destacadas por Almeida (2018, p. 25):

O preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias. Considerar negros violentos e inconfiáveis, judeus avarentos ou orientais “naturalmente” preparados para as ciências exatas são exemplos de preconceitos. A discriminação racial, por sua vez, é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados. Portanto, a discriminação tem como requisito fundamental o poder, ou seja, a possibilidade efetiva do uso da força, sem o qual não é possível atribuir vantagens ou desvantagens por conta da raça.

Como aponta Almeida (2018), o preconceito racial pode ser manifestado por meio de atitudes individuais ou coletivas desfavoráveis baseadas na aparência étnico-racial de determinados grupos. Com base no autor, a discriminação ocorre quando as ideias preconceituosas são colocadas em ação, resultando em distinção, exclusão, e restrição baseadas na cor/raça, ascendência, origem de determinados grupos.

Na mesma perspectiva, Bento aponta (2002, p. 3) “[...] a discriminação racial teria como motor a manutenção e a conquista de privilégios de um grupo sobre outro, independentemente do fato de ser intencional ou apoiada em preconceito”. Deste modo, a discriminação racial, pode ocorrer de forma direta, quando pessoas brancas atingem diretamente pessoas negras, ou de forma indireta, por meio do racismo institucional.

Segundo Almeida (2018, p. 29) o racismo institucional é uma expressão do racismo estrutural, e se manifesta:

[...] com estabelecimento de parâmetros discriminatórios baseados na raça, que servem para manter a hegemonia do grupo racial no poder. Isso faz com

que a cultura, a aparência e as práticas de um determinado grupo tornem-se horizonte civilizatório do conjunto da sociedade.

Assim, o racismo institucional se concretiza na prática por meio da omissão das instituições políticas, econômicas, sociais, públicas ou privadas, que por vezes contribuem para violação dos direitos da população negra. Desta forma, frequentemente, sujeitos brancos ao ocuparem cargos de poder, invisibilizam as demandas dos respectivos povos, além disso, muitos dos casos de racismo vivenciados pela população negra são silenciados ou naturalizados, por inúmeros motivos, entre eles, o medo das vítimas em realizar a denúncia ou a ausência de serviços que possam garantir proteção e assistência psicológica às vítimas afetadas.

Ademais, como discutido anteriormente, os processos históricos e sociais brasileiros são permeados por ideologias racistas que moldaram e estruturaram aquilo que conhecemos como “racismo à brasileira”, um modelo caracterizado, tanto pela negação, quanto pelo silenciamento do racismo na sociedade fundamentado na valorização da mestiçagem, no mito da democracia racial e no branqueamento racial e territorial.

Essas ideologias favoreceram e continuam favorecendo a população branca, contribuindo para a manutenção dos seus privilégios. Os brancos foram os únicos beneficiados com o processo de escravidão, segundo Bento (2020, p. 3) “[...] saíram da escravidão com uma herança simbólica e concreta extremamente positiva, fruto da apropriação do trabalho de quatro séculos de outro grupo”.

Ao evitar falar sobre os privilégios da branquitude durante o período colonial, vemos a manutenção daquilo que Bento (2022), denomina como o “pacto da branquitude”, como sendo “[...] um acordo tácito entre brancos de não se reconhecerem como parte absolutamente essencial na permanência das desigualdades raciais no Brasil” (Bento, 2022, p.3).

Ademais, esse pacto opera através da negação e do silenciamento do racismo, impedindo o enfrentamento das desigualdades e contribuindo para sua permanência. Essas desigualdades raciais se manifestam de forma explícita em todo território brasileiro, especialmente no estado de Alagoas, cuja formação histórica se deu sob a mesma lógica racista, patriarcal e capitalista, conforme será discutido a seguir.

4 FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DE ALAGOAS E AS MARCAS DO RACISMO

Neste capítulo, foi desenvolvida uma reflexão sobre a formação socioespacial de Maceió/AL, analisando de que maneira a constituição socioespacial de Alagoas, reproduz

estruturalmente o racismo e concomitantemente contribui para a permanência das desigualdades socioespaciais e raciais. Além disso, problematiza-se os impactos do racismo sobre os corpos negros que habitam a cidade maceioense. A análise é realizada por meio dos dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, da Secretaria de Estado da Segurança Pública de Alagoas, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022b), e do Atlas da violência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2025), os quais evidenciam de forma concreta as desigualdades sociorraciais e espaciais que atravessam o cotidiano da população negra.

4.1 Contextualização histórica do território alagoano e sua base escravocrata

O estado de Alagoas, conhecida popularmente como o Caribe brasileiro por suas praias paradisíacas de águas cristalinas, é também um território de lagoas, folguedos, ancestralidade, e marcantes guerreiros(as) históricos(as) como Aqualtune, Zumbi dos Palmares, Dandara Lampião e Maria Bonita. Além das belezas naturais e culturais, o estado alagoano carrega uma longa trajetória de lutas, violências, e resistências, protagonizadas pela população negra e indígenas contra os interesses hegemônicos.

Esse território possui uma área 27.768 km² com cerca de aproximadamente 3,2 milhões de habitantes (IBGE, 2014), foi estruturado a partir da exploração dos povos negros e indígenas. Como afirma Carvalho (2021, p.23)

A constituição do espaço alagoano, com as estruturas com latifúndios, a monocultura, a escravidão e o modelo agrário-exportador que marcariam sua história, é fruto da intervenção portuguesa nos dois primeiros séculos de colonização.

O sangue dessa população foi derramado ao longo de séculos durante a colonização, resultando em processos segregacionistas que são refletidos nas estruturas atuais. Neste sentido, é possível afirmar que a formação socioespacial de Alagoas é fortemente marcada pelo o racismo, o colonialismo, o patriarcado e as desigualdades de gênero e o capitalismo.

Para a compreensão acerca da formação socioespacial do estado alagoano exige reconhecer que o espaço geográfico é resultado das relações históricas, sociais e econômicas que são construídas ao longo do tempo (Santos, 1977). Na perspectiva de Milton Santos (1977), o espaço é analisado enquanto instância social, econômica, cultural e ideológica, produto do trabalho humano que vai sendo moldado a cada período. Deste modo, é possível evidenciar que durante a construção socioespacial dos territórios brasileiros os grupos historicamente

marginalizados, negros e indígenas foram sendo empurrados para margens das decisões relacionadas a estruturação das sociedades (Campos, 2012).

Ademais, o entendimento da construção socioespacial dos territórios possibilita uma visão mais ampliada do território, como explica Santos (1977, p. 81)

[...] Formação Econômica e Social parecer-nos a mais adequada para auxiliar a formação de uma teoria válida do espaço. Esta categoria diz respeito à evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com as forças externas de onde mais frequentemente lhes provém o impulso. A base mesma da explicação é a produção, isto é, o trabalho do homem para transformar, segundo leis historicamente determinadas, o espaço com o qual o grupo se confronta.

Neste sentido, para entender o espaço geográfico, é necessário analisá-lo para além da sua dimensão físico, buscando compreender como a sociedade produziu esse espaço ao longo da história e do tempo, dentro de um sistema social e econômico determinado. Desta forma, a formação socioespacial brasileira é atravessada pelo racismo, o escravismo, o patriarcado e o capitalismo que contribuem para permanência das desigualdades socioespaciais, em que negros(as) e indígenas não foram vistos como parte desse espaço.

Atualmente, a formação socioespacial de Alagoas reflete esses processos históricos, que colocaram os povos negros, indígenas, quilombolas em posições de inferioridade e vulnerabilidade, transformando Alagoas em um espaço historicamente inseguro para aqueles(as) que não se enquadram nos padrões eurocêntrico e nos interesses hegemônicos. Segundo Silveira (2011, p. 157) a formação socioespacial consiste em uma

[...] totalidade que explica os processos, daí que a escala que ela representa, mais do que uma delimitação, é um imprescindível partido de método. Como é uma mediação entre as possibilidades dos períodos históricos e a existência nos lugares, permitir-nos-ia transformar um discurso geral sobre o presente numa análise concreta de um país e suas regiões sem, por isso, cair numa mera descrição dos lugares a modo de inventário.

Nessa perspectiva, a formação socioespacial evidencia a articulação entre os processos sociais e espaciais que moldam os territórios. É mais que uma simples delimitação, é um recurso metodológico essencial para compreender a realidade das cidades brasileiras. Além disso, mesmo com as inúmeras tentativas de apagamento da presença negra e indígena, as marcas deixadas por esses povos permanecem inscritas no espaço e na memória coletiva.

A construção do território alagoano se iniciou com o extermínio e a escravização dos povos africanos e indígenas. A chegada de Portugal, em 1501 não ocorreu de forma pacífica e

harmoniosa como é descrito em algumas falácias espalhadas ao longo do tempo. Os colonizadores se confrontaram com a resistência indígena, os verdadeiros donos da terra resistiram e lutaram contra o processo de colonização, houve luta, confronto e derramamento de sangue. Devido à ausência de metais preciosos, inicialmente a exploração de Portugal concentrava-se na comercialização do pau-Brasil, que era extraído de forma predatória das terras brasileiras (Carvalho, 2021).

Até 1817, Alagoas foi capitania de Pernambuco, sob o domínio de Duarte Coelho, um dos iniciantes do cultivo da cana-de-açúcar nas capitanias hereditárias, um dos ciclos econômicos do Brasil. Durante esse período, este ciclo econômico é consolidado por meio da escravização dos povos negros africanos e indígenas. Neste sentido, a chegada dos negros(as) é marcada pela escravidão que se intensificou ainda mais com esse novo ciclo econômico (Carvalho, 2021).

Portugal, em guerra com os indígenas Caetés, ateou fogo na aldeia e decretou que os indígenas que sobrevivessem ao processo de dominação colonial, deveriam ser condenados a escravidão perpetua e os seus descendentes também. Dentro desse contexto, um percentual significativo negros(as) foram sequestrados(a) de seus países africanos e submetidos ao processo de escravidão.

Em 1557, é criado em Penedo o primeiro engenho de açúcar por Jerônimo de Albuquerque, posteriormente em Porto Calvo por Cristóvão Lins. Historiadores estimam que em 1580 nas Alagoas tinha 5 mil africanos(as). Além disso, durante a guerra de Portugal e os holandeses, a produção açucareira foi interrompida, impossibilitando o funcionamento dos engenhos alagoanos.

Ao longo dos séculos XVI e XVII, ocorreram confrontos marcantes, como a luta contra a presença dos franceses no litoral de Alagoas, o extermínio sistemático contra os indígenas que ocupavam essas terras antes do domínio colonial, os quais foram empurrados para a margem da sociedade, a resistência aos holandeses, e de forma central a formação e luta do Quilombo dos Palmares (Tenório, 2024).

O Quilombo dos Palmares foi um território construído pela população negra como forma de resistir e lutar contra o processo de escravidão. No entanto, a historiadora brasileira Beatriz Nascimento, amplia a discussão ao compreender o quilombo não apenas como um espaço de refúgio, mas como a materialização das práticas de resistência negra, organização social e produção do mundo negro. Segundo Nascimento (2018, p. 101),

O quilombola típico, se assim pode dizer, não fugia apenas dos maus tratos e da escravidão. Um homem em condições físicas e psíquicas normais, embora vivendo sob um sistema de instituição vigorosamente opressora, poderia voluntariamente imaginar para si instituições mais de acordo com as suas potencialidades e aptidões, o que era impossível de realizar dentro da ordem social escravocrata. O quilombo não foi o reduto de negros fugidos: foi a sociedade alternativa que o negro criou.

Corroborando com a autora, o quilombo deve ser compreendido como um território político e existencial, que foi construído coletivamente pela população negra como uma sociedade alternativa que buscava manter viva a sua identidade, cultura, ancestralidade, e poder, se opondo ao sistema escravocrata. Deste modo, não se trata apenas de um território de refugiados, mas sim de um dos projetos mais complexos e potentes de sociedade negra já produzido no Brasil.

Para o antropólogo Kabengele Munanga (1996, p. 60) o quilombo brasileiro se assemelha muito ao quilombo africano tornando evidente que “ [...] o quilombo brasileiro é, sem dúvida, uma cópia do quilombo africano, reconstruído pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata”. Deste modo, o quilombo é sinônimo de aquilombamento, ação de se reunir, reconstruir e afirmar a identidade negra, com o objetivo de manter viva a história e a ancestralidade da negritude.

Neste sentido, o Quilombo dos Palmares, é um dos mais importantes territórios negros da história da América Latina, situado no município de União dos Palmares, e a concretude da luta e resistência do povo negro. Essa sociedade durante o período colonial chegou a ser constituída por cerca de 20 mil habitantes, que fugiam dos engenhos para lutar por liberdade, sobrevivendo da pesca, da caça, da plantação de feijão, batata, frutas e milho (Oliveira, 2022).

Na mesma perspectiva, Santos (2023, p.12) destaca que “Os quilombos são refletidos como lugar da resistência, organização de saberes, a partir de lugares diferentes da diáspora, bem como espaço agregador de valores e singularidades”. Assim, o quilombo é o maior território de resistência negra.

O crescimento do Quilombo dos Palmares representou uma ameaça para a coroa portuguesa. Ao longo do século XVI, várias expedições militares foram realizadas com o intuito de destruir o quilombo, fato que foi consumado com a guerra de Palmares em 1695, em busca liberdade, quando o líder Zumbi dos Palmares foi morto. Com a derrota de Palmares, Portugal consolidou a sua ocupação territorial, e pode avançar na organização da dinâmica econômica da parte Sul da capitania, com a distribuição das primeiras sesmarias, estabelecendo engenhos

de açúcar e a criação de gado bovino, dando início ao processo de segregação espacial, racial e econômica (Tenório, 2024).

A presença negra em terras alagoanas é marcada pela escravidão, onde os negros foram trazidos ao Brasil como prisioneiros e desembarcaram nos portos de Salvador e Recife para depois serem transferidos para Alagoas. Esses povos foram obrigados a trabalhar nos engenhos e nas propriedades rurais, ou seja, a economia alagoana foi consolidada à custa do sangue negro e indígena. Durante esse período, muitos buscaram refúgio no Quilombo dos Palmares. Atualmente, a região Nordeste conta com 5.386 localidades quilombolas, 64% do total nacional (IBGE, 2022b).

Diante do fim do tráfico negreiro no século XIX, Alagoas, continuou recebendo clandestinamente vários negros(as) africanos(as), cujo a origem dos países era da Angola, Congo, Moçambique, Rebolo, e em maior quantidade os povos bantos, que desembarcaram nos portos do litoral do Francês, Paripueira, Penedo e Barra Grande. A classe dominante acobertava os contrabandistas, e mesmo que houvesse denúncias sobre essa ilegalidade não era apresentado nenhum tipo de punição (Carvalho, 2021).

Para fiscalizar essas irregularidades o governo brasileiro teve a iniciativa de criar postos militares com o objetivo de combater o tráfico no litoral alagoano, mas não adiantou nada, e essa crueldade foi sendo conduzida mesmo com a Lei Eusébio de Queirós, no ano de 1850 que proibia e condenava esta prática (Carvalho, 2021).

Neste contexto, com a proibição da escravidão, foram criadas políticas emancipatórias que prometiam a “liberdade”, mas que na prática não garantiram nenhum direito ao povo negro, gerando apenas a falsa sensação de liberdade. Enquanto a vida desses sujeitos na dinâmica social e urbana permaneciam inalteradas, e em diversos casos continuaram sendo submetidos(as) a exploração e as violências impregnadas ao sistema econômico vigente.

Os jornais alagoanos, com o apoio de feitores, fazendeiros, políticos e empresários deslegitimavam a alforria da população negra, como parte do próprio sistema judiciário. Além disso, difundiam informações falsas, como por exemplo, anunciava nos meios de comunicação que as altas dos produtos alimentares estavam ocorrendo devido a situação de “liberdade” em que negros(as) foram expostos. Como alternativa para mudar a realidade evidenciada, o Estado criou uma lei municipal que punia os africanos(as) que vendessem produtos do gênero alimentício, sendo obrigados a vender apenas produto artesanal (Tenório, 2024).

Assim como a realidade dos demais estados brasileiros, Alagoas, impossibilitou que os(as) negros(as) desfrutassem livremente dos seus direitos civis, contribuindo para que a trajetória dessa população fosse marcada pela “dor, humilhação e por muita luta” (Tenório,

2024, p. 29). Essa luta foi iniciada no período colonial, atravessou o período imperial e permanece na atualidade. A construção da identidade negra alagoana, sempre esteve associada a hegemonia branca, europeia e ibérica, como parte do processo de colonização. A presença dos(as) negros(as) e indígenas no estado desde o seu processo de formação é fortemente marcada por lutas, resistência contra o poder hegemônico.

O(A) negro (a) era visto como elemento central para realização das atividades econômicas. Deste modo, a relação do estado alagoano com esses povos é marcada por violências e danos incalculáveis. Além disso, os colonos objetivaram as identidades negras dos africanos(as) ao desembarcaram no Brasil, onde esses povos foram obrigados a deixar de lado a sua língua materna, a cultura, e a religião, passando por um regime perverso e desumano (Tenório, 2024).

A expressão cultural africana era demonizada pelos(as) colonizadores(as) brancos(as), sendo frequentemente rotulada como bruxarias e atacada com a utilização de termos pejorativos, o que contribuía para a desconfiguração das identidades africanas e para colocação dos mesmos em posição de inferioridade. Desta forma, a arma utilizada pelos europeus foi o epistemicídio, praticado por meio de diferentes estratégias, como o silenciamento, o apagamento e a deslegitimação dos conhecimentos produzidos por esses povos. Como explica Carneiro (2023, p. 89)

O epistemicídio implica um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo a qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro portador e produtor de conhecimento e pelo rebaixamento da capacidade cognitiva; pela carência e/ou pelo comprometimento da sua autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo.

Em consonância com a autora, o epistemicídio deslegitima os saberes produzidos pelos povos historicamente marginalizados e não os considera como sujeitos de conhecimento. Essa ferramenta é utilizada em todos os setores sociais como forma de manter a dominação hegemônica e apagar a verdadeira historicidade do povo brasileiro, e neste caso, do povo alagoano.

Desta forma, a construção da identidade negra e alagoana se dar em meio aos processos históricos, de violência, negação e apagamento. A busca por uma identidade desvinculada do processo de colonização é impulsionada com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988, que reconhece os direitos historicamente negados aos(as) negros(as) e indígenas. No século XXI, a cidade de Maceió/AL celebrou um pedido público de

perdão como forma de reconhecer e reparar as violências racistas vivenciadas por negros(as) e indígenas, que também culminaram na quebra de xangô em 1912 (Tenório, 2024).

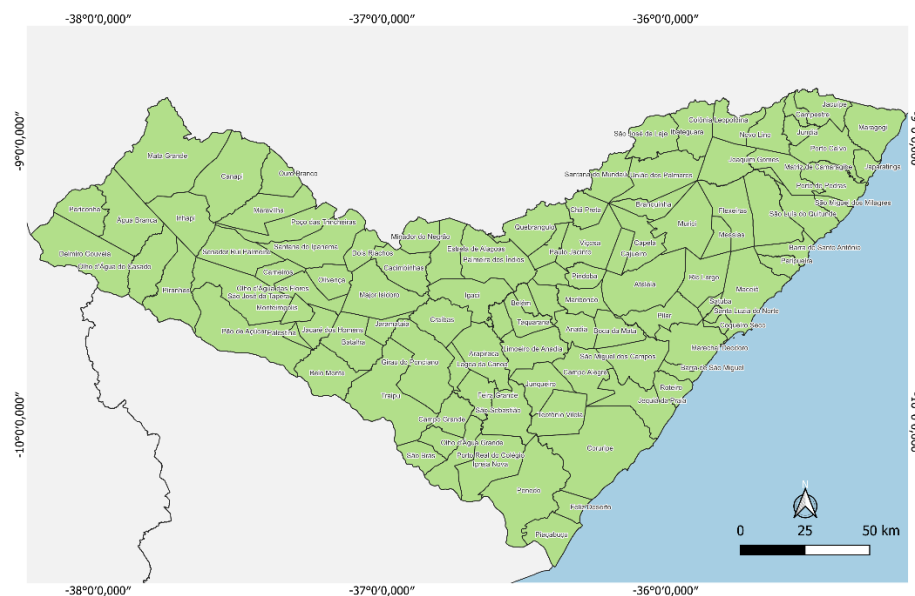
No entanto, apesar da resistência contínua desses povos, a história alagoana permanece marcada pelo genocídio sistemático dos povos negros e indígenas, o que causou impactos diretos na cultura, na religião, arquitetura, e o sentimento de pertencimento do povo alagoano. Como afirma o autor Tenório (2024, p. 30).

A história alagoana, a identidade local está ligada a valores sociais e culturais da maioria de sua população, não só a elite branca, de ascendência europeia, mas igualmente e mais que tudo de seus pobres, negros, índios, setores populares, que são sem dúvida atores e fazedores de nossa cultura.

Cabe salientar, que embora a pluralidade brasileira tenha sido impactada pelas mudanças provocadas pela terceira revolução industrial, a identidade negra nunca foi totalmente negada, apesar das inúmeras tentativas dos grupos hegemônicos ao longo da história. Atualmente, ainda enfrentamos as formas de apagamento, que são decorrentes do racismo estrutural, mas as populações negras e indígenas continuam resistindo, com o objetivo de manter viva a religião, a arte, a memória e ancestralidade brasileira.

O estado de Alagoas é constituído por 102 municípios, cada um desses com as suas particularidades econômicas, sociais e culturais, como evidencia a figura 2.

Figura 2 - Mapa Político-Administrativo de Alagoas



Elaboração: Julyana Costa Carvalho, mar., 2026

A divisão administrativa de Alagoas se consolidou historicamente a partir do processo de colonização, refletindo as bases econômicas e sociais herdadas no período escravocrata. A seguir será discutido como as consequências desse processo se manifestam no espaço urbano de Maceió.

4.2 Formação do espaço urbano de Maceió/AL e as desigualdades socioespaciais e raciais

A formação do espaço urbano de Maceió, capital de Alagoas, foi marcada historicamente por disputas territoriais e econômicas durante o processo de colonização. Ao longo dos séculos a cidade não só desempenhou um papel central na economia regional, mas também foi espaço das lutas abolicionistas da época, as quais consolidaram o território maceioense como um espaço de luta e resistência da população negra. A presença significativa da população negra nos diferentes bairros de Maceió/AL, é herança das lutas travadas contra o sistema escravocrata e o processo de colonização (Tenório, 2024).

Antes da sua oficialização como capital alagoana, Maceió era apenas um pequeno povoado, que de acordo com as informações disponibilizadas pelo IBGE (2014), Diogo Soares, alcaide-mor de Santa Maria Madalena, a doou como sesmaria a Manoel Antônio Duro na área a qual conhecemos nos dias atuais como bairro pajuçara, posteriormente, essa sesmaria foi transferida para o grande proprietário de terras o capitão Apolinário Fernandes Padilha.

Entretanto, essa configuração começa a mudar quando Maceió/AL é elevada à condição de vila, como afirma Oliveira (2022, p. 14):

O povoado de Maceió foi elevado a condição de vila em 1815, separando-se da jurisdição de Santa Maria Madalena do Sul. Teve participação decisiva em 1817, durante as questões de emancipação política do estado. Finalmente, em 1839, torna-se a capital de Alagoas.

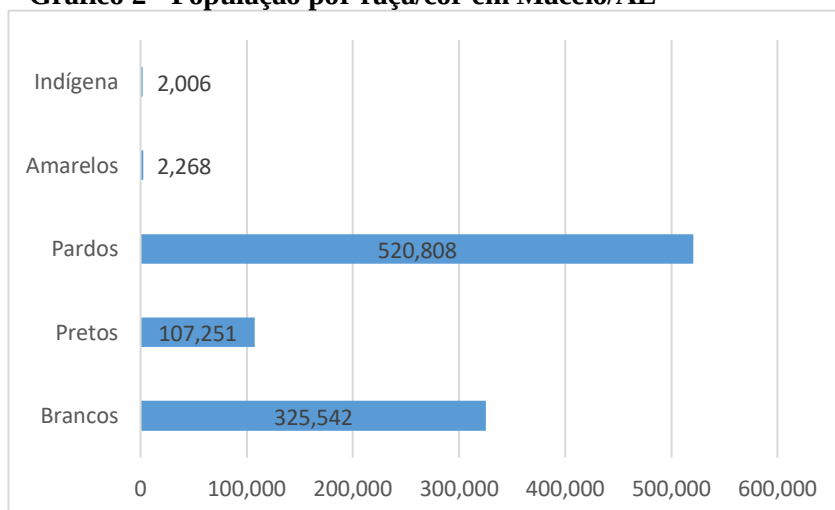
Diante desse contexto, em meados do século XIX, essa pequena vila começa a ganhar visibilidade como centro comercial, em decorrência da expansão dos engenhos de cana-de-açúcar. A criação do porto de Jaraguá foi determinante no processo de crescimento econômico da região, devido a exportação de mercadorias. Com a criação do porto, Maceió/AL, passou a ser considerada uma das importantes áreas de exploração e comercialização do Pau-Brasil e da cana-de-açúcar (IBGE, 2014).

A criação do porto de Jaraguá teve a sua importância tanto para o processo de exportação das mercadorias, quanto para os(as) negros(as) escravizados(as), que passou a utilizar o oceano atlântico como rota de fuga, buscando refúgio nos estados de Pernambuco e no Ceará. Com a emancipação do estado de Alagoas, é iniciado o processo de transferência da capital para Maceió, consolidando seu desenvolvimento político administrativo. A cidade carrega uma forte diversidade cultural herdada pelos povos africanos e indígenas, sendo o seu nome derivado do Tupi “Maçayó” ou “Maçaió-k”, que tem como significado “o que tapa o alagadiço” (IBGE, 2014).

Atualmente, Maceió/AL possui uma extensão territorial de 509,320 km², e tem uma população de 957.916 habitantes, e uma densidade demográfica de 1.880,77 habitantes por Km² (IBGE, 2022b). O município possui 50 bairros, sendo um inabitado devido o desastre causado pela mineradora Braskem, que devido a extração do Sal-gema na região provocou o afundamento de cinco bairros e o isolamento de uma parte da cidade. Essa situação causou danos irreparáveis a população maceioense, uma vez que o afundamento dos solos obrigou aproximadamente 57 mil pessoas saírem dos territórios que passaram uma boa parte de suas vidas, causando tristeza, e em muitos casos a morte de pessoas que habitavam um dos bairros afetados (Mansur, Wanderley, 2023).

Além disso, a capital alagoana, é constituída por uma população majoritariamente negra, como evidencia o gráfico 2.

Gráfico 2 - População por raça/cor em Maceió/AL



Fonte: IBGE (2022b).

Conforme demonstra o gráfico 2, Maceió/AL possui uma população majoritariamente negra. Do total de habitantes, 11,20% se autodeclaram pretos, 54,37% pardos, e 0,21%

indígena. Somando o percentual de pretos e pardos, a população negra corresponde 65,57% da população (IBGE, 2022b). A cidade Maceió/AL produz desigualdades urbanas, que afetam principalmente os grupos mais pobres, que são constituídos majoritariamente pela população negra. Essas desigualdades se tornam visíveis na sociedade quando nos deparamos com a ausência ou a precariedade de serviços essenciais para sobrevivência e bem-estar da população, especialmente relacionados à educação, a moradia, segurança e a saúde.

No entanto, as desigualdades presentes em Maceió/AL não devem ser analisadas de forma isolada, visto que faz parte da estrutura histórica brasileira. O Brasil é um país constituído por desigualdades históricas e estruturais que advém do processo de colonização, período marcado pela escravização dos povos africanos como base da formação socioeconômica do país, resultando na permanência das desigualdades entre brancos e negros (Silva; Rodrigues, 2023).

O período de urbanização no Brasil ocorreu mediante aos processos históricos e espaciais, sendo constituído pela estruturação do território colonial, e em seguida a formação do território nacional, tendo seu auge no século XX (Godoy, 2011). Segundo Corrêa (1999, p. 1), o espaço urbano é

[...] fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. É assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais.

A partir dessa perspectiva, compreendemos que o espaço urbano não é permeado por uma neutralidade, ele reflete as relações que estruturam a nossa sociedade, como as relações políticas, econômicas e sociais. Deste modo, essa produção e reprodução do espaço urbano ocorre de forma desigual e excludente, sustentado por uma lógica capitalista, a qual atende os interesses dos agentes hegemônicos, e valoriza a segregação socioespacial e racial.

Assim, a segregação socioespacial é uma consequência do processo de fragmentação, que segundo Silva e Rodrigues (2023, p. 5) pode ser compreendida como “[...] a divisão social do espaço, que implica no isolamento de uma parcela da população”. Essa fragmentação do espaço urbano, resulta na restrição da circulação dos corpos negros em diferentes territórios das cidades brasileiras. Em determinados espaços o corpo negro é estigmatizado, marginalizado e violentado, contribuindo para que a presença desse grupo racial em alguns espaços se torne indesejada. (Cruz, Santana Filho, 2020).

Para entender como essas desigualdades se manifestam na cidade de Maceió/AL, é essencial analisar os indicadores socioeconômicos e urbanos a partir do recorte racial. O Quadro

4, apresenta alguns desses indicadores com objetivo de demonstrar a intrínseca relação entre raça/cor na produção e permanência das desigualdades entre as populações brancas e negras.

Quadro 4 - Indicadores socioeconômicos e de violência por cor/raça em Maceió/AL (2022)

Indicador	Branco	Pardos	Preto	Indígenas
Taxa de alfabetização (%)	H- 94,02 M- 93, 67	H- 91,42 M- 91, 01	H- 87, 66 M- 86, 63	H- 80,00 M- 78,54
Escolaridade (média)	11,1	9,6	9,0	8,3
População residentes em favelas (%)	25,50	59,57	14, 52	0,2

Fonte: IBGE (2022b)

A análise dos indicadores presentes no Quadro 4, evidenciam as disparidades estruturais entre brancos e negros (pardos e pretos) e indígenas em Maceió/AL, ao que se refere a educação e as condições de vida urbana. As taxas de alfabetização e os anos médio de estudo entre indivíduos de 25 anos ou mais, revelam que a população negra permanece em posição desigual quando comparados a população branca, independentemente do gênero. Essa realidade se manifesta em todo o território brasileiro, reforçando a permanência das desigualdades educacionais historicamente construídas.

Essas desigualdades não surgem apenas de atitudes individuais preconceituosas e discriminatórias, elas existem devido a hegemonização das instituições por determinados grupos sociais, que se apropriam de recursos políticos para inviabilizar e negar os direitos da população negra, como afirma Almeida (2018, p.27):

Uma característica da sociedade não apenas por causa da ação isolada de grupos ou de indivíduos racistas, mas fundamentalmente porque as instituições são hegemonizadas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos.

Deste modo, as exclusões vivenciadas pela população negra advêm de processos históricos marginalizantes. Após a abolição da escravidão, em 1988, essa população foi jogada a própria sorte, sem que houvesse políticas reparatórias e de inclusão, como ressalta Fernandes (2008, p. 35):

Em suma, a sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitado sobre seus ombros a responsabilidade de se reeducar e de se transformar para

corresponder aos novos padrões e ideais de ser humano, criados pelo advento livre, do regime republicano e do capitalismo.

Neste sentido, a trajetória educacional dessa população é atravessada por um longo processo de segregação racial que ainda se reflete na vida cotidiana. Embora Maceió/AL apresente em comparação as outras capitais nordestinas taxas inferiores relacionadas ao analfabetismo entre negros(as), as desigualdades e desafios enfrentados por essa população no espaço escolar são profundas, como a maior possibilidade de reprovação, precarização das condições de estudo, evasão escolar, além de outras questões sociais que inviabilizam a permanência desses sujeitos até a última etapa da educação básica.

Ao utilizar o recorte de gênero para a análise das desigualdades, percebemos que as mulheres negras enfrentam desafios mais acentuados. As mesmas vivenciam dificuldades semelhantes aos dos homens negros, mas se diferem em alguns aspectos, pois enfrentam outros obstáculos impostos por uma sociedade culturalmente machista e patriarcal. A inserção da mulher negra no sistema educacional ocorreu de forma mais tardia do que a dos homens negros, visto que após o período colonial essas mulheres continuaram relegadas ao serviço doméstico, e ao cuidado do lar, restringindo por muito tempo o seu acesso à educação formal.

Cabe salientar, que mesmo diante das desigualdades estruturais é possível evidenciar uma mudança significativa no campo da educação ao que se refere a presença das mulheres negras no ensino superior, quando comparado aos homens negros (IBGE, 2022b).

As taxas referentes a população residente nas favelas escancaram as condições desiguais da vida da população negra na cidade de Maceió/AL. Atualmente, Maceió/AL possui 192 favelas ocupando a 9ª posição no ranking dos municípios, com uma população de residente de 151.593, ou seja, 15,83% da população maceioense vivem nesses espaços. Esses números nos permitem questionar “onde estão vivendo os(as) negros(as) da cidade de Maceió/AL?”

A resposta para esse questionamento está explícita nos dados, pardos e pretos representam os maiores percentuais de residências em áreas precarizadas. Do total da população residente nas favelas 25,50% são brancos, 59,57% pardos e 11,20% são pretos, revelando a intrínseca relação entre raça/cor na reprodução e permanência das desigualdades urbanas.

A segregação residencial dos negros na sociedade brasileira foi parte do projeto pós-colonial que tinha como objetivo atender as demandas capitalistas afastando essa população dos centros das cidades capitalistas, em uma espécie de “limpeza urbana”, a qual é evidenciada diariamente em todas as cidades (Panta, 2020). Assim conforme Panta (2020, p. 90) “A

segregação é uma realidade atual que reforça a continuidade de um modelo de urbanização marginalizante, no qual o negro é o grupo social mais preterido”.

Desta forma, o ideal estabelecido pelos grupos hegemônicos é que os corpos negros transitem apenas na margem da sociedade, nas favelas, periferias, morros, guetos, cortiços, entre outras denominações que são tidas como o lugar do negro. Conforme afirma Barreto (2019, p. 2)

O lugar do negro no chão das cidades representa esse processo de exclusão social, do sem nada ou do que tem de forma precária. Será sempre o lugar da ilegalidade, do risco ambiental, da violência, da ausência do poder público que reforça o estigma da cor e da permanência moderna das senzalas, que passam ser - as favelas, os assentamentos precários.

Dito isso, é comum observar a construção de uma imagem depreciativa dos territórios ocupados majoritariamente por negros(as), sendo difundida pelos grupos dominantes. Independentemente da localização das favelas no território brasileiro, elas possuem características em comum, como a ausência de investimentos, de políticas públicas efetivas. Além disso, contam com a presença repressiva do próprio Estado por meio do seu aparato estatal, a polícia, que coloca a população negra como o principal alvo, os impedindo de usufruir do seu direito à cidade, contribuindo para o fortalecimento de estigmas em torno dessa população.

A realidade do estado de Alagoas exemplifica de forma sistemática o padrão de aniquilamento direcionado a população negra, conforme revelam os dados relacionados a violência letal. Segundo o Atlas da violência (2025), o estado registrou o homicídio de 1.101 pessoas negras no ano de 2022 e 1.161 em 2023, o que representando um aumento de 5,4%. Esse crescimento demonstra que o perfil das vítimas permanece inalterados ao longo dos anos, em sua maioria são homens, jovens, negros, e moradores das periferias, deixando explícito as desigualdades raciais e territoriais que contribuem para permanência e o aumento da violência letal no estado. A violência letal contra as pessoas negras no estado mostra a urgência do desenvolvimento de políticas públicas efetivas para mudar a realidade supracitada.

A realidade enfrentada na capital alagoana não é diferente do cenário estadual, Maceió/AL chegou a ocupar a 12º posição entre as cidades mais violentas do Brasil, representando uma ameaça para indivíduos de 12 a 29 anos, grupo mais exposto a violência (Geledés, 2013). Com base nos dados da Secretaria do Estado de Alagoas (2025), 47% dos Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI) registrados no estado, os quais incluem homicídio doloso, roubo seguido de morte, lesão corporal e entre outros crimes ocorrem na

2 400	7,8	3 243	9,3	1 881	6,9	1 073	7,1	1 428	12,9	984	6,2
-------	-----	-------	-----	-------	-----	-------	-----	-------	------	-----	-----

Fonte: IBGE, (2018)

Os dados da PNAD destacam as desigualdades raciais presentes nos rendimentos dos trabalhadores alagoanos. O Coeficiente de Variação (CV) indica a variabilidade interna dos rendimentos dentro de cada grupo. No caso da população negra, a variação de rendimentos é menor que o da população branca, mas isso não representa algo positivo, pelo contrário, deixa explícito a homogeneização da desigualdade, mostrando que a população negra continua recebendo salários baixos e com uma menor diversidade de posições ocupacionais, por essa razão não há uma variação interna entre seus rendimentos. No caso da população branca, ocorre um movimento contrário, o CV é maior, representando uma maior diversidade nas posições ocupacionais e oportunidades entre esse grupo, fazendo com que ocorra uma maior variação interna dos seus rendimentos.

Considerando o conjunto de trabalhadores formais e informais, percebemos que a renda total das ocupações formais foi em média de R\$1.982 no estado de Alagoas, com um coeficiente de variação de 5,1, o que indica uma estabilidade entre os valores. No entanto, quando os rendimentos são analisados individualmente, percebemos as desigualdades raciais presentes na vida da população negra.

Os trabalhadores brancos acumularam uma renda de R\$2.649, enquanto os trabalhadores negros (pardos e pretos) alcançaram R\$1.655, uma diferença expressiva. Esses dados destacam que no estado de Alagoas pessoas brancas recebem 60% a mais que pessoas negras. Na modalidade trabalhos informais, as disparidades são ainda mais profundas, o rendimento total é de R\$989, mas os brancos mais uma vez conseguiram alcançar uma média de R\$1.332 e os negros recebem em média R\$890.

No que se refere aos dados voltados para realidade vivenciada em Maceió/AL, a situação não é diferente, existe uma diferença de renda acentuada. No trabalho formal, a renda média total dos trabalhadores é de R\$2.400, no entanto a população branca recebe R\$3.243 e os negros apenas R\$1.881. Já nos trabalhos informais a média total é de R\$1.073, mas a população branca possui um rendimento de R\$1.428 e a população negra um rendimento de R\$984, deixando explícito as disparidades salariais entre brancos e negros que resultam no aumento do nível de vulnerabilidades sociais nos territórios ocupados por essa população.

As desigualdades de renda presentes na sociedade brasileira, especialmente no estado alagoano e na capital maceioense, como demonstram os supracitados dados, estão associadas a

questão racial. Deste modo, a população negra é colocada como não cidadã, visto que suas cidadanias são mutiladas de forma sistemática, resultando na ausência de oportunidades de emprego, nas disparidades salariais entre brancos e negros, no acesso à educação, na ausência de uma moradia digna, no direito de ir e vir, no uso da cidade, na saúde, e outros direitos básicos que são essenciais para sua sobrevivência (Santos, 1996/1997).

Essas desigualdades se mostram estruturais e permanentes, possuindo raízes históricas que se perpetuam por meio da hierarquização racial do trabalho e do racismo estrutural, como afirma Theodoro (2008, p. 205):

O racismo transforma diversidade em desigualdade. Operando a partir de uma escala de valores que torna socialmente aceitável, e mesmo justificável, a distribuição desigual das posições sociais privilegiadas, o racismo reafirma e consolida a subalternidade da população negra. Reproduzido historicamente e estruturalmente, este mecanismo perpassa as relações sociais e inscreve no país uma forma particular de convivência entre desiguais. Sua vigência naturaliza a desigualdade e reforça o processo de legitimação e de engessamento da hierarquia social, contribuindo para a escassa mobilidade racial que ainda caracteriza o país.

Corroborando com o autor, o racismo faz com que as diferenças fenotípicas entre os sujeitos se transformem em desigualdades que são naturalizadas socialmente. Deste modo, a disparidade entre brancos e negros ocorrem de forma interseccionada, na qual a raça, a classe social e o gênero atuam na reprodução dessas desigualdades. Além disso, o processo de modernização brasileira consolidou as bases sociais arcaicas e conservadoras do sistema capitalista, sustentada na concentração de renda e da propriedade privada. Segundo Augusto, Roselino e Ferro (2015, p. 107) “A desigualdade racial é uma das dimensões desse modelo de desenvolvimento com exclusão social próprio ao capitalismo brasileiro”.

Neste contexto, a reflexão e problematização das desigualdades raciais que permeiam a cidade de Maceió/AL, é essencial para compreender os impactos do racismo estrutural na vida da população. Esses impactos resultam na estigmatização e na violência estrutural que afeta desproporcionalmente os corpos negros que transitam nos espaços das cidades, os colocando como principal alvo, interferindo diretamente no direito de usufruir da cidade.

Ademais, é preciso desenvolver estratégias para implementação de políticas públicas efetivas que possam mudar a realidade observada em Maceió/AL. Neste contexto, é essencial aplicar as leis educacionais voltadas para a valorização da história e da cultura da população negra e indígena, que são resultantes da atuação do Movimento negro, que luta constantemente

para garantir o direito da população negra, fortalecer a construção identitária e combater o racismo em nossa sociedade.

5 EDUCAÇÃO, MOVIMENTO NEGRO E A (RE)CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA

Este capítulo discute sobre o processo de construção da identidade negra no Brasil, enfatizando os desafios encontrados na compreensão do que é ser negro em uma sociedade marcada historicamente pelo racismo. Além disso, apresenta uma breve contextualização histórica sobre atuação do Movimento Negro por políticas públicas reparatórias que ampliem o acesso da população negra em diferentes espaços institucionais, dando ênfase para realidade vivenciada pelos discentes negros (as) participantes desta pesquisa. Entre as iniciativas se destacam as políticas de ações afirmativas, especialmente as cotas raciais, assim como as leis que buscam valorizar e reconhecer a pluralidade étnico-racial no país, como as leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 as quais contribuem significativamente para construção da identidade negra.

5.1 Da dor a potência: a (re)construção da identidade negra no Brasil

No decorrer da nossa trajetória, constantemente nos deparamos com alguns questionamentos que são fundamentais para construção da nossa identidade, que por vezes, aparecem de maneira confusa e angustiante: “Quem sou eu?”, “Qual é a minha origem?” “Quem posso me tornar? ”, “Qual é meu lugar no mundo? ”. Para muitas pessoas responder essas inquietações não é uma tarefa fácil.

Normalmente, essas respostas vão sendo construídas a partir das nossas vivências individuais e coletivas com os diferentes grupos sociais que possuem características diversificadas. Em muitos casos, essas inquietações emergem de forma dolorosa e violenta, nos pegando de forma repentina e incômoda. Descobrir-se negra em um país extremamente racista como o Brasil, marcado pelo ideal de branqueamento e o mito da democracia racial, é resistir diariamente as tentativas de aniquilamento da nossa origem e apagamento da nossa ancestralidade. Como destaca Neusa Souza (2021, p. 46) a descoberta da negritude é um processo longo e doloroso:

A descoberta de ser negra é mais do que a constatação do óbvio (Aliás, o óbvio é aquela categoria que só aparece enquanto tal depois do trabalho de se descortinar muitos véus.) Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades.

No caminho trilhado para a construção do “ser negra”, somos atravessadas por dores que envolvem solidão, humilhações constantes e discriminação. Entretanto, quando de fato entendemos quem somos, não nos limitamos a reconhecer apenas o que nos foi tirado. Para além do reconhecimento, assumimos um compromisso ancestral de resgatar a verdadeira história do povo negro, a nossa história, contribuindo para a construção de uma identidade negra crítica, propositiva e com muitas potencialidades.

O processo de construção identitária da pessoa negra continua sendo um processo doloroso, devido as consequências históricas herdadas no colonialismo, como foi discutido anteriormente. Esse sistema foi regido por processos violentos e racistas causando danos irreparáveis a esta população. Ao se referir ao período colonial, o sociólogo Stuart Hall (2006, p. 60) afirma que “cada conquista subjugou povos conquistados e suas culturas, costumes, línguas, tradições, e tentou impor uma hegemonia cultural mais unificada”, esse processo culminou no aniquilamento sistemático da identidade desses povos.

As culturas nacionais influenciam expressivamente na construção da identidade cultural dos sujeitos, ainda conforme Hall (2006, p. 48-49) “[...] as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação”. Essas representações são instituídas na sociedade brasileira a partir das narrativas criadas pelos agentes hegemônicos em uma lógica eurocêntrica, que possuem como padrão aceitável uma sociedade heteronormativa, branca e cristã, excluindo todos as pessoas que fogem desses princípios.

Nessa perspectiva, a nação, enquanto comunidade simbólica representa uma cultura formada a partir da junção de diferentes identidades e tradições, sendo marcada por processos históricos violentos, envolvendo situações preconceituosas e de discriminação. Como consequência desse processo ocorre a eliminação das diferenças culturais de forma forçada para a prevalência de uma identidade nacional homogênea e eurocentrada. A construção da identidade cultural é influenciada pela identidade nacional que é permeada por esses processos históricos excludentes (Hall, 2006). Essa reflexão nos leva a problematizar a construção identitária da população negra no Brasil, visto que dentro do projeto de nação esses povos tiveram suas identidades invisibilizadas e estigmatizadas.

O Estado brasileiro iniciou sua busca pela construção de uma “identidade nacional” com o fim do período escravocrata em 1988, quando parte da elite política e intelectual brasileira tentaram construir a identidade nacional do país com base nas representações étnico-raciais, levando em considerações as teorias raciais europeias e norte-americanas. Neste contexto de consolidação do Brasil enquanto nação, o negro sempre foi posto como atraso, como algo insignificante ao longo da história. É a partir desse comportamento, que as propostas eugenistas ganharam força, objetivando o branqueamento nacional e o desenvolvimento de uma cultura unificada (Panta; Pallisser, 2017).

O projeto de branqueamento, impactou diretamente no processo de construção identitária da população negra. Em decorrência desse período histórico, muitos(as) negros(as) ainda vivem em um processo de negação de sua identidade, por vezes, imersos no desejo de se tornarem brancos(as). Isso se deve, ao que Fanon (2020) denomina como “complexo de inferioridade”.

O complexo de inferioridade está relacionado a internalização da violência colonial sofrida por esses sujeitos, que os coloca em um processo de alienação que os leva a rejeição da sua própria cor de pele, dos seus valores morais e culturais, os colocando em uma posição de inferioridade (Fanon, 2020). Na atualidade, esse “complexo de inferioridade”, continua sendo produzido e estimulado pela sociedade hegemônica, cujo objetivo é distanciar esses sujeitos da construção identitária e mantê-los em uma posição de subalternidade.

A identidade negra é uma construção coletiva, que se trata de uma identidade como categoria de autodefinição, ou seja, diferente da identidade que foi atribuída a esses povos de forma negativa e estereotipada, na identidade por autodefinição o próprio grupo étnico-racial determina suas características culturais como a língua, religião, arte, visões de mundo, entre outras características que os diferenciam dos demais grupos (Munanga, 1994). Neste sentido, a identidade é um processo inacabado, que vai sendo construído continuamente ao longo da vida mediante aos fatores sociais, históricos, políticos, culturais, e territoriais dos grupos sociais.

A construção da identidade negra está intrinsecamente relacionada a noção de territorialidade. Segundo Cara (1998, p. 161), “[...] identidade adquire um valor em Geografia a partir da territorialidade, como a categoria relacional espaço-sociedade”. Neste sentido, essas identidades não se constituem de forma isolada ou abstrata, pois elas vão sendo formadas e consolidadas de acordo com as experiências vivenciadas por esses sujeitos nos territórios que ocupam, como afirma Haesbaert (1999, p.179): “As identidades se situam frente ou num espaço simbólico, social/historicamente produzido”, ou seja, a formação da identidade ocorre mediante as relações de afeto e significados que são construídas no espaço ao longo do tempo.

Dito isso, o conceito de territorialidade deriva do conceito de território que, nesta concepção, é compreendido para além da sua dimensão física, abarcando a sua dimensão simbólica, constituído por relações de poder, memórias, significados, práticas culturais, afeto e resistências, que influenciam na construção da subjetividade desses sujeitos. Conforme destaca Haesbaert (2009, p. 41):

O território deve ser visto na perspectiva não apenas de um domínio ou controle politicamente estruturado, mas também de uma apropriação que incorpora uma dimensão simbólica, identitária e, porque não dizer, dependendo do grupo ou classe social a que estivermos nos referindo, afetiva.

Neste sentido, o território abrange o caráter político, simbólico, cultural e identitário, exercendo um papel central na construção das identidades e territorialidades. Para Saquet (2009, p. 87-88) territorialidade é

[...] um fenômeno social que envolve indivíduos que fazem parte do mesmo grupo social e de grupos distintos. Nas territorialidades, há continuidades e descontinuidades no tempo e no espaço; as territorialidades estão intimamente ligadas a cada lugar: elas dão-lhe identidade e são influenciadas pelas condições históricas e geográficas de cada lugar.

Deste modo, a territorialidade é constituída em um processo dinâmico e relacional, marcado por disputas. Mas também de movimento de poder, exclusões e resistências. Neste caso, os territórios ocupados pela população negra são historicamente marcados por processos violentos, permeados pelo racismo estrutural, que por vezes, resultam na restrição das suas territorialidades. Entretanto, esses territórios também são marcados por relações afetivas e de pertencimento, as quais contribuem para (re)construção e afirmação dessas identidades. São espaços de aquilombamento, onde negros(as), reúnem-se e celebram a sua ancestralidade, compartilham as suas vivências, criam estratégias de resistência, e almejam um futuro digno e justo para essa população, como por exemplo, os terreiros de religiões de matrizes africanas, coletivos, movimentos sociais e diversas formas de organização comunitária.

O termo quilombo e aquilombamento discutido por Beatriz Nascimento e Abdias do Nascimento, é compreendido como “[...] forma de unir narrativas, coletivizar dores, amores e confrontar a superioridade branca na qual o racismo se perpetua” (Rimoli; Santos; Pires; Mendes, 2023). Neste sentido, aquilombar-se é uma forma da população negra (re)existir e manter viva a sua história, cultura e ancestralidade, contribuindo para o processo de construção de suas identidades e para luta contra os grupos hegemônicos deste país.

Partindo desse pressuposto, os fatores essenciais para construção da identidade coletiva, para Munanga (2019) são os elementos históricos, culturais, linguísticos e psicológicos. Para iniciar a construção identitária é preciso que os povos tenham conhecimento da sua própria história, mas não é a história narrada da perspectiva do colonizador, que narrou a historicidade dos povos negros de forma pejorativa e negativa.

Na contemporaneidade, ainda há a difusão de falsas narrativas relacionadas a origem desses povos, as quais se limitam apenas ao período escravocrata, como se não houvesse uma história antes, durante e após esse período. Como afirma Biko (2017, p. 84) “[...] os colonizadores não se satisfizerem apenas em manter um povo em suas garras e esvaziar a mente dos nativos de toda forma e conteúdo, mas se voltaram também para o passado do povo oprimido e o distorceram, desfiguraram e destruíram”.

Neste contexto, não é de se estranhar, que a sociedade brasileira tenha uma visão estigmatizada sobre a sua história, sobre a África, pois em muitos casos, os espaços educacionais acabam contribuindo para o fortalecimento desses estigmas, resultando na supervalorização da cultura branca, em detrimento da desconstrução da identidade e das territorialidades dessa população. Por isso, é preciso ir além, romper com as abordagens epistemológicas que criem estigmas sobre o negro, e buscar a verdadeira história, com base nos conhecimentos ancestrais, desmistificando os estereótipos relacionados a África (Munanga, 2019).

Esse conhecimento acerca da historicidade permite que os processos de construção das identidades e ao mesmo tempo das territorialidades, sejam realizados de forma sólida, tornando possível manter viva a história desses povos de geração para geração, bem com as suas contribuições para o processo de formação do povo brasileiro. Durante o período colonial o afastamento e a destruição da consciência histórica desses povos foram utilizados como arma pelos colonos, e atualmente esse processo de apagamento continua em vigor, dificultando o processo identitário da população negra (Munanga, 2019).

Além da história, manter viva a cultura desses povos por meio da arte, religião, educação, tecnologias, entre outras manifestações culturais, são essenciais para o processo de (re)construção dessas identidades negras. Assim, retiramos do imaginário coletivo da população a visão estigmatizada sobre os(as) negros(as) africanos(as), que diferente da narrativa eurocêntrica, ao desembarcarem no Brasil contribuíram significativamente com o processo de formação do território brasileiro. A cultura africana está presente no cotidiano brasileiro, e esse regaste positivo pode ser iniciado no contexto da educação através da lei nº

10.639/03, que tem se mostrado uma potente ferramenta na construção identitária e na transformação social (Munanga, 2019).

No fator “linguístico”, entende-se, que a preservação das línguas tradicionais e outras formas de linguagem e comunicação, as quais podemos destacar os cabelos, penteados e estilos musicais são considerados marcas essenciais para construção e reafirmação da identidade negra. Infelizmente, muitos são os ataques voltados as formas de linguagem e comunicação que fogem dos padrões eurocêntricos. Atualmente, os terreiros religiosos continuam sendo espaços de resistência, mantendo viva a linguagem esotérica em seus territórios. Entretanto, essas línguas africanas precisam ser incorporadas no sistema educacional para que se mantenha presente entre as gerações futuras (Munanga, 2019).

A questão “psicológica” evidencia que os(as) negros(as) possuem comportamentos diferentes do branco, mas essas diferenças não estão relacionadas aos fatores biológicos como muitos racionalistas defendem em seus discursos, mas advém das condições sociais e históricos. Deste modo, o comportamento do(a) negro(a), revela as características psicológicas da sua identidade coletiva, seja na forma de olhar, de acolher o outro e de sorrir (Munanga, 2019).

A identidade de um grupo também é permeada por fatores ideológicos os quais permitem que seus membros contraponham aos grupos distintos para reforçar a solidariedade entre eles, objetivando manter e conservar seus respectivos grupos. Durante esse processo também pode ocorrer aquilo que Munanga (2019) define como “Manipulação da consciência identitária”, quando os grupos dominantes distorcem ou controlam a percepção dos sujeitos sobre si mesmo na tentativa de impor identidades hegemônicas, com o objetivo de manter as relações de dominação.

Neste sentido, a identidade sempre foi um elemento essencial para construção das sociedades humanas. Os grupos sociais atribuem as suas próprias características culturais a si mesmos, se diferenciando dos grupos existentes, e ao mesmo tempo, atribuem características aos grupos alheios como forma de proteger e preservar seus territórios diante dos agentes hegemônicos (Munanga, 1994). Como afirma Gomes (2005, p. 41), a identidade “se refere a um modo de ser no mundo e com os outros. É um fator importante na criação das redes de relações e de referências culturais dos grupos sociais”, que vão sendo estabelecidas no decorrer do tempo.

Neste contexto, como sujeitos sociais, definimos as nossas próprias identidades sejam elas racial, sexual, de gênero, nacional e de classe, dentro do âmbito da cultura e da história, é exatamente essa pluralidade de identidades e territorialidades distintas que vão constituindo os

sujeitos. E o processo de construção da identidade negra não se dar de forma diferente das demais, ela ocorre gradativamente (Gomes, 2005).

Entretanto, a trajetória socioespacial da população negra é marcada pelo racismo estrutural, onde a identidade atribuída pelo “outro” a esses povos, é uma identidade estigmatizada e pejorativa. O(A) ser negro(a) se torna algo negativo e insignificante, interferindo diretamente em todos os âmbitos da vida, até que de fato “torne-se negro(a)” e descubra a sua própria identidade, não é um processo fácil, porque estamos inseridos(as) em uma sociedade que historicamente cria e reproduz a ideia que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo, para se enquadrar nos padrões eurocêntricos (Munanga, 2019).

Nessa perspectiva, Fernandes e Souza (2016), destacam que os crimes raciais que transpassam a construção da identidade negra criam “fronteiras simbólicas e rígidas” impactam diretamente a autoestima desse sujeito, impedem que essas identidades sejam valorizadas e construídas de forma positiva, favorecendo a exclusão e a estigmatização desses corpos em diferentes territórios. Em contrapartida, a identidade branca é percebida pelo viés positivo, sendo colocada como modelo universal na construção dos aspectos da identidade e da cultura.

A identidade negra no Brasil precisa ser analisada para além da subjetividade e do simbólico, pois também se constitui de forma política, como destaca Munanga, (2019, p. 11):

Isto é, a identidade do mundo negro se inscreve no real sob a forma de “exclusão”. Ser negro é ser excluído. Por isso, sem minimizar os outros fatores, persistimos em afirmar que a identidade negra mais abrangente seria a identidade política de um segmento importante da população brasileira excluída de sua participação política e econômica e do pleno exercício da cidadania.

Desta forma, se compreende que a identidade negra, é antes de tudo, um posicionamento político, ou seja, é a tomada de consciência do respectivo grupo étnico-racial acerca das atrocidades os(as) quais foram acometidos(as) desde o período escravocrata. Ainda assim, há mecanismos impostos pelos agentes hegemônicos para que essa identidade negra não seja construída pois ela representa uma ameaça a essa estrutura de poder.

A partir da construção dessa consciência histórica e da afirmação identitária, a população negra ampliará as possibilidades de questionar e problematizar as hierarquias sociais que sustentam o sistema econômico vigente. Deste modo, a revolução ocorrerá por meio da construção coletiva da autoestima, da reconstrução das memórias e da ação política, mesmo diante de um sistema em que o racismo antecede e estrutura o sistema capitalista, tudo que foi

nos negado e retirado será devolvido por meio de reivindicações e reparações. Neste sentido, Santos e Abreu-Aoki (2024, p. 96) destacam:

A resignificação da história de um povo é de extrema importância social uma vez que o racismo estrutural causa danos irreversíveis a saúde, ao desenvolvimento econômico e ceifa vidas e sonhos de jovens negros num país onde a maior parte da população que, se autodeclara negra, também é pobre e marginalizada.

Partindo do mesmo pressuposto, Gonzalez (2020) ressalta em suas discussões a importância de reconhecer, valorizar a memória do lugar por meio da matriz sociocultural afro-brasileira como possibilidade de enfrentamento do racismo na sociedade e fortalecimento das identidades negras, contribuindo para desconstrução do pensamento hegemônico racial e generificado, como afirma a autora

Eu gostaria de colocar uma coisa: minoria cultural a gente não é não, tá? A cultura brasileira é uma cultura negra por excelência, até o português que falamos aqui é diferente do português de Portugal. Nosso português não é português, é pretuguês. Se a gente levar em consideração, por exemplo, a atuação da mulher negra, a chamada “mãe preta” [...] tem um papel importantíssimo como sujeito, suposto saber nas bases mesmo da formação da cultura brasileira. (Gonzalez, 2020, p. 289-290).

A partir dessa compreensão Gonzalez (2020), começa a questionar e problematizar as expressões de autoidentificação, como o termo “afro-americanos”, que estaria intrinsicamente ligado ao processo imperialista, responsável pela imposição cultural e política aos povos colonizados. Desde modo, Gonzalez (2020) propõe o “amefricanidade”, como uma categoria de autoidentificação mais característica do povo brasileiro.

Neste sentido, é necessário recontar a história, para que esses sujeitos não apenas ocupem os diferentes territórios da sociedade brasileira, mas, para além disso, consigam (re)construir suas identidades e desenvolver as suas territorialidades como um ato de resistência. Essa reconstrução contribui para que os sujeitos se reconheçam enquanto produtores de saberes e agentes capazes de transformar a realidade que estão inseridos. A partir dessa (re)construção identitária que se dar cotidianamente de forma dinâmica, somos capazes de romper o silêncio que é imposto pelo racismo estrutural, assim, garantimos o nosso direito de existir, pertencer, e participar dessa coletividade.

5.2 Políticas Públicas e Ações Afirmativas: o papel do Movimento Negro na (re)construção da identidade negra na UFAL

A Educação é parte fundamental no processo de formação dos seres humanos e ocorre tanto nos espaços formais quanto não formais. Esse processo formativo tende a contribuir para a construção de cidadãos(ãs) críticos(as) e propositivos(as), e ao mesmo tempo, para a formação de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática (Damascena; Miranda; Silva; 2020).

Ao longo dos acontecimentos históricos a população negra teve seu direito a Educação formal negado durante o período colonial, e, ainda hoje existe dificuldades no processo de acesso e permanência desses sujeitos nos espaços educacionais. Como destaca Fanon (2020, p. 121), “[...] a marginalização da população negra não foi apenas social e econômica, mas também epistemológica, reforçando a alienação dos sujeitos racializados no ambiente escolar”.

Deste modo, os saberes trazidos pelos povos africanos no processo diaspórico são invisibilizados até os dias atuais. Essa invisibilização foi sustentada pelo mito da democracia racial, evidenciando como a exclusão territorial e o racismo estão articulados no processo de negação do direito à educação da população negra (Munanga, 2005).

Esses povos tiveram seus direitos educacionais violados, mas como forma de resistir a esse processo de exclusão social, o seu processo formativo ocorreu inicialmente nos territórios de resistência, como quilombos, terreiros, e nas casas da própria comunidade. (Damascena; Miranda; Silva, 2020). Neste contexto, conseguimos perceber que mesmo diante do racismo e as imposições do governo brasileiro, esses povos encontraram formas de resistir aos processos de exclusão. A exclusão da população negra do sistema educacional brasileiro funcionou como uma estratégia do Estado para fortalecer os estigmas raciais e mantê-los em uma posição subalternidade, como afirma Cruz (2005, p. 23):

Esse fato pode ser um dos aspectos que fazem pensar que alguns povos sejam mais sujeitos históricos que outros, dando a estranha impressão de haver povos sem história. A problemática da carência de abordagens históricas sobre as trajetórias educacionais dos negros no Brasil revela que não são os povos que não têm história, mas há os povos cujas fontes históricas, ao invés de serem conservadas, foram destruídas nos processos de dominação.

Corroborando com o autor, a educação brasileira ao longo da sua consolidação contribuiu para reprodução do racismo e da segregação social e racial. As desigualdades raciais existentes no sistema educacional, e a intensificação dos crimes raciais nesses espaços, advém da lógica eurocêntrica, que exclui do sistema educacional a historicidade dos povos negros e indígenas, e as suas respectivas contribuições para formação sócio histórica do Brasil (Damascena; Miranda; Silva, 2020).

As consequências desse processo geram impactos diretos na construção identitária e cidadã desses povos. Sendo assim, a inclusão da população negra no sistema educacional brasileiro nos dias atuais é caracterizada como um ato de resistência. É nessa perspectiva que surgem as lutas e reivindicações dos movimentos sociais, em especial, o Movimento Negro que segundo Gomes (2022, p. 42) “ [...] tem se constituído como um dos principais mediadores entre a comunidade negra, o Estado, a sociedade, a escola básica e a universidade”. Neste sentido, esse movimento luta pela reconstituição dos saberes produzidos por esses povos ao longo dos anos.

Deste modo, não podemos deixar de ressaltar a sua atuação na conquista pelos direitos da população historicamente marginalizada, sendo o grande responsável por tornar público o debate sobre o racismo na sociedade brasileira (Gomes, 2017). Além disso, cobrou a responsabilidade do Estado na criação de políticas de igualdade racial, desempenhando um papel fundamental na (re)construção da identidade negra e pela luta dos territórios que foram negados a essa população.

O Movimento Negro, é constituído por uma grande diversidade, que continua lutando e resistindo contra as consequências deixadas pelos mais de 300 anos de escravidão. Após a inclusão da população negra nas escolas, o acesso foi marcado por uma Educação de péssima qualidade que dificultou a permanência e limitou o acesso às universidades. Tal situação provocou impactos significativos no cotidiano dos sujeitos, na análise crítica cultural, e na capacidade de resolução de problemas (Lima; Ferreira; 2018).

Neste contexto, os movimentos sociais vêm desempenhando um papel fundamental na (re)construção da identidade negra, por meio das lutas históricas travadas para aquisição de direitos desde o século XIX. Desde o período colonial, pode-se evidenciar as mobilizações políticas desses movimentos, em prol da liberdade dos escravizados, como, por exemplo, a atuação das irmandades religiosas, a capoeira como prática política, posteriormente, os clubes de negros entre outras formas de organização de negros(as) que foram dando voz aos excluídos durante o período colonial, após e até os dias atuais (Gomes, 2017).

Segundo Gomes (2017, p.28), esses movimentos ao agirem socialmente e politicamente “reconstrói identidades, traz indagações, ressignifica e politiza conceitos sobre si mesmo e sobre a realidade social “. Desta forma, compreende-se que o Movimento Negro, ao promover espaços de diálogos e debates, atua no processo de desconstrução dos estigmas e estereótipos em torno desta população, contribuindo para (re)construção e afirmação de suas identidades de forma positiva e política.

Conforme Domingues (2007), o Movimento Negro pode ser compreendido como

[...] a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural.

Neste sentido, o Movimento Negro tem sido protagonista nas lutas sociais e políticas na defesa do direito da população negra, trazendo discussões que até então eram silenciadas no campo da Ciências Humanas, Sociais, Jurídicas e nas áreas da saúde (Gomes, 2017). Questões relacionas a Educação das Relações Étnico-Raciais, a saúde da população negra, o racismo, antirracismo, bem como outras discussões fundamentais para o enfretamento do racismo estrutural e a promoção da igualdade racial (Gomes, 2017).

Esse movimento ao romper com o silenciamento imposto pela classe dominante sobre os crimes raciais, conseguiu escancarar de uma vez por todas o racismo presente na sociedade brasileira, colocando esse problema no centro das discussões públicas e exigindo o desenvolvimento de políticas públicas efetivas voltadas para questão étnico-racial.

Além disso, contribuiu para desmistificar os estigmas em torno da categoria raça, como afirma Gomes (2017, p. 21) “[...] esse movimento social ressignifica e politiza a raça, dando um trato emancipatório e não inferiorizante”. Desta forma, é atribuído a categoria “raça” aspectos políticos, tornando-a em um instrumento de luta e reivindicações, rompendo as barreiras imposta aos(as) negros(as) no processo de ocupação dos diferentes territórios das cidades brasileiras.

Diante da intensificação das desigualdades raciais no sistema educacional brasileiro, o Movimento Negro passou a reivindicar seus direitos, a partir do primeiro congresso negro, realizado no Teatro Experimental do Negro (TEM), criado por Abdias do Nascimento, um dos principais ativistas políticos da causa negra em 1944 que se dedicava a luta por políticas públicas educacionais voltadas para o combate ao racismo (Vera; Silva, 2023).

Os esforços desse movimento contribuíram para que o Estado brasileiro, durante a terceira conferência mundial contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerâncias, realizada em Durban no ano de 2001, se reconhecesse publicamente como um país racista. A partir disso, o governo brasileiro se comprometeu internacionalmente em adicionar na sua agenda política um plano de ação com medidas estabelecidas durante a conferência para erradicar os crimes raciais em nossa sociedade, dando ênfase para o sistema educacional (Vieira; Silva; 2023).

Assim, a atuação política do Movimento Negro contribuiu para que a população historicamente marginalizada tivesse acesso aos espaços que os foram negados e negligenciados ao longo da história brasileira. Dentro as suas conquistas destacam-se a lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que ficou conhecida como a Lei Caó responsável por regulamentar o trecho da Constituição da República Federativa de 1988, no artigo 5º, tornando o crime de racismo inafiançável e imprescritível. A fixação da data comemorativa 20 de novembro, como forma de resgatar a história da população negra e lembrar o papel político de Zumbi dos Palmares na luta escravocrata, e o estatuto da igualdade racial instituído pela lei nº 12.288 em julho de 2010 (Gomes, 2017).

Ao que se refere as leis educacionais, se destacam a lei nº10.639 de 9 de 2003, e a nº 11.645 de 10 de março de 2008 as quais tornam obrigatório nos estabelecimentos de ensino a história da cultura afro-brasileira e indígena (Gomes, 2017). Além disso, as políticas de ações afirmativas tendo a sua implantação em 1990, como forma de promover direitos e equiparar oportunidades as pessoas historicamente excluídas, negras(as), quilombolas, e indígenas, sendo sancionado a partir dessa política a lei de Cotas nº 12.711 de 29 de agosto de 2012 as quais serão discutidas a seguir.

No dia 9 de janeiro de 2003, a lei nº 10.639, foi sancionada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Essa lei alterou a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com o objetivo de incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade do estudo da História da Cultura Afro-Brasileira e Africana na rede básica de ensino, conforme as seguintes normas Brasil (2003, art.26):

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

A referida lei foi sancionada na tentativa de reparar o grave erro histórico, a qual esses povos foram acometidos durante o período escravocrata, cujos efeitos perduram até os dias atuais. Por muito tempo, a História e a Cultura Afro-Brasileira e Africana ficou oculta dos conteúdos escolares, resultando no apagamento da historicidade desses povos, e das suas

contribuições para formação étnica, cultural e territorial do Brasil. Além disso, as escolas em sua maioria, trabalham as particularidades desses povos de forma pejorativa, e secundária, os colocando em um espaço de inferioridade, dentro de uma perspectiva totalmente eurocêntrica (Cardoso, 2005).

No dia 10 de março de 2004, foi emitido o parecer do Conselho Nacional da Educação (CNE), homologado no dia 19 de maio do mesmo ano, que regulamentou a alteração da lei 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pela lei nº 10.639/03, que determinou a obrigatoriedade do Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana na rede básica de ensino. O referido parecer teve como objetivo atender as reivindicações do Movimento Negro no século XX, que indicava a necessidade de estabelecer diretrizes para orientar a comunidade escolar no desenvolvimento das ações que estavam sendo determinadas pela lei nº 10.639/03 (Brasil, 2004).

Atendendo aos objetivos propostos no parecer, no dia 17 de junho de 2004, foi expedido a resolução de nº 1 do CNE, que instituiu as Diretrizes Curriculares para Educação das Relações Étnico- Raciais e para o ensino de história e cultura africana. Essa resolução trouxe orientações sobre a aplicabilidade da lei nº 10.639/03 em todas as instituições de ensino (Brasil, 2004, art. 3):

Art. 3º A Educação das Relações Étnico-Raciais e o estudo de História e Cultura Afro-Brasileira, e História e Cultura Africana será desenvolvida por meio de conteúdos, competências, atitudes e valores, a serem estabelecidos pelas Instituições de ensino e seus professores, com o apoio e supervisão dos sistemas de ensino, entidades mantenedoras e coordenações pedagógicas, atendidas as indicações, recomendações e diretrizes explicitadas no Parecer CNE/CP 003/2004.

E no que se refere ao ensino superior, a Resolução CNE/CP nº 01/2004 (Brasil, 2004, art .3) torna evidente que:

§ 1º As Instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP 3/2004.

De acordo com as orientações estabelecidas, as instituições de ensino possuem autonomia em relação a aplicabilidade da lei nº 10.639/03. É de responsabilidade das escolas e universidades planejar ações voltadas para o desenvolvimento da identidade dos sujeitos, abordando a historicidade dos povos negros fora da perspectiva eurocêntrica. Essas ações

devem estar voltadas para valorização cultural, para o resgate da ancestralidade desses povos, e simultaneamente, devem contribuir para formação de cidadãos críticos e propositivos. Além disso, a lei reforça a importância da garantia do acesso e a permanência dos afrodescendentes nesses espaços com qualidade (Brasil, 2004).

Cabe salientar, que as práticas a serem desenvolvidas devem ser inseridas nas aulas, atividades de extensão, eventos, nos quais os(as) profissionais devem estimular pesquisas voltadas para esta temática. Eles(as) também devem estar engajados na luta contra o racismo e as discriminações, que muitas vezes são intensificadas e reproduzidas nos espaços educacionais. Além disso, a aplicabilidade da lei, será levada em consideração nas avaliações de funcionamento das instituições (Brasil, 2004).

Ao inserir essa temática no currículo escolar, se tornou possível discutir a história, a cultura e a vida social da população negra, proporcionando aos discentes a oportunidade de construir a sua própria identidade e respeitar a pluralidade brasileira, contribuindo para o viver coletivo, conforme destaca Santos (2011, p. 10)

A lei reposiciona o negro e as relações raciais na educação – transformando em denúncia e problematização o que é silenciado (como, p. ex., o racismo no cotidiano escolar), chamando a atenção para como conhecimentos aparentemente “neutros” contribuem para a reprodução de estereótipos e estigmas raciais e para o racismo. A 10.639 nos coloca o desafio de construir uma educação para a igualdade racial, uma formação humana que promova valores não racistas.

Neste sentido, a respectiva lei se tornou um importante instrumento na luta contra o racismo nos espaços educacionais e sociais, nos fazendo evidenciar o racismo e as discriminações existentes nessas instituições de ensino desde a elaboração dos planos pedagógicos até os procedimentos metodológicos estabelecidos, e na própria sociedade.

No entanto, após 21 anos de promulgação da lei, os desafios ainda são inúmeros em torno de sua implementação, uma vez que pode haver resistência por parte de gestores, professores(as), e da própria comunidade escolar, muitas vezes por preconceito, ou pela falta de capacitação e de materiais que permitam aplicar a lei com maior efetividade. Sendo assim, é preciso atentarmos para um Ensino de Geografia que, segundo (Santos, p.135) o objetivo seja:

[...] fazer com que os estudantes se percebam em seu cotidiano, na paisagem da sua rua e nas desigualdades que se apresentam nos lugares onde vivem, e a partir daí se posicionem com autonomia, criatividade e criticidade diante da realidade, entendendo que eles fazem parte do espaço geográfico, interferindo positivamente ou negativamente, dependendo de suas ações enquanto produtores do espaço.

Mas, para tanto faz-se necessário que o currículo de Geografia supere as dificuldades para implementação de disciplinas e/ou discussões necessárias. As disputas pelo currículo têm se tornado territorial, visto que, os conhecimentos eurocêntricos são postos como fundamentais, em detrimento da identidade dos sujeitos (Giroto; Benedetti, 2018). Isso contribui para que os sujeitos deixem de lado a história e as riquezas existentes no continente africano. E o papel da Geografia e do Ensino de Geografia é crucial no processo de construção identitária, conforme ressalta Santos (2011, p. 8):

A Geografia está, portanto, de uma forma muito subliminar, na base da construção da ideia, das relações e dos comportamentos baseados no princípio de classificação racial. A visão de mundo que a Geografia constrói alicerça as identidades raciais. O ensino de Geografia é um dos principais veículos.

Portanto, é preciso descolonizar os currículos escolares, e tornar evidente que existe outra história para além da história eurocêntrica, que desqualifica os povos africanos e seus descendentes, e a Geografia como um importante instrumento de construção da identidade, precisa estar engajada na luta antirracista. Como destaca Luiz Rufino (2014, p. 63) “[...] as ações decoloniais miram a desestabilização dos padrões mundiais de poder herdados pelo colonialismo e operados até os dias de hoje”.

Posteriormente, no ano de 2010, a Lei nº 11.645/2008 foi sancionada também pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Essa lei manteve os objetivos da Lei nº 10.639/03 que já matinha a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira, mas ampliou essa obrigatoriedade, incluindo no currículo oficial da rede de ensino a temática da história e cultura indígena. Visto que, assim como a população negra, esses povos são partes fundamentais na formação histórica e social do país e também foram submetidos a processos desumanos de exclusão e violências que são reverberados nos dias atuais.

A luta do Movimento Negro no país apresenta uma lista extensa de ações, reivindicações e conquistas que contribuíram significativamente para que essa população tivesse acesso aos direitos que foram historicamente negados. Cabe salientar, que as trajetórias dos povos negros foram e continuam sendo marcada por desigualdades e exclusões, especialmente, no campo educacional, mesmo após a abolição da escravidão, grande parte dessa população foi impedida de se inserir no sistema educacional, ocorrendo em muitos casos uma inclusão tardia ou parcial, o que resultou em lacunas no processo de formação (Marques, 2018). A educação superior, por exemplo, era uma realidade distante desses povos, como reflexo das barreiras estruturais que

limitavam o acesso desses grupos as oportunidades, com o objetivo de impedi-los de acender socialmente, conforme afirma Marques (2018, p.3)

À educação superior no Brasil, que historicamente foi marcada pela exclusão de jovens oriundos de camadas populares por meio de critérios seletivos de exclusão em que a educação superior não era considerada um bem público, com a finalidade precípua de atender indistintamente a todos os cidadãos em um projeto democrático, solidário e heterogêneo.

Neste sentido, a educação superior foi historicamente marcada por processos de seletividade e exclusão, se configurando como um espaço privilegiado e, ao longo do tempo, cada vez mais distante da realidade da população negra. Com a implementação das políticas de ações afirmativas na década de 1990 houve mudanças nesse cenário, entretanto, é somente com a sanção da Lei de Cotas nº 12.711/2012, pela presidenta Dilma Rousseff, que vemos de forma incisiva a entrada de jovens negros (as) nas universidades brasileiras. A referida lei regulamenta o ingresso da população historicamente marginalizada nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, garantindo que 50% dessas vagas sejam destinadas a discentes autodeclarados pardo, pretos, indígena, e quilombolas, oriundos de escolas pública e baixa renda (Brasil, 2012).

A implementação da respectiva lei gerou revolta nos grupos hegemônicos que historicamente se beneficiam com o processo de exclusão de negros, indígenas e quilombolas e temem a ascensão social desses grupos, configurando essa inserção no sistema educacional como uma ameaça a manutenção dos seus privilégios. Como parte da legislação, a cada dez anos a lei de cotas é revisada, deste modo, em 2022, os parlamentares iniciaram o processo de avaliação, buscando por diferentes meios alterar pontos centrais da política, especialmente o critério racial, com o objetivo de manter a branquitude nesses espaços como mérito e pertencimento, e impedir que a população negra tenha acesso ao ensino superior (Gonzaga, Costa, 2024).

No entanto, a partir da mobilização do Movimento Negro, o caráter racial na lei é preservado, e posteriormente com a sanção da lei nº. 14.723/2023, pelo presidente Lula, é ampliado o acesso dos quilombolas ao ensino superior. Como afirmam Gonzaga e Costa (2024, p. 9) “[...] Esta legislação configura-se como uma política de ação afirmativa que leva em consideração o caráter social, econômico e racial na sua constituição”.

No contexto histórico, as políticas afirmativas surgem como políticas reparadoras, que não se limitam apenas ao sistema educacional, mas abrangem o serviço público federal, buscando assegurar que a respetiva população ocupe espaço em todos os segmentos sociais.

Assim, as cotas não são esmolas e muito menos garantem privilégios e vantagens indevidas, como por vezes é difundido pelos grupos hegemônicos como forma de inferiorizar os(as) discentes negros(as) ingressantes. Ao contrário do que é difundindo, as cotas foram estabelecidas como forma de garantir os direitos historicamente negados e negligenciado a população negra, com o objetivo de reparar os danos estruturais causados a essa população.

Embora a legislação tenha possibilitado o acesso dessa população ao ensino superior, a permanência desses discentes na universidade é tomada por vários desafios. Ao adentrarem nesses espaços que historicamente são marcados por processos de exclusões, desigualdades, e pelo epistemicídio, muitos desses discentes têm suas trajetórias acadêmicas atravessadas por situações racistas, que afetam diretamente as suas vivências nesses espaços e a construção de suas identidades, visto que, a universidade ainda continua sendo um espaço elitizado, eurocêntrico e majoritariamente branco.

Por outro lado, a ocupação desses territórios pela população negra abre possibilidades para questionar a estrutura racista que prevalece, resgatar e ressignificar a história do povo brasileiro. A inserção desses discentes em projetos de pesquisas, espaços de diálogos, que promovam discussões voltadas para questão étnico-raciais, contribuem para um caminho marcado pela construção de práticas pedagógicas antirracistas e decoloniais.

Neste contexto, se encontra a UFAL, principal instituição pública de ensino superior da capital alagoana, criada em 1961, pelo então presidente da república Juscelino Kubitschek. Atualmente, a UFAL está instalada no Campus A.C. Simões na avenida Lourival Melo Mota, no bairro do Tabuleiro dos Martins. A figura 3, apresenta a faixa da instituição que nos dias atuais se configura como um espaço simbólico e concreto marcado pela transformação promovida pelas políticas de cotas raciais.

Figura 3 - Faixada da Universidade Federal de Alagoas (UFAL)



Fonte: Acervo da autora (2026)

A presente instituição possui mais três campi: Campus Arapiraca que tem as suas unidades em Viçosa, Penedo e Palmeira dos Índios; Campus Sertão com sede em Delmiro Gouveia, e uma unidade em Santana do Ipanema; E o Campus de Engenharias e Ciências Agrárias (CECA), todos localizadas no interior de Alagoas.

Além disso, a universidade conta com um público bem diversificado e de diferentes faixas etárias, atualmente há aproximadamente 26 mil discentes distribuídos nos 104 cursos de graduação em atividade, sendo 96 presenciais e 11 a distância nas suas respectivas unidades acadêmicas. Na modalidade de pós-graduação são cerca de 2.312 discentes matriculados(as), sendo distribuídos nos 39 programas de *strictu sensu*, os quais 30 são do mestrado e 9 correspondem ao doutorado, e conta com 13 especializações (UFAL, 2020).

No que refere ao perfil racial dos discentes ingressantes da UFAL, se observa um aumento significativo no número de negros(as) e indígenas ao longo dos últimos anos. De acordo o portal UFAL em números, nos últimos cinco anos ingressaram no Campus A.C. Simões 20.160 discentes negros(as), sendo 63,3% matriculados(as) nos cursos de bacharelado e 36,7% nos cursos de licenciatura, considerando as modalidades presencial e a distância.

Em relação a presença indígena, foram registrados apenas 80 discentes nesse mesmo período, enquanto não houve registro de discentes quilombolas. No IGDEMA, unidade acadêmica que estão matriculados(as) os(as) participantes dessa pesquisa, foram registrados nos últimos cinco anos 1.029 matrículas de discentes negros(as), das quais 58% foram no curso de bacharelado e 42% no curso de licenciatura em Geografia. Quanto aos(as) discentes indígenas foram registrados apenas cinco, e não houve registro de discentes quilombolas.

No entanto, é importante ressaltar, que os dados disponibilizados apresentam grandes lacunas. O portal que disponibiliza os supracitados dados, deixa a desejar em termos de metodologia, uma vez que não explica a forma que os dados são atualizados, organizados e acompanhados ao longo dos anos. Essa ausência de transparência e sistematização dos dados contribui para invisibilizar a presença negra, indígena e quilombola no interior do Campus A.C. Simões, dificultando a análise dos impactos das políticas de ações afirmativas.

Além disso, um outro ponto a ser destacado, são as dificuldades desses(as) discentes se autoidentificar racialmente ou ocupar as vagas destinadas as ações afirmativas, muitas vezes por falta de informação, receio de sofrer racismo, e as pressões sociais como forma de apagar

essas identidades. Mesmo diante das lacunas, a presença dos(as) discentes na universidade é fruto da implantação das políticas de ações afirmativas, porém esses povos ainda sofrem uma série de desvantagens educacionais, profissionais, competitivas e econômica, quando comparados a população branca.

Atualmente, a universidade conta com o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI), criado em 1980 durante a semana Zumbi, como parte de um esforço coletivo voltado para criação do memorial parque Zumbi dos Palmares e a valorização da cultura afro-brasileira e indígena. Ao longo da sua trajetória o NEABI desempenhou um papel essencial no processo de implementação das políticas de ações afirmativas na instituição, conforme ressaltam Marques e Correia (2022, p. 8)

Em 2003, o NEABI coloca a UFAL como uma das três instituições pioneiras no desenvolvimento das ações afirmativas universitárias, liderando a implantação do sistema de cotas raciais no vestibular. Visando “desencadear um processo produtivo de identidades que superem os problemas advindos do racismo presente na sociedade brasileira” e possibilitando a “construção de uma universidade plural, pública e efetivamente democrática”.

Desta forma, o NEABI, tem sido um dos principais responsáveis por garantir e viabilizar o acesso e a permanência de discentes negros(as) e indígenas nos cursos de graduação e pós-graduação da UFAL. A partir da atuação em conjunto com as reivindicações do movimento estudantil, dos militantes da associação de negros(as) da UFAL e do Instituto Negro de Alagoas (INEG), foram estabelecidos os percentuais das vagas destinados as cotas raciais. Além disso, foi criado as bancas de heteroidentificação com objetivo de fiscalizar e garantir que as vagas sejam ocupadas por discentes negros(as), evitando fraudes e o fortalecimento da política.

Neste sentido, a presença do NEABI na universidade tem sido de extrema relevância para garantir não apenas o acesso, mas a permanência desses(as) discentes, contribuindo para construção de um espaço acadêmico plural, democrático e comprometido com a justiça racial (Marques, Correia, 2022). A efetivação das políticas de ações afirmativas no ambiente educacional só foi possível devido a atuação histórica dos movimentos sociais, em especial o Movimento Negro, cuja as mobilizações resultaram em avanços significativos no contexto educacional e na luta contra o racismo na sociedade brasileira. As ações e reivindicações promovidas por esse movimento tem contribuído para a construção identitária dos sujeitos, e a viabilização de direitos historicamente negados.

6 A REVERBERAÇÃO DO RACISMO NOS ESPAÇOS DA CIDADE DE MACEIÓ/AL E AS SUAS IMPLICAÇÕES NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA

Este capítulo apresenta e discute os resultados obtidos na pesquisa desenvolvida com os(as) discentes negros(as) do IGDEMA/UFAL, cujo objetivo foi analisar a espacialização do racismo na cidade de Maceió/AL com base nas experiências racistas relatadas pelos(as) participantes, buscando compreender como essas vivências influenciam na construção de suas identidades negras.

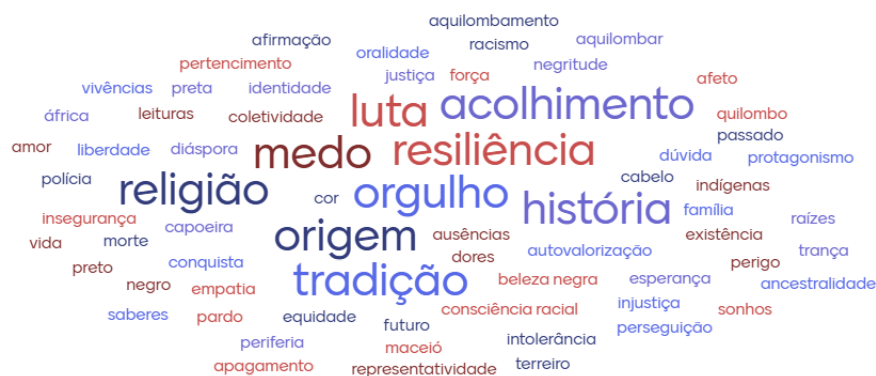
Inicialmente, foi realizada uma roda de conversa com os(as) discentes negros(as) que aceitaram participar da pesquisa, com intuito de apresentar de forma detalhada a proposta do estudo e instigá-los a refletir sobre a dinâmica do racismo no contexto urbano de Maceió/AL e, especialmente no espaço universitário, assim como os impactos desse fenômeno na construção identitária.

Durante a roda de conversa, cada participante teve a oportunidade de se apresentar, e posteriormente, foram feitas algumas indagações, como “Vocês já vivenciaram ou observaram alguma situação racista na cidade de Maceió/AL?” “Como vocês se autodeclaram racialmente?” “O que significa ser negro(a) na sociedade brasileira?” “Como foi o processo de descoberta do ser negro(a)?” “Quais entraves existem no ambiente acadêmico?” “Existe espaços que vocês não se sentem acolhidos(as)?”

Cabe salientar, que as perguntas realizadas na roda de conversa também integravam o questionário aplicado posteriormente. Essa estratégia buscou criar um ambiente mais confortável para que os(as) participantes pudessem se expressar e discutir as suas vivências entre os(as) próprios colegas, ao mesmo tempo que eram registradas as observações no caderno de campo. Durante esse momento houve uma participação significativa dos grupos, embora alguns não tenham conseguido compartilhar suas vivências com os(as) colegas, seja por receio, medo ou timidez.

Diante disso, a aplicação do questionário foi essencial para que esses(as) participantes registrassem por escrito aquilo que, por diversos motivos, não se sentiram confortáveis em verbalizar durante a roda de conversa. A figura 4 apresenta uma nuvem de palavras contendo os termos mais citados pelos(as) participantes durante a roda de conversa sobre as suas vivências e percepções relacionadas ao racismo.

Figura 4 - Nuvem de palavras produzida a partir dos relatos dos(as) participantes sobre as experiências de racismo em Maceió/AL

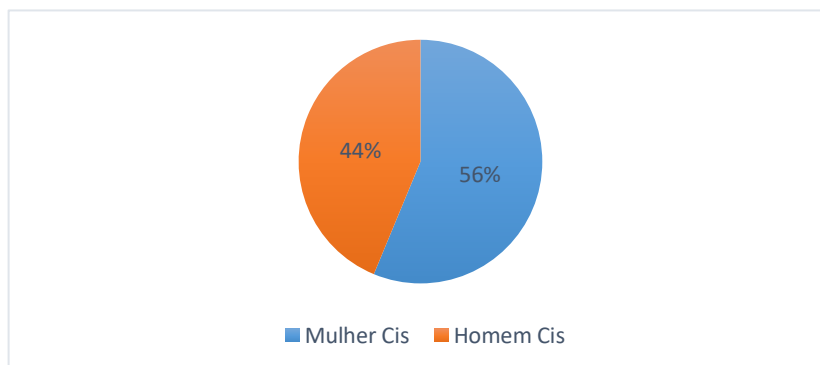


Elaboração: Jessica Emanuelle Ramos da Silva, dez. 2025.

As falas dos(as) discentes durante a roda de conversa evidenciaram as múltiplas experiências de racismo vivenciadas em diferentes territórios da cidade de Maceió/AL, revelando sentimentos de medo, frustração, e por vezes, a negação de suas próprias identidades nos territórios por onde circulam. No entanto, antes da análise e interpretação dos dados, foi traçado o perfil dos(as) participantes da pesquisa por meio dos instrumentos de coleta de dados adotados durante o trabalho de campo, como a roda de conversa, aplicação do questionário e a observação sistemática. Neste sentido, será apresentado o perfil dos(as) discentes considerando o gênero, idade, cor/raça, e ingresso por meio das cotas raciais.

6.1 Perfil dos(as) participantes da pesquisa

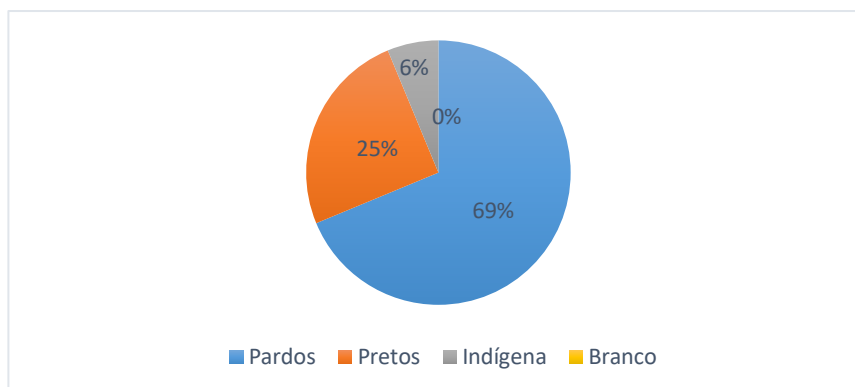
A caracterização dos(as) participantes teve início com a identificação de gênero, compreendendo-a como uma construção social, histórica e ideológica com base nos estudos de Saffioti (2015). Essa compreensão possibilitou que cada participante se expressasse livremente quanto a sua identidade de gênero, rompendo com as concepções biologizantes e binárias que tradicionalmente são adotadas no processo de coleta de dados. Neste sentido, a primeira pergunta do questionário foi “Qual o seu gênero?” O gráfico 3, apresenta aspectos da identidade de gênero dos participantes.

Gráfico 3 - Identidade de gênero dos (as) participantes da pesquisa

Elaboração: Jessica Emanuelle Ramos da Silva, dez. 2025.

Como evidencia o gráfico 3, a pesquisa contou com a participação de mulheres e homens cis, no entanto, foi observado a predominância de mulheres entre os(as) participantes. A segunda pergunta do questionário foi “Qual sua idade?” Conforme observado nas respostas, a maioria dos(as) discentes possui entre 18 a 24 anos, seguida pelos discentes de 25 a 34 anos.

Outro aspecto fundamental para pesquisa diz respeito a autodeclaração racial dos(as) participantes. Nesse sentido, a terceira pergunta foi “Como você se identifica racialmente?” Embora o público da pesquisa sejam discentes negros(as), partimos do pressuposto de que a construção da identidade negra é um processo contínuo, deste modo, em muitos casos alguns sujeitos ainda não iniciaram esse processo, podendo influenciar diretamente na forma como se autodeclaram. Diante disso, as alternativas foram organizadas conforme as categorias definidas pelo IBGE, pardos e pretos compondo o grupo de negros(as), indígena, brancos e amarelos, para que não ocorresse nenhum tipo de indução na autodeclaração dos sujeitos. A seguir o gráfico 4, demonstra como os(as) participantes se autodeclaram racialmente.

Gráfico 4 - Autodeclaração racial dos (as) participantes da pesquisa

Elaboração: Jessica Emanuelle Ramos da Silva, dez. 2025.

De acordo com o gráfico 4, a maioria dos(as) participantes da pesquisa se autodeclararam pardos(as), seguida pelos que se identificaram como pretos. Dentro desse grupo, 69% são pardos(as), representados por cinco mulheres e seis homens, 25% são pretos(as) representados por quatro mulheres, e 6% por um homem indígena. A caracterização do ponto de vista racial e de gênero nos permite compreender que as mulheres negras são atravessadas por violências distintas daquelas vivenciadas pelos homens negros. Deste modo, pardos(as) e pretos(as) representam a maioria absoluta do grupo pesquisado, reforçando a importância de analisar as experiências racistas desses(as) jovens no contexto urbano de Maceió/AL e no espaço acadêmico.

A terceira pergunta foi “Você ingressou por meio das cotas raciais?” Entre os(as) discentes negros(as) apenas 5 dos 15 participantes ingressaram por meio das cotas raciais, nos fazendo refletir e questionar sobre os fatores que levam parte dos(as) discentes negros(as) não recorrer a política de ações afirmativas para ter acesso ao ensino superior. As cotas raciais representam um divisor de águas para a população negra, pois possibilitou o ingresso de negros(as) ao ensino superior e demais repartições públicas, ampliando suas perspectivas profissionais, culturais e pessoais (Lemos, 2017). Conforme afirma Lemos (2017, p. 21) “[...] as cotas raciais funcionam como um instrumento de acesso a bens simbólicos e materiais necessário a uma trajetória de sucesso”, ou seja, sem essa política, o acesso da população negra a oportunidades, reconhecimento e condições dignas seriam ainda mais restritas.

Segundo o Censo do IBGE (2022), o número de discentes cotistas aumentou significativamente nos últimos dez anos. Em 2022, 55.371 discentes ingressaram em universidades, faculdades e institutos federais pelo critério étnico-racial. No entanto, esse avanço ocorreu ao mesmo tempo com o aumento das denúncias de fraudes das cotas raciais em diferentes regiões do país, colocando em evidência as disputas políticas, tensões e resistências em torno do acesso da população negra ao ensino superior.

As respostas para os questionamentos e reflexões geradas durante a tabulação dos dados foram sendo desvendadas, visto que, o fato dos(as) discentes negros(as) não optarem em alguns casos a não ingressarem pelas cotas raciais está relacionada a forma como o racismo continua atuante e difuso nas relações sociais, produzindo tensões e deslegitimando as políticas de ações afirmativas. Durante a roda de conversa com os(as) participantes, foi relatado que há uma espécie de inferiorização dos(as) discentes cotistas, produzida por opositores da política de ações afirmativas que se incomodam com a presença da população negra nesses espaços e difundem de maneira equivocada a ideia que esses(as) discentes cotistas possui um rendimento

inferior aos dos não cotistas. Esse discurso influencia diretamente na forma como esses(as) discentes são vistos e percebidos no ambiente acadêmico.

Assim, alguns(as) discentes preferem não se afirmar enquanto cotistas por medo dos estigmas, preconceitos e discriminações. No entanto, essa situação pode gerar conflitos identitário, como afirma Weller; Ferreira; Meire (2009, p.91) “[...] a identificação de cotista com a identidade de grupo pode ser enfraquecida em detrimento da valorização do mérito individual, que determina a relação social em certos espaços acadêmicos”. Corroborando com os autores, é importante destacar que a universidade brasileira elitizada, foi criada historicamente para atender majoritariamente a população branca, reforçando que a presença nesse espaço depende exclusivamente do esforço individual.

Dessa forma, o ingresso pelas cotas raciais é frequentemente interpretado como incapacidade ou falta de mérito. Como consequência desse processo, alguns discentes negros(as) não querem ser reconhecidos(as) como cotistas, apenas por mérito individual, optando por silenciar sua trajetória racial e se afastar da sua identidade coletiva (Weller; Ferreira; Meire, 2009).

Após o delineamento do perfil dos(as) participantes da pesquisa, a seguir serão apresentadas as análises das demais questões do questionário, organizadas em três categorias analíticas: Experiências de racismo no contexto urbano e acadêmico; Construção e afirmação da identidade negra e; Projetos de vida e expectativas de futuro dos(as) discentes negros(as).

6.2 Experiências de racismo no contexto urbano e acadêmico

Nesta categoria, serão apresentadas e analisadas as vivências racistas dos(as) discentes negros(as) tanto no contexto urbano de Maceió/AL quanto no ambiente acadêmico, compreendendo o racismo a partir de Almeida (2018), como um fenômeno estrutural que perpassa distintos espaços sociais. Neste sentido, para entender essas vivências os(as) discentes foram questionados(as) da seguinte forma “Você já vivenciou e/ou observou alguma situação racista nos territórios de Maceió/AL? “ De forma unânime, todos(as) os(as) participantes responderam que sim, evidenciando que o racismo se manifesta no cotidiano dos(as) mesmos(as) de forma distante, e interfere diretamente nas suas trajetórias, nas relações sociais e experiências educacionais.

Não é surpresa que todos(as) os(as) participantes da pesquisa tenha vivenciado em algum momento de suas vidas situações de racismo. Nos últimos anos, os casos de racismo vêm ganhando maior visibilidade em todo o território brasileiro. De acordo com o Anuário Brasileiro

de Segurança Pública (2025), os registros de racismo e injúria racial apresentaram um crescimento entre os anos de 2023 e 2024. Os crimes de racismo passaram de 14.919 para 18.923, o que representa um aumento 26,3% na taxa por 100 mil habitantes, indicando um crescimento no número de denúncias. Já os casos de injúria racial tiveram um aumento ainda mais expressivo, passaram de 12.813 para 18.200, representando uma elevação de 41,9%.

No estado de Alagoas, os dados também indicam um crescimento. Em 2023 foram registrados 59 casos de racismo, número que passou para 61 casos em 2024, representando um aumento de 3,3%. Em relação os dados de injúria racial, os registros passaram de 154 em 2023 para 166 em 2024, representando uma elevação de 7,8%. No entanto, mesmo que tenha ocorrido um aumento nos registros oficiais é importante ressaltar que muitas situações de racismo são silenciadas, por diversas razões, como por exemplo, medo de retaliação, naturalização da violência racial, a descrença nas instituições responsáveis pelas apurações desses crimes, a falta de punição e entre outras situações que contribuem para o silenciamento desses casos.

Posteriormente, foi solicitado aos(as) discentes que, caso tivessem respondido sim na questão anterior, indicassem o território de Maceió/AL (Bairro, instituição, estabelecimento) que a situação ocorreu, e descrevessem a experiência vivenciada. Desse modo, o Quadro 6 destaca as experiências de racismo relatadas pelos(as) participantes.

Quadro 6 – Situações racistas vivenciadas por discentes negros(as) em diferentes territórios de Maceió/AL

D1. A situação ocorreu no bairro Chã do Bebedouro. Meu amigo e eu subimos para encontrar outros amigos, e fomos parados pela polícia com fuzil em nossas cabeças, como meu amigo é negro, a primeira pergunta para ele foi se já tinha passagem pela polícia.
D2. Eu fui barrada na entrada do condomínio que minha mãe mora, pois afirmaram que ela não tinha uma filha negra.
D3. A situação ocorreu no bairro Cidade Universitária, na Universidade Federal de Alagoas. Ainda nos dias atuais as universidades são tomadas pensamentos coloniais brancos e heteronormativos, o que faz com que epistemologias negras e indígenas não tenham voz nesse espaço acadêmico. Com isso, é notório que muitas ações nesses espaços sejam racistas, na medida que os saberes são silenciados e, muitas vezes negligenciados. A todo momento nos referenciais acadêmicos e até mesmo no corpo docente da instituição, ou seja, quase sempre as referências bibliográficas são tomadas por autores brancos e o próprio corpo docente segue esse padrão como herança colonial.
D4. A situação ocorreu no bairro do Antares e Santa Lucia, foi em uma tarde de candomblé, saímos paramentados (com guias e saias) para fazer uma visita na casa Ilê Axé Yápandálomim Ofáquerum na Santa Lucia, onde iria o correr a saída de Ebomi do pai Charles e o Uber aceitou a corrida, mas ao se aproximar se recusou a nos levar. Passamos por esse problema tanto na ida quanto na volta.
D5. Dentro da própria casa, familiares que vivem em bolha de pessoas brancas. Também já presenciei entre amigos no ensino médio, no bairro do Jacintinho

D6. Aconteceu em uma loja de departamento no <i>shopping</i> , onde minha família e eu fomos seguidos por seguranças e encarados pelos vendedores.
D7. No centro de Maceió, uma senhora comentou sobre o cabelo de uma das minhas amigas, quando a mesma passou por ela antes de nós (eu e outra colega). Ela se referiu ao cabelo como planta ou palha por ser muito cheio e alto e acrescentou que a garota deveria prendê-lo. Demoramos para processar o corrido e comentar sobre a questão fez com que pudéssemos perceber no espaço e como somos vistos nele também. Essa amiga faz direito e uma das razões foi a busca pela defesa dos direitos e debates raciais. A experiência foi um dos pontos chave para a escolha.
D8. Que eu me lembre não vivenciei nenhuma situação racista, ou possa ter notado

Elaboração: Jessica Emanuelle Ramos da Silva, dez. 2025.

A partir dos relatos apresentados no Quadro 6, é possível observar que as experiências de racismo vivenciadas pelos(as) discentes negros(as) atravessam diferentes territórios da cidade de Maceió/AL, como Chã do Bebedouro, Cidade Universitária, Santa Lúcia, Antares, Jacintinho e o centro da cidade. As narrativas evidenciam o caráter multifacetado do racismo, que se manifesta de forma estrutural e institucional no cotidiano dos(as) discentes.

Entre as principais manifestações do racismo identificadas destacam-se: a violência policial racializada, expressa no controle e vigilância dos corpos negros, a discriminação racial, materializada no tratamento diferenciado aos(as) negros(as) em determinados espaços da cidade, assim como a deslegitimação dos saberes produzidos pela população negra e indígena no ambiente acadêmico e na intolerância religiosa por meio da demonização das religiões de matriz africana. Além disso, a violência estética e simbólica, associada a imposição dos padrões de beleza eurocêntricos e nos processos de negação e silenciamento das identidades negras.

No que se refere a violência policial, a fala do discente 1 (D1) revela aspectos centrais do racismo estrutural, que se materializa de forma institucional nas práticas de segurança pública. O relato do participante expõe uma abordagem truculenta da polícia, marcada pela seletividade racial e pela criminalização prévia do corpo negro, deixando explícito que a atuação da polícia no contexto urbano é ancorada por estigmas raciais. Esse comportamento acaba produzindo uma presunção de culpabilidade desde o primeiro contato com o sujeito negro, sem que haja evidências concretas.

Segundo Anunciação, Trad e Ferreira (2020, p.3) “[...] os critérios de suspeição aliam, ao lado da identidade racial, outros marcadores discriminatórios, como pertença de classe social ou territorial, bem como o perfil etário”. Dessa forma, jovens negros(as), pobres, moradores de favelas e de bairros periféricos são os mais suscetíveis as abordagens policiais discriminatórias. Além disso, o perfil de suspeito atribuído ao(a) negro(a) é construído e fortalecido no interior da própria corporação policial, onde é adotado o perfilamento racial como parâmetro nas

abordagens e investigações, prática fundamentada por estereótipos que associam sujeitos negros(as), em razão da cor da pele, a uma maior probabilidade a criminalidade (Amorim, 2024).

Diante desse cenário, os agentes de segurança pública, em vez de garantir o direito dessa população, atuam segundo as políticas de segurança bélica, recorrendo ao uso da força como justificativa para enfrentar o tráfico de drogas e reduzir a criminalidade, o que contribui para o fortalecimento dos atos discriminatórios na sociedade (Anunciação; Trad; Ferreira, 2020). Como consequência desse processo temos o genocídio das juventudes negras.

Os dados do Observatório Nacional dos Direitos Humanos (2024) indicam que, em 2023, as mortes por intervenção policial foram dez vezes maiores que o de lesões corporais seguidas de morte, seis vezes maiores que o de latrocínios e quatro vezes maior que o de feminicídios. Além disso, a cada 17 pessoas que foram mortas por dia em ações de agentes de segurança pública, oito em cada dez vítimas eram negras, e ao menos sete em cada dez eram adolescentes ou jovens, revelando que essas mortes seguem um padrão racial (Brasil, 2024).

Deste modo, a abordagem policial, enquanto instrumento de controle de delitos e manutenção da ordem social, é realizada de forma seletiva e racializada, de modo que, o tratamento dado aos brancos(as) se diferem totalmente daqueles que os negros(as) recebem diariamente nos diferentes contextos urbanos. A presença do racismo estrutural na violência policial se expressa por meio do racismo institucional, que segundo Andrade e Andrade (p.10, 2014), se manifesta em três dimensões principais:

(1) por meio de uma legislação que promove a segregação, e na atuação direta de seus agentes; (2) por omissão, ao reproduzir práticas e instrumentos que inviabilizam a consolidação de uma rede de proteção social, gerando distorções sociorraciais e territoriais; e (3) pela atuação de indivíduos ou grupos movidos por seus próprios preconceitos alarmados pelas condições institucionais favoráveis que viabilizam as violações de direitos, estigmatização e processos discriminatórios.

Corroborando com os autores, a abordagem policial descrita na narrativa do(a) D1, não é uma atitude isolada, e sim uma manifestação do racismo institucional, onde a atuação dos agentes de segurança pública acabam criando e reproduzindo mecanismos para excluir a população negra de determinados espaços. Cabe salientar, que embora a narrativa do D1 traga uma experiência de violência racial por parte de agentes públicos, o mesmo destaca que apenas o seu amigo é negro, embora ele também pertença a esse mesmo grupo étnico-racial. Essa situação também é recorrente em outros relatos onde existe uma negação da própria identidade

racial dos sujeitos, colocando em evidência como o racismo também opera de forma subjetiva, moldando as percepções e silenciando essas identidades.

Neste sentido, a partir de Fanon (2020) é possível afirmar que o racismo produz processos de alienação e silenciamento do sujeito negro, ao aprisioná-lo em um complexo de inferioridade devido a cor de sua pele. Esse processo gera impactos diretos na construção identitária do negro(a), e na forma como as situações racistas são percebidas e relatadas pelas vítimas, visto que, em muitos casos os sujeitos facilmente reconhecem uma situação racista com o outro, mas dificilmente com si próprio, como é observado na fala de alguns dos participantes.

No que diz respeito a discriminação racial enquanto dimensão do racismo estrutural, essa dinâmica pode ser observada nos relatos presentes nas falas do(a) D2, D3, D4, D5, D6 e D7, que ressaltam práticas de exclusão em espaços residenciais, acadêmicos, religiosos, familiares e comerciais. No relato do(a) D2, a exclusão ocorre no espaço residencial, quando a participante relata que foi barrada na entrada do condomínio ao tentar visitar a mãe. O D3, se manifesta na negação das epistemologias negras no espaço acadêmico, e o D4, pela estigmatização das religiões de matrizes africanas. E por fim, o D5, pela reprodução do racismo no próprio ambiente familiar, enquanto o(a) D6 e D7 revelam experiências de vigilância, constrangimento e exclusão em lojas e *shoppings* da cidade.

Embora o artigo 5º da Constituição Federal de 1988 estabeleça que todos(as) somos iguais perante a lei, sem distinção de gênero, raça e origem, garantindo direitos como à liberdade, saúde, segurança, e educação assegurados (Brasil, 1988), as experiências dos(as) discentes revelam o contrário. Com base nos relatos analisados, mesmo que constitucionalmente os direitos de negros(as) e indígenas sejam garantidos formalmente, na prática continuam sendo estigmatizados e discriminados e excluídos dos espaços acadêmicos, comerciais, familiares, entre outros.

Nos espaços percebidos como elitizados, as práticas discriminatórias se tornam ainda mais intensas e evidentes. Como afirma Carneiro (2023, p.70) “[...] uma das características do racismo é a maneira pela qual ele aprisiona o outro em imagens fixas e estereotipadas”, deste modo, frequentemente a população negra e indígenas é reduzida socialmente a representações simplificadas que a definem como o “outro”. Neste contexto, os supracitados povos são vistos e percebidos como suspeitos, inferiores, marginais, resultando na exclusão dos mesmos dos espaços físicos e simbólico.

Dessa forma, a discriminação racial é uma decorrência do racismo estrutural que se manifesta de forma transversal nos relatos dos participantes. Além de serem alvos da vigilância

e constrangimento em lojas e *shoppings centers* da cidade, e de terem os seus saberes deslegitimados no ambiente acadêmico, também vivenciam a negação de suas identidades no próprio contexto familiar. Por vezes, essa negação por parte dos familiares tornam o processo de construção da identidade ainda mais doloroso, contribuindo para a naturalização do racismo e a discriminação racial.

Neste contexto, o relato apresentado pelo D4 mostra um episódio de racismo religioso, assim como ocorre o epistemicídio dos saberes ancestrais no espaço acadêmico, a discriminação se manifesta no espaço religioso, onde as religiões e as práticas culturais de raízes africanas não são aceitas devidos aos padrões hegemônicos eurocêtricos. A participante relata que, ao se dirigirem para uma celebração em uma casa de candomblé enfrentaram a recusa de um serviço de transporte por aplicativo, afirmando que “O Uber aceitou a corrida, mas ao se aproximar se recusou a nos levar. Passamos por esse problema tanto na ida quanto na volta”.

Casos como esses são frequentemente noticiados pelos meios de comunicação. Embora o Brasil seja considerado constitucionalmente um Estado laico, são recorrentes as situações de racismo religioso direcionado aos povos tradicionais de terreiro e de matriz africana em razão das suas práticas culturais e os saberes ancestrais (Brasil, 2024). Conforme definido no guia de orientação para denúncias de racismo religioso, essa prática ocorre quando

[...]. Uma pessoa é tratada de forma ofensiva, agressiva, violenta e/ou depreciativa, impedida de acessar lugares ou serviços, públicos ou privados por causa de seu pertencimento ou identificação religiosa com Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e de Terreiro e seus adeptos (Brasil, 2024, p.15).

Situações como a vivenciada pela D4 não se configuram como casos isolados. De acordo com os dados do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC), em 2024 foram registradas 2.172 denúncias de intolerância religiosa em todo o país por meio do canal disque 100 (Brasil, 2024). Esse número representa uma alta de 66,8% em relação a 2023, quando foram registradas 1.481 denúncias. Apenas no primeiro semestre do ano de 2024, foi observado um aumento de praticamente 80% no número de registros, escancarando a gravidade e a permanência desses crimes contra os povos tradicionais e de terreiro (Brasil, 2024).

No entanto, é importante ressaltar a existência de um índice elevado de subnotificação dos casos de racismo religioso, como no caso da(o) participante que relatou durante a roda de conversa que realizou apenas uma reclamação junto a empresa de transporte por aplicativo, dificultando a responsabilização e punição do criminoso. Atualmente, existe uma legislação que dispõe de instrumentos legais com o objetivo de proteger as vítimas dos crimes de racismo

religioso, como a lei 11.635/2007, que busca promover e viabilizar a luta e respeito pelas religiões de matrizes africanas. Ademais, a lei 14.532, sancionada em 2023, responsável por equiparar a injúria racial ao crime de racismo e proteger a liberdade religiosa, estabelecendo penas de dois a cinco anos de prisão, além de multas, com o objetivo de impedir a intolerância religiosa e as práticas discriminatórias (Brasil, 2024).

Além do racismo religioso, os relatos analisados também revelam que a discriminação racial se manifesta de forma simbólica e estética, atingindo diretamente os corpos negros e suas formas de apresentação. Nesse sentido, o relato do(a) D7 traz uma experiência racista relacionada aos padrões de estéticos hegemônicos, a amiga da participante foi alvo de discriminação em uma loja no centro da cidade de Maceió/AL. Como descrito pela participante uma senhora se referiu ao cabelo da jovem como “planta ou palha por ser muito cheio e alto e acrescentou que a garota deveria prendê-lo”.

Durante a roda de conversa, outros relatos também abordaram a discriminação da estética negra, tendo como ponto central da discussão a aceitação dos cabelos cacheados, crespos e das características fenotípicas do(a) negro(a), tanto por parte das participantes, quanto da sociedade e dos próprios familiares. Esse comportamento reproduz discursos e práticas racistas e estereotipadas que resultam na negação da estética negra.

A visão que os(as) discentes possuem sobre o que é belo e feio foi construída culturalmente e socialmente a partir dos padrões hegemônicos de dominação. No contexto brasileiro, o padrão de beleza estabelecido está historicamente associado a brancura, de modo que ser branco(a) com cabelos lisos é frequentemente utilizado como sinônimo de beleza e aceitação, enquanto a estética negra é vista como algo exótico e fora do padrão. (Gomes, 2017). Conforme Gomes (2017, p.10)

A beleza pode ser entendida como categoria estética e construção social, como uma maneira de nos relacionarmos com o mundo. Ela não tem a ver com formas, medidas, proporções, tonalidades e arranjos pretensamente e ideais que definem algo belo.

Dessa forma, a beleza não se refere ao objeto em si, mas as relações que são estabelecidas entre sujeito e o objeto. Deste modo, o ideal de beleza no Brasil foi construído de forma hegemônica seguindo os padrões ocidentais, e ainda nos dias atuais em um mundo globalizado, esses padrões de beleza continuam sendo determinados, funcionando como mecanismos de exclusão e segregação de determinados grupos étnico-raciais.

Esse tipo de discriminação pode ocorrer em lojas, supermercados, na universidade e no próprio ambiente familiar, onde os pais ou responsáveis estimulam os(as) filhos(as) a recorrer ao uso de produtos químicos para alisar os cabelos e proíbem a utilização de tranças, conforme relatado no questionário e na roda de conversa. Como afirma Gomes (2017, p. 110)

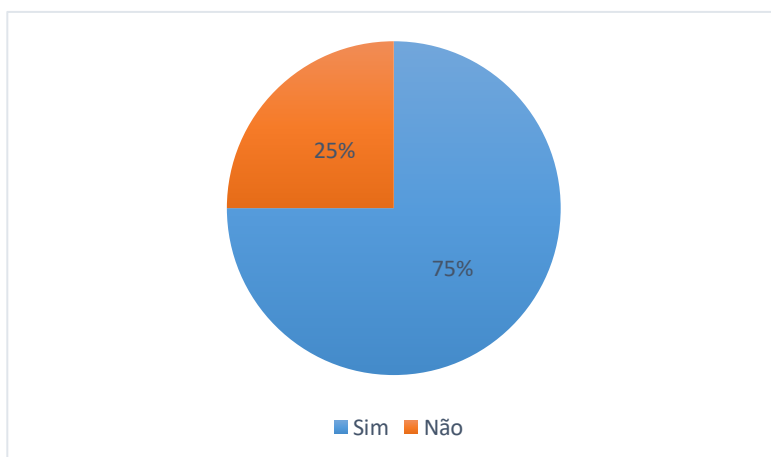
No contexto do racismo há uma rápida associação entre beleza e branquitude, fealdade e negritude. A beleza dos corpos passa a ser regulada por padrões estéticos eurocentrados construídos no contexto do racismo.

Essa situação pode ser observada pela falta de representação de pessoas negras na mídia, na moda e nos meios de comunicação, assim como nos jornais, nas passarelas, revistas, novelas e filmes. O padrão de beleza perverso imposto pelo racismo gera impactos nas pessoas negras de formas distintas, em algumas situações os sujeitos recorrem a procedimentos estéticos que colocam em risco a sua própria vida na tentativa de se enquadrar nos padrões eurocêtricos (Gomes, 2017).

Cabe salientar, que em muitos casos essas situações de racismo são naturalizadas tanto pelos sujeitos racistas que tem a consciência que está cometendo um ato criminoso, quanto pela própria vítima, por não saber identificar uma situação racista deixando passar por despercebido alguns casos, ou por medo e descrença na punição dos criminosos pelos órgãos competentes. Essa situação pode ser evidenciada no relato do D8, que afirmou nunca ter vivenciado nem percebido qualquer situação de racismo.

Posteriormente, os(as) discentes foram questionados(as) da seguinte forma “Essas experiências racistas afetaram sua vida pessoal, emocional e acadêmica?” O gráfico 5, apresenta o percentual dos discentes que responderam “sim” ou “não”.

Gráfico 5 - Percentual de discentes que relataram que o racismo impactou sua vida pessoal, emocional e acadêmica



Elaboração: Jessica Emanuelle Ramos da Silva, dez. 2025.

Como demonstra o gráfico 5, a maioria dos(as) participantes relataram que o racismo gerou impactos em suas vidas pessoal, emocional e acadêmica. O racismo, enquanto determinante social e estrutural, condiciona a vida da população negra desde o nascimento até a morte, causando danos irreparáveis que afetam as dimensões emocionais, intelectuais e a forma de se relacionar com outras pessoas.

Conforme discutido anteriormente, a população negra lidera indicadores sociais negativos, como as taxas de analfabetismo, desemprego, a violência letal contra jovens negros, além da elevada taxa de mortalidade materna entre mulheres negras. Ademais, ao condicionar todas as fases da vida dessa população, o racismo também interfere diretamente em sua saúde, seja pelo retardo no diagnóstico de várias doenças, seja pela precariedade no atendimento e serviço direcionado a esta população (Palma *et al.*, 2025).

As vítimas de violência racial sofrem diariamente situações de discriminação em todos os espaços, como nas escolas, ambiente de trabalho e nas relações sociais. Entre as consequências do racismo destacam-se os transtornos mentais, a ansiedade, a baixa autoestima, a depressão, e o complexo de inferioridade. Durante a roda de conversa com os(as) participantes, foram registrados relatos que colocam em evidência a forma como o racismo gera impactos nas suas vidas.

De forma recorrente, se destacou a maneira como essas experiências afetam a autoestima, como exemplificado nas falas: “Eu não me sentia bonita, tinha que alisar os meus cabelos”. Outra participante relatou: “Eu parei de frequentar determinados espaços de Maceió por ter sofrido atitudes racistas, e deixei de ir para outros por medo e por não me sentir bem”, em seguida, outro relatou: “Não me sinto bem naqueles shoppings da parte baixa de Maceió”.

Como evidenciado nesses relatos, o racismo produz sentimentos de inferiorização, baixa autoestima e insegurança. Além de gerar dificuldades de concentração, ansiedade e a chamada síndrome da impostora. Essa síndrome faz com que os sujeitos, segundo (Palma *et al.*, 2025, p. 3) “[...] duvidem de sua própria capacidade, acreditando que suas conquistas são fruto de sorte e não mérito”. Os efeitos causados pelo racismo podem se manifestar em qualquer espaço ocupado pela população negra, em repartições públicas e privadas.

Outro ponto a ser destacado refere-se a forma como o racismo interfere no uso e apropriação da cidade. Muitos participantes relataram evitar determinados espaços por já terem passado por situações racistas, enquanto outros afirmaram não se sentir acolhidos em locais específicos, como alguns *shoppings* da parte baixa de Maceió/AL. Esses espaços, sobretudo

em locais em áreas mais valorizadas da cidade, apresentam estruturas e serviços distintos daquelas situados em regiões populares. Cabe salientar, que a arquitetura e o planejamento urbano da cidade também podem reproduzir e reforçar o racismo estrutural e a segregação socioespacial (Brito; Mendonça; Rolnik, 2023).

Esse processo está relacionado a segregação espacial historicamente construído nas cidades brasileiras, marcado pela alta concentração da burguesia em territórios valorizados (Brito; Mendonça; Rolnik, 2023). De acordo Brito, Mendonça e Rolnik (2023, p. 37) se trata de “[...] territórios produzidos de maneira segregada e que reúnem as localizações mais valorizadas”. Nesses espaços, a oferta de serviços, infraestrutura são superiores, visto que foram feitos e pensados para atender as camadas de alta renda, reduzindo, inclusive, o tempo de deslocamento dessas pessoas da casa para o trabalho, realidade totalmente distinta da vivenciada pela classe trabalhadora.

Os(As) autores(as) ainda destacam que “a produção dos territórios de exclusividade branca constitui uma estratégia espacial da manutenção do poder e dominação branca sobre a cidade e sobre os corpos negros” (Brito, Mendonça e Rolnik (2023, p. 39). Neste sentido, quando a população negra adentra nesses territórios, frequentemente são alvos de vigilância, constrangimento e restrições no acesso de determinados espaços da cidade, resultando na sensação de não pertencimento e desconforto nesses espaços.

Em seguida os(as) participantes foram questionados(as): “Houve espaços que você se sentiu acolhido(a) depois de ter vivenciado uma situação racista? Que espaços foram esses? ” Com o objetivo de compreender as estratégias individuais e coletivas no enfrentamento do racismo, como destaca o Quadro 7.

Quadro 7 - Espaços de acolhimentos identificados pelos(as) discentes após uma situação de racismo

D1: Sim, sempre há espaços aonde encontramos pessoas como nós, espaços que lutam pelas mesmas demandas e vivências. Na universidade esses espaços estão nos coletivos raciais e grupos de pesquisa, estudos que trabalham a temática étnico racial.
D2: Dentro da universidade me sinto acolhida, pois aqui encontro pessoas parecidas comigo. Me considero parda e vejo a minha volta pessoas de cabelos cacheados e volumosos como o meus. Aqui me sinto pertencente através da diversidade
D3: Acredito que a universidade trouxe pessoas com as quais posso contar quando percebo as situações, mas ainda sinto que falta muito para que ela venha representar esse espaço de fato.
D4: A minha casa sempre foi um espaço de acolhimento, minha mãe sempre fez questão de me dizer o quanto sou bonita, e por que certas coisas aconteciam comigo
D5: [...] Eu encontro acolhimento na minha mãe de santo Célia.
D6: No meu ciclo social de amigos, pois é um grupo mais diversos que se apoia e eu não sinto necessidade de me reafirma
D7: Não houve nenhum espaço onde fomos acolhidos, apenas o apoio dos nossos amigos.

D8: Essas situações mechem muito com a pessoa tanto autoestima e também a sua identidade, eu tenho o acolhimento dos meus amigos próximos que entendem a situação.

Elaboração: Jessica Emanuelle Ramos da Silva, dez. 2025.

Nos relatos apresentados, se observa que parte dos(as) participantes reconhece a existência de espaços de acolhimento após a vivência de situações de racismo. Entre os espaços, destacam-se os coletivos existentes na universidade, as redes de amizades formadas por pessoas que também vivenciam práticas discriminatórias, os terreiros religiosos e o ambiente familiar.

Conforme evidenciado nas falas dos(as) D1, D2 e D3, a universidade é compreendida como um espaço no qual é possível estabelecer vínculos com os sujeitos que compartilham experiências semelhantes, contribuindo para a construção do sentimento de pertencimento como é afirmado pelos(as) participantes.

A percepção apresentada pelos(a) participantes está associada a maior diversidade fenotípica no espaço acadêmico, espaço de acolhimento onde é possível encontrar pessoas com diversas características fenotípicas. Esses aspectos foram destacados por um(a) dos(as) participantes ao mencionar a sua identificação com as pessoas com cabelos cacheados e volumosos parecidos com o dela, deixando explícito a importância da representatividade nesses espaços.

Essa mudança no perfil dos(as) discentes matriculadas nas universidades se deve às políticas de ações afirmativas, que tem possibilitado a inserção de pessoas negros(as), indígenas e quilombolas no espaço acadêmico, contribuindo para o aumento da diversidade nesses espaços. Embora a universidade ainda se caracterize como um espaço elitista, que frequentemente desvaloriza os saberes produzidos pela população negra e indígena, e esteja longe de ser um ambiente plenamente antirracista, é nesse cenário que vem sendo construído os espaços de resistência. Deste modo, a universidade pode ser um espaço de “ressignificação da identidade racial e de ação política, especialmente quando esses estudantes se reúnem coletivamente, em grupos, coletivos ou núcleos de pesquisa, ensino ou extensão” (Rabela 2021, p. 154).

Neste sentido, se destacam os coletivos sociais, e os grupos de pesquisas voltadas para as questões étnico-raciais, cujo objetivo é a defesa dos direitos sociais da população historicamente marginalizada. Neste contexto, os coletivos e os grupos de pesquisas se configuram como espaços de acolhimento e resistência, nos quais os(as) discentes compartilham suas dores e traçam estratégias de fortalecimento de suas identidades e articulam ações no espaço acadêmico. Essas iniciativas buscam defender e discutir o desenvolvimento de

uma Educação antirracista e viabilizar os direitos da população negra e indígena, conforme apontam Tereza e Casagrande (2024, p. 10)

Os coletivos são termos antigos, diretamente ligados às antigas formas de organização de lutas sociais, tratando-se de grupos de indivíduos que se unem para atingir objetivos comuns, debatendo, compartilhando e lutando por interesses do grupo.

Em consonância com os autores, esses coletivos ganharam maior visibilidade após o processo de redemocratização do território brasileiro, a partir da ação dos grupos historicamente marginalizados, que denunciam os crimes de racismo, exigem reparação e lutam de forma articulada pela representatividade, e por ações que transformem a realidade social observada. Deste modo, os movimentos sociais desempenham um papel crucial na luta por direitos e no resgate da identidade negra, ao desenvolverem estudos e discussões voltados para a valorização dos saberes construídos por negros(as) e indígenas (Tereza; Casagrande, 2024).

Além disso, os movimentos sociais acabam “[...] exercendo uma atividade intelectual, independentemente de sua função social e econômica, possibilitando o aproveitamento de experiências e valorizando esses saberes” (Tereza; Casagrande, 2024, p.16). Deste modo, os coletivos sociais se tornam espaços de produção intelectual contra hegemônico, nos quais as próprias vivências dos respectivos grupos se transformam em fontes de saberes que contribuem para a valorização da historicidade desses povos.

Os demais participantes apresentam, em suas falas, outros espaços que também podem ser caracterizados como espaços de resistência, como o espaço familiar e o terreiro religioso. Neste contexto, a família desempenha um papel importante no resgate da identidade negra e na valorização da história e cultura afro-brasileira. A família, enquanto primeiro grupo de socialização segundo Brito (2013, p. 77)

[...] é atravessada, inteiramente, pela dimensão política, além disso, é concebida como lugar para o exercício da cidadania. É nela que também se dá a apreensão de direitos e deveres, o que implica no desenvolvimento de práticas de tolerância, de divisão de responsabilidades, de busca coletiva de estratégias de sobrevivência, de laços de solidariedade e apreensão de valores culturais etc.

Neste sentido, em famílias negras e inter-raciais que possuem consciência racial bem consolidada, a aprendizagem sobre o racismo ocorre desde a infância, possibilitando que seus filhos(as) ao passarem por experiências racistas saibam lidar com esse tipo de situação (Brito, 2013). Além disso, essas famílias contribuem para reafirmação da identidade negra, promovendo o fortalecimento da autoestima dos sujeitos e a denúncia das práticas racistas. No

espaço familiar, são ressaltados a importância de estimular o reconhecimento de si próprio enquanto homens e mulheres negras bonitos(as), inteligentes e capazes de alcançar seus sonhos e objetivos.

No entanto, durante a roda de conversa, a família também foi mencionada em alguns momentos, como um espaço de tensão, visto que em determinadas situações pode retardar o processo de construção da identidade negra. Isso ocorre devido à falta de consciência racial do núcleo familiar que acaba refletindo nos demais membros, resultando na não aceitação das próprias características fenotípicas e de seus membros, contribuindo para negação dessa identidade racial, a baixa autoestima e falta de pertencimento racial familiar.

Os terreiros religiosos, sejam do Candomblé ou da Umbanda também são mencionados pelos(as) participantes como um espaço de acolhimento. Esses territórios se caracterizam como um espaço de resistência e sociabilidade contra o racismo, é no chão do terreiro religioso que são preservados os saberes ancestrais e as práticas das religiões afro-brasileiras, historicamente discriminadas na sociedade brasileira (Lopes; Travalha, 2025). Nesses espaços todos(as) são recebidos(as) e acolhidos(as) sem distinções, se constituindo como ambientes nos quais se desenvolvem uma conscientização e articulam lutas por justiça territorial, social e racial.

Ademais, todos os espaços mencionados pelos(as) participantes se configuram como espaços de aquilombamento, nos quais as identidades negras vão sendo construídas de forma saudável, como estratégia de resistência, permanência e autocuidado entre a população negra a partir do desenvolvimento de suas espacialidades nos diferentes contextos sociais (Santos, Correia Filho, 2025).

Atualmente, a cidade de Maceió/AL conta com atuação dos movimentos sociais negros e organizações que oferecem suporte as vítimas de racismo, lutando por igualdade racial a viabilização dos direitos da população negra e indígena, assim como a valorização da história e cultura afro-brasileira. Entre essas iniciativas destacam-se o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) que atua no âmbito da UFAL, da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL) e do Instituto Federal de Alagoas (IFAL), e o Instituto do Negro de Alagoas (INEG/AL), o qual oferece assistência jurídica as vítimas de racismo, atendimento psicológico e desenvolve pesquisas voltadas para a população negra alagoana.

Além desses, o Coletivo Pretas Periféricas de Alagoas, que é constituído por um grupo de mulheres negras que atuam no bairro Benedito Bentes, cujo objetivo também é a luta por direitos, enfretamento do racismo e a visibilidade feminina. O coletivo promove ações voltadas para a educação, a saúde, a cultura de mulheres negras periférica, e o Instituto Raízes de África,

liderada pela ativista Arísia Barros, focada no combate ao racismo, na valorização da cultura afro-brasileira e na promoção da ancestralidade.

Posteriormente, os(as) discentes foram questionados da seguinte forma “A partir da sua vivência, você considera o IGDEMA um espaço que acolhe e promove o combate ao racismo?” O Quadro 8, destaca as respostas apresentadas pelos(as) participantes.

Quadro 8 - Percepções dos (as) participantes sobre o enfrentamento do racismo no IGDEMA

E1. Mais ou menos, porque até quem diz buscar o enfrentamento do racismo, acaba praticando.
E2. A universidade como um todo, incluindo o IGDEMA, caracteriza-se por ser uma instituição social que, naturalmente, reproduz essas situações racistas. No entanto, também são espaços de luta e resistência, o que se caracteriza, em certos pontos, como espaços de combate.
E3. Não! Tudo o que pude compreender sobre o racismo, resistência e entendimento próprio enquanto pessoa negra são fruto de pesquisas próprias ou de grupos de estudantes que tentam dar voz a discussão. Nem mesmo em disciplinas ofertadas vemos algo voltado para o tema. Fazem poucas ressalvas e tratam de forma superficial ou sendo apenas eletivas.
E4. Não! Infelizmente são espaços ainda omissos e rasos perante as situações que ocorrem no campus. Apesar de falar e promover uma imagem positiva na luta pelas questões étnicas e de combate ao racismo, quando de fato ocorre um episódio é solicitado um posicionamento ou silenciado as vozes e atitudes de figuras de cargos superiores, além da falta de denuncia com os casos. Além disso, o curso em si não trabalha de forma efetiva as questões étnico-raciais, apenas pontuando em alguns aspectos a temática de forma transversal.

Elaboração: Jessica Emanuelle Ramos da Silva, dez. 2025

As falas dos(as) participantes, corroboram com a discussão realizada anteriormente, evidenciando que a universidade de modo geral, continua reproduzindo práticas racistas e discriminatórias. Se observa que, embora existam discursos institucionais voltados para o enfrentamento do racismo, como mencionados nos relatos dos(as) D1, D3, e D4, essas ações se apresentam como insuficientes e superficiais no cotidiano do curso de Geografia. Neste sentido, falar sobre o racismo e as práticas discriminatórias permanece, muitas vezes, no curso de Geografia como um tabu, onde as vítimas de racismos são constantemente isoladas e silenciadas.

Outro aspecto recorrente nas falas dos participantes se refere a ausência de um currículo que discuta a questão étnico-racial e indígena. Essa contestação é evidenciada na fala do(a) D3 ao afirmar que “Nem mesmo em disciplinas ofertadas vemos algo voltado para o tema. Fazem poucas ressalvas e tratam de forma superficial ou sendo apenas eletivas”. Essa situação coloca em evidencia o caráter monopolizador do currículo, que ao longo da história e ainda na contemporaneidade, se configura como um instrumento de disputa que tem sido moldado e estruturado com base nos interesses eurocêntrica da classe dominante.

Desse modo, não é de se estranhar que a matriz curricular do curso de Geografia apresente lacunas que desconsideram os saberes produzidos pela população negra e indígena como conhecimento de caráter universal, o que caracteriza o processo de epistemicídio discutido por Carneiro (2023). Além disso, os currículos escolares e universitários tendem a moldar os sujeitos sem levar em consideração as suas particularidades históricas e culturais, como se os respectivos povos não tivessem direito de conhecer e reconhecer o seu próprio passado. Neste sentido Arroyo (2015, p.66) afirma que

O currículo tem sido um espaço de ocultamentos, de apagar suas existências e seus conhecimentos aprendidos em sua resistência. Ao chegarem às escolas não reconhecem nos currículos e no material didático suas identidades sociais, políticas, éticas, estéticas culturais (Arroyo, 2015, p. 66).

Diante disso, ainda existe uma dificuldade na implementação das leis nº 10.639/03 e 11.645/2008 no âmbito universitário, visto que, persiste a negação das potencialidades de leitura e a análise do passado a partir de outras perspectivas, capazes de romper com os pensamentos e paradigmas hegemônicos (Carneiro, 2023).

Embora muitos(as) discentes negros(as) e indígenas ingressem na universidade com uma formação limitada no que diz respeito as discussões étnico-raciais, como resultado do silenciamento e das ausências no percurso educacional, essa situação vai se modificando a partir das vivências no espaço acadêmico. À medida que vão desenvolvendo a autonomia intelectual esses discentes passam a buscar leituras voltadas para as questões étnico-raciais, a problematizar as injustiças sociais e passam a questionar a forma como suas identidades são abordadas nos currículos universitários.

Esse movimento ocorre, pois, muitos discentes não se reconhecem nas histórias que são narradas no espaço acadêmico, como é explícito na fala do(a) D3:

[...]. Tudo o que pude compreender sobre o racismo, resistência e entendimento próprio enquanto pessoa negra são fruto de pesquisas próprias ou de grupos de estudantes que tentam dar voz a discussão.

Nesse processo, o encontro com seus pares, seja no interior dos movimentos sociais, ou nos próprios coletivos e grupos negros(as), possibilita a construção das identidades de forma autônoma e menos dolorosa, uma vez que, esses espaços se constituem como ambientes de acolhimento e reconhecimento mútuo.

Mesmo diante das lacunas existentes no espaço acadêmico o(a) D1 destaca que, a universidade, e especialmente o IGDEMA “também são espaços de luta e resistência, o que se caracteriza, em certos pontos, como espaços de combate”. A ocupação e demarcação desses

espaços por discentes negros(as) e indígenas, possibilitam o enfrentamento das inverdades que são socializadas no ambiente acadêmico. Conforme aponta Carneiro (2023, p.319) “A disputa pela verdade histórica se apresenta como estratégia inegociável de ruptura com o processo de dominação”.

Entretanto, para muitos participantes se impor e expressar opiniões e críticas diante do pensamento hegemônico é uma realidade restrita a poucos. Durante a roda de conversa, foi relatado o medo das perseguições, retaliações acadêmicas e prejuízos nas avaliações, contribuindo para o silenciamento e autocensura, especialmente diante de professores(as) brancos(as) que ocupam posição de poder no interior do instituto. O medo relatado e observado no comportamento dos participantes dificultou a identificação de casos de violência racial no interior do IGDEMA, os mesmos optaram por falar de forma superficial, e em alguns casos mencionaram que nunca perceberam essa situação de forma explícita no interior da instituição.

Os relatos apresentados suscitam, portanto, a necessidade de problematizar o tipo de Geografia que vem sendo ensinada no interior dessa instituição, que não é um caso isolado, mas que ocorre em diferentes instituições de ensino superior do Brasil. Se questiona se a formação ofertada aos(as) futuros professores(as) e bacharéis de Geografia tem possibilitado que esses sujeitos se posicionem no mundo. Segundo Santos (2013, p.13)

Se posicionar no mundo é, portanto, conhecer a sua posição no mundo e tomar posição neste mundo, agir. Saber Geografia é saber onde você está, conhecer o mundo, mas isto serve fundamentalmente para você agir sobre este mundo no processo de reconstrução da sociedade: se apresentar para participar.

A partir dessa perspectiva, compreender as configurações espaciais exige considerar as relações raciais que são construídas e desenvolvidas no espaço, visto que as espacialidades do racismo influenciam diretamente nas posições sociais, políticas e econômicas ocupadas pelos sujeitos na sociedade. Pois, o racismo não apenas cria, mas aprofunda as desigualdades sociais.

Diante do exposto, percebe-se nas falas dos(as) participantes sentimentos de indignação e frustração por não receber apoio institucional por parte do instituto de Geografia, destacando a urgência em adotar medidas concretas que possam mudar essa realidade. O primeiro passo, é o processo de desconstituição dos saberes hegemônicos e de imagens de controle responsáveis pela estigmatização dos corpos negros no espaço acadêmico, a criação de disciplinas específicas para o aprofundamento da temática e a atuação de profissionais devidamente capacitados.

Conforme destaca Carneiro (2023, p. 340) essas transformações envolvem “a constituição e a visibilização dos saberes produzidos sobre nós mesmos, contrapondo-os os

saberes da dominação”. Ademais, a busca por leituras críticas contribui para a autonomia e fortalecimento intelectual dos sujeitos, possibilitando o conhecimento e a ressignificação da sua própria história.

Em seguida, os(as) discentes foram questionados: “Quais medidas poderiam ser adotadas pela prefeitura de Maceió/AL e pela Universidade para combater o racismo de forma mais eficaz?”. No Quadro 9, foram apresentados a percepção dos(as) participantes sobre as medidas que poderiam ser implementadas tanto pela prefeitura de Maceió/AL quanto pela universidade para enfrentamento do racismo na sociedade.

Quadro 9 - Percepções dos(as) participantes sobre as medidas de enfrentamento ao racismo pela prefeitura de Maceió/AL e UFAL

D1. Ações de implementação da lei 11.645 nas escolas, promovendo formações para os professores pra uma educação antirracista pautada em planos aulas para o combate ao racismo religioso e contra as pessoas negras e indígenas”
D2. A educação ainda é uma das bases para isso. Não somente aprovando leis, mas fiscalizando “eficácia” dela e como os resultados são refletidos socialmente. Além disso, a abertura de espaços onde a cultura e a história possam ser celebradas. (Obs.: falando Xangô rezado baixo)
D3. Maior rigorosidade nas leis, e foco na educação e reeducação racial
D4.Promover espaços de escuta e incentivar as denúncias para punir os agressores”.
D5. Aplicação de políticas e eventos que reaproxime a população, especialmente negra. E que reafirmem esses espaços

Elaboração: Jessica Emanuelle Ramos da Silva, dez. 2025.

Os relatos apresentados nas falas dos(as) discentes demonstram a importância da educação no enfrentamento do racismo em diferentes espaços sociais, aspecto ressaltado pelo(a) D1 ao afirmar a necessidade de “Ações de implementação da lei nº 11.645/2010 nas escolas”. Neste sentido, Santos (2013, p.24) destaca que

A educação escolar tem um papel fundamental na superação das desigualdades raciais e racismo. O ambiente escolar é dos principais ambientes de socialização, interferindo decisivamente na formação de personalidades, visões de mundo e dos códigos comportamentais que orientam a forma como o indivíduo se percebe/posiciona no mundo – como ele vê o mundo e aprende a transitar, a se movimentar nele. Na escola, são transmitidos aprendizados que vão além daqueles que constam no currículo oficial.

Apesar do reconhecimento da importância de uma educação antirracista, ainda existem lacunas que dificultam a efetiva implementação das legislações voltadas para as questões étnico-raciais nos espaços escolares e universitários, conforme evidenciado na fala dos(as)

participantes. Essas dificuldades advêm de múltiplos fatores, entre os quais se destacam a resistência de professoras(as) em abordar conteúdos envolvendo a temática racial seja por desconhecimento, preconceito, ou sob a justificativa da escassez de recursos didáticos que possam subsidiar o desenvolvimento da temática e facilitar o processo de ensino e aprendizagem. E em alguns casos, a resistência de gestores escolares que acabam por desconsiderar o conteúdo da matriz curricular (Silva, 2023).

No entanto, se observa que o governo federal, especialmente a partir das reivindicações históricas do Movimento Negro, tem buscado alterar esse cenário por meio da formulação de políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade racial. Neste contexto, uma das mais recentes ações, foi a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ), instituída pelo Ministério da Educação (MEC), durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com o objetivo de implementar ações direcionadas a superação das desigualdades étnico-raciais e do racismo, assim como a promoção da política educacional quilombola (Brasil, 2024).

Dessa forma, é possível afirmar que, se no passado existia uma escassez de materiais didáticos e recursos para o desenvolvimento da temática étnico-racial, nos dias atuais ocorreu uma ampliação dos recursos disponíveis, como a disponibilização de livros, cursos de formação, aulas a distância e especialização para aqueles que querem conhecer e aprofundar o debate.

Quando os(as) participantes apontam em suas falas, as medidas que deveriam ser implementadas pela prefeitura de Maceió/AL e pela universidade, são possíveis constatar as complexidades de transformar a realidade evidenciada. Essa constatação, reforça a ideia que, caso os setores educacionais incorporassem essa pauta de forma efetiva e comprometida, o enfrentamento do racismo na sociedade poderia ocorrer de forma consistente. Visto que, se torna contraditório exigir que professores(as) saibam lidar com essas situações racistas, se sua formação inicial não contempla as demandas contemporâneas relacionadas as relações étnico-raciais.

Outros aspectos mencionados nos relatos dos(as) D2, D3, D4, referem-se à necessidade de fiscalizar rigorosamente a aplicabilidade das leis nos estabelecimentos educacionais, assim como a punição das instituições e dos sujeitos que praticam atos racistas, com a finalidade de evitar a impunidade. Neste sentido, os(as) participantes ressaltam a importância da sociedade em conhecer e reconhecer a história da população negra e indígena por outro viés, que valorizem os elementos históricos, culturais e religiosos.

Entre as sugestões apresentadas destacam-se, a criação de espaços culturais permanentes que possam aproximar a sociedade das culturas afro-brasileiras e indígenas, assim como a valorização das religiões de matrizes africanas para desmistificar as ideias introduzidas pelo colonizador. Além disso, a necessidade de instituir pontos de denúncias em locais com ampla visibilidade e com profissionais qualificados capazes de promover um atendimento humanizado as vítimas de racismo.

Enfrentar o racismo envolve um processo complexo e coletivo, que exige a participação de todos os setores da sociedade na luta por justiça racial, para que todos(as) possam usufruir dos mesmos direitos e oportunidades, para a construção de uma sociedade onde a cor da pele, o gênero e classe social não sejam determinantes no processo de ocupação social e territorial desses sujeitos.

6.3 Construção e afirmação da identidade negra

Nesta categoria, são abordados de forma sistemática os aspectos relacionados a construção da identidade negra e os impactos do racismo nesse processo. A partir das falas dos(as) participantes, foi possível identificar diferentes experiências marcadas pelas consequências do racismo na construção identitária, demonstrando que, o racismo atua no retardamento do reconhecimento da negritude, gera conflitos identitários e dificulta que os sujeitos se reconheçam enquanto pessoas negras e compreendem sua origem histórica e social.

A família também emerge nos relatos, conforme discutido nas seções anteriores, como elemento central e decisivo nesse processo, podendo contribuir negativamente ou positivamente na afirmação da identidade negra, dependendo do nível de consciência racial do núcleo familiar. Deste modo, a pergunta direcionada aos participantes foi “Como foi para você perceber que é uma pessoa negra?”.

Essa pergunta teve como objetivo compreender como se deu o processo de reconhecimento dessas identidades, investigando se ocorreu de forma natural, dolorosa ou conflituosa, e se foi desencadeada por experiências racistas, incentivo familiar, dificuldades nas relações sociais ou outros fatores. Partimos do pressuposto de que o “ser negro” em consonância com Souza (2021) é uma construção social que se dar a partir das relações de continuidades e discontinuidades que são desenvolvidas no espaço geográfico e nas dinâmicas sociais.

Durante a roda de conversa, os(as) participantes foram deixados à vontade para socializar e descrever essas experiências, tanto no momento do diálogo quanto posteriormente no questionário. Neste sentido, foi observado, que em diversos casos, os(as) participantes não

havia parado para refletir sobre esse processo, tornando explícito que ainda há dificuldades em falar sobre quem são, em se identificar racialmente e afirmar a sua identidade nos espaços como uma identidade política. O Quadro 10, apresenta as respostas dos(as) participantes acerca do processo de descoberta e reconhecimento do ser negro(a).

Quadro 10 - Percepções dos(as) participantes sobre a descoberta do ser negro(a)

D1. Até então tenho algumas confusões pelo fato da definição “pardo”, mas minha família (parte de pai) é negra, então tenho a consciência que sou também, mas de vez em quando ainda bate a dúvida “será”?
D2. Apesar das dúvidas se sou negra ou parda, eu me considero parda. Comecei a questionar a minha identidade com a internet, pois me deparei com vídeos sobre a negritude, principalmente sobre o cabelo crespo e cacheado, e foi por causa do meu cabelo e traços que comecei a enxergar a identidade parda em mim
D3. Foi difícil, principalmente porque pessoas queriam sempre colocar rótulos em mim, eu não era branco suficiente para ser branco, nem preto suficiente para ser uma pessoa negra. Na universidade tive a chance de reconhecer e entender de vez a minha identidade, entendendo que faço parte de um processo histórico de miscigenação o qual por muitas vezes se deu de forma violenta e invasiva de diferentes raças e etnias
D4. Foi uma descoberta acompanhada pela minha família, com muito carinho e conselhos, para não nos sentíssemos inferior, ou “diferente”, foi um processo de autocuidado.
E5. Foi muito reflexivo, porque até então, não entendia as minhas vivências.
D7. Foi um processo longo, desde criança eu sabia que eu não era branca, porém pela minha criação eu não achava que poderia me reafirmar negra, já que não me achava “preto” o suficiente para isso. A partir das minhas vivências e comparação eu fui percebendo e me conhecendo, depois de alguém do meu ciclo social me chamar de negra como identidade ouve um estalo e eu realmente percebi que sou, e minha visão sobre tudo mudou.
D8. O início foi marcado por sentimentos ruins, como se houvesse percebido algo que fui criada para ignorar ou fingir que não existia. Por meio de pesquisas pude me olhar com mais carinho e perceber que não existe um problema em mim.
D9. Foi muito difícil eu perceber e entender a minha identidade, mas quando entendi me senti leve, senti como todas as peças se encaixassem, foi um alívio, uma sensação única”.
D10. Não sou uma pessoa negra, porém tenho algumas características físicas (cabelo, nariz) que me fizeram passar por uma situação assim. As primeiras que vezes que aconteceu foi no ensino fundamental, foi um choque para mim, pois por um bom tempo eu pensava que tinha algo de errado em mim, entretanto conforme fui crescendo percebi que estava passando por racismo estrutural. Então comecei a fazer terapia para lidar com essas questões internas.
D11. Hoje, me autodeclaro indígena, embora eu a todo tempo tinha me entendido negro, na universidade percebi um recorte étnico a qual eu não conhecia anteriormente, o que um momento de muitas confusões para minha identidade. Percebi isso me fez entender toda minha realidade social, econômica, cultural e outros aspectos que transformaram minha forma de pensar e ler o mundo ao meu redor”.

Elaboração: Jessica Emanuelle Ramos da Silva, dez. 2025.

A partir das falas dos(as) participantes, foi possível observar que a maioria iniciou o processo de construção de suas identidades de forma dolorosa e conflituosa. Em diversos relatos, especialmente nos dos(as) D1, D2, e D7, surgem dúvidas relacionadas a pigmentação da pele e autodefinição racial, sobretudo, o que se refere a categoria pardo. Neste sentido, nas

falas aparecem expressões como: “tenho algumas confusões pelo fato da definição pardo”, “apesar das dúvidas se sou negra ou parda, eu me considero parda”, “eu não era branco suficiente para ser branco, nem preto suficiente para ser uma pessoa negra”, e o outro “eu não era branca, porém pela minha criação eu não achava que poderia me reafirmar negra, já que não me achava preto o suficiente para isso”. Essas expressões relevam ambiguidades e tensões no processo de reconhecimento dessas identidades.

Inicialmente, percebe-se que, mesmo diante das incertezas e inseguranças os(as) discentes buscaram compreender suas identidades por conta própria, recorrendo a leituras, aos ciclos de amigos, vídeos na *internet* e em alguns casos ao incentivo familiar. No entanto, as dúvidas relacionadas ao ser negro(a) não surgem de forma isolada, mas como resultado de uma herança histórica brasileira marcada pelo processo de miscigenação e pelas políticas de branqueamento racial. Conforme destaca Nascimento (2006, p. 99)

Ser negro é enfrentar uma história de quase quinhentos anos de resistência à dor, ao sofrimento físico e moral, à sensação de não existir, à prática de ainda não pertencer a uma sociedade na qual consagrou tudo o que possuía, oferecendo ainda hoje o resto de si mesmo.

A partir de uma leitura crítica e contextualizada sobre o processo colonial brasileiro é possível compreender que a formação social do país foi marcada profundamente por relações de violência e dominação, nas quais as mulheres negras e indígenas foram violadas e silenciadas. Deste modo, a imposição da miscigenação, neste contexto, funciona como estratégia de apagamento dessas identidades.

Os relatos apresentados demonstram de forma evidente as consequências advindas desse processo, visto que a construção identitária desses sujeitos são iniciadas com conflitos, principalmente ao que se refere a cor de sua pele. Conforme aponta Carneiro (2011, p. 63) “Um dos aspectos mais surpreendentes de nossa sociedade é o fato de uma ausência de identidade racial ou confusão racial reinante ser aceita como dado de nossa natureza”. Esse processo resultou no aniquilamento da subjetividade de negros(as) e indígenas, neste sentido, relatos como esses aparecem com certa frequência entre os(as) brasileiros(as) (Góes, 2022).

Deste modo, muitos(as) participantes vivem um processo de negação como expresso na fala no relato do(a) D10.

“Não sou uma pessoa negra, porém tenho algumas características físicas (cabelo, nariz) que me fizeram passar por uma situação assim. As primeiras vezes que aconteceu foi no ensino fundamental, foi um choque para mim, pois por um bom tempo eu pensava que tinha algo de errado em mim, entretanto

conforme fui crescendo percebi que estava passando por racismo estrutural. Então comecei a fazer terapia para lidar com essas questões internas”.

A fala da(a) participante apresenta contradições, ao mesmo tempo que afirma “Não sou negra”, seu relato é atravessado por experiências de racismo desde a infância, as quais deixaram marcas que afetaram diretamente a sua saúde mental. Essa contradição não deve ser compreendida como uma incoerência individual, mas como uma expressão do racismo estrutural, que consequentemente contribui para que sejamos quem não somos, conforme aponta Carneiro (2011, p. 64)

Um tom de pele mais claro, cabelos mais lisos ou um par de olhos verdes herdados de um ancestral europeu são suficientes para fazer alguém que descenda de negros se sentir pardo ou branco, ou ser “promovido” socialmente a essas categorias.

Em consonância com a autora, a categoria parda criada pelo IBGE abriga sujeitos cujo a identidade étnico-racial foi fragilizada ou fragmentada pelo o racismo e pela discriminação racial. Em muitos casos, como os apresentados nos relatos, os sujeitos possuem dificuldades em se reconhecer racialmente ou resistem a essa identificação, recorrendo a utilização de termos como marrom, morenos, cafuzos e entre outros termos, que por vezes não correspondem com a sua identidade racial consciente e politizada.

Deste modo, a ausência de uma consciência racial contribui para falta de compreensão das próprias experiências racistas, como descrito no relato do(a) D5 “Foi muito reflexivo, porque até então, não entendia as minhas vivências”. Em contrapartida, também foi mencionado uma sensação de liberdade ao reconhecer essa identidade, como observado no D9: “Foi muito difícil eu perceber e entender a minha identidade, mas quando entendi me senti leve, senti como todas as peças se encaixassem, foi um alívio, uma sensação única”.

Em outros casos, esse processo ocorreu com o acompanhamento do núcleo familiar, como mencionado pela D4: “Foi uma descoberta acompanhada pela minha família, com muito carinho e conselhos, para não nos sentíssemos inferior, ou diferente, foi um processo de autocuidado”. Essa afirmação evidencia a importância do apoio familiar como uma rede afetiva que contribui para a construção da identidade negra.

Por fim, um aspecto que chamou atenção foi o relato do(a) D11, no qual o participante menciona o silenciamento de sua identidade indígena. Esse silenciamento coloca em destaque que a negação da identidade não se restringe a população negra, mas também atingem a população indígena que frequentemente é invisibilizada, tendo seus direitos violados, e suas trajetórias socioespaciais marcadas pelo racismo.

Assim como a população negra, os povos indígenas passaram por um processo de genocídio durante o período colonial e, na contemporaneidade, enfrentam inúmeros desafios, entre eles, a ausência ou a ineficiência de políticas públicas voltadas para educação, a saúde, a moradia e a garantia dos seus territórios, como elementos fundamentais para uma vida digna. Entra as dificuldades travadas pelos indígenas, Faria, Castro e Osoegawa (2022, p. 929) destacam que “[...] outra batalha é posta aos povos indígenas, garantir os direitos constitucionais como povos, Ser Indígena, com suas identidades onde quer que estejam, seja na terra indígena demarcada ou não e nas cidades”.

Atualmente, a população indígena residente no Brasil corresponde a 1.694.836 pessoas, o que representa 0,83% da população brasileira, um aumento significativo quando comparado aos dados do censo demográfico de 2010, no qual a população indígena representava 0,47% (IBGE, 2022c). Esse crescimento pode estar relacionado tanto as ações promovidas pelo IBGE no processo de coleta dos dados, como a ofertada de treinamentos específicos aos agentes censitários e a incorporação de um guia comunitário indígena para mapeamento nas áreas urbanas e remotas, quanto a um movimento de maior autodeclaração identitária (IBGE, 2022c).

Além disso, esse aumento pode representar uma tomada de consciência por parte da população brasileira, como destacado na fala do(a) participante que relata conflitos entre o “ser negro” e o “ser indígena”, e afirma que, a partir do seu ingresso na universidade passou se reconhecer enquanto indígena. Esse processo foi possibilitado devido ao acesso a novos conhecimentos, pela autonomia intelectual e a busca por epistemologias indígenas para compreensão de si mesmo(a) e sua história.

No entanto, assim como a população negra, os povos indígenas vivenciam situações racistas cotidianamente em todos os espaços sociais. Ainda são frequentemente estigmatizados e vistos como incapazes por uma sociedade marcada por um imaginário eurocêntrico, que insiste que esses povos precisam ter o mesmo modo de vida que tinham durante a invasão do território brasileiro pelos colonizadores (Faria; Castro; Osoegawa, 2022). Ademais, se existe uma dificuldade na inserção das epistemologias negras no contexto educacional, quando se trata das epistemologias indígenas esse desafio se torna ainda mais complexo, visto que esses saberes continuam sendo poucos discutidos e marginalizados nos espaços de educação formal.

Posteriormente, os(as) participantes foram questionados(as) sobre as formas de afirmação da identidade negra, a partir da seguinte indagação “De que forma você tem manifestado suas práticas culturais, sociais ou políticas nos territórios de Maceió como forma de afirmar sua identidade negra?”

As respostas evidenciaram diversas estratégias utilizadas para o desenvolvimento de suas espacialidades e territorialidades na cidade de Maceió/AL, por meio de práticas culturais, religiosas e intelectuais. Entre as práticas destacadas, a capoeira foi mencionada como prática de resistência, assim como o candomblé, além da construção de um arcabouço teórico que possibilita o conhecimento sólido sobre a cultura negra, a socialização, o debate e engajamento na luta por igualdade racial. O Quadro 11 apresenta algumas formas de afirmação da identidade negra mencionada pelos(as) participantes.

Quadro 11 - Formas de afirmação da identidade negra

D1. Por meio da capoeira e da conversa com os amigos
D2. Primeiramente buscando me reafirmar enquanto pessoa. Isso é fundamental para eu me impor em determinados espaços sociais. E lendo e me informando sobre assunto que fazem parte da cultura negra.
D3. Sempre busco participar de pesquisa ou debate para compreender e poder repassar ideias
D4. Minhas formas de manifestar essas questões em Maceió têm se limitado a trabalhos acadêmicos, onde tenho desenvolvido ações de educação étnico-raciais, com o recorte pautado na quebra de estereótipos indígenas nas escolas públicas de Maceió/AL”. Participo de projetos voltados para temática e desenvolvendo pesquisas na universidade
D5. Continuo saindo arrumada para os meus candomblés, e busco formas de laser que incentivem a cultura negra também a propagar, grupo de maracatu Yá Dandara e continuo minhas pesquisas na área.

Elaboração: Jessica Emanuelle Ramos da Silva, dez. 2025.

Tanto no questionário como nos momentos de socialização entre os(a) participantes, a capoeira apareceu de forma recorrente como uma prática de afirmação identitária e resistência negra, conforme mencionado por D1 A capoeira está presente na vida da população negra desde o período colonial e é compreendida por Lopes (2011, p. 166) como

Técnicas corporais de ataque e defesa, desenvolvida no Brasil a partir de fundamentos introduzidos por escravos bantos. Expressa-se por meio de uma simulação de dança, executada ao som de cânticos tradicionais, conduzidos por berimbau-de-barriga e outros instrumentos de percussão. Seus inúmeros golpes e movimentos são executados com os pés, as pernas, as mãos e a cabeça.

Essa prática que articula arte, dança, esporte, jogo e luta, foi trazida ao Brasil pelos africanos escravizados, os quais desenvolveram suas territorialidades por meio da corporalidade e da ocupação do espaço urbano (Costa, 2018). No entanto, por se caracterizar como uma manifestação cultural de raízes negras, a capoeira foi historicamente criminalizada, sendo os praticantes rotulados como bandidos, marginais e violentos (Costa, 2018).

Durante o período colonial e ao longo do século XIX, essa prática era vista como uma ameaça para sociedade burguesa, resultando na criação de leis que proibiam suas manifestações em ruas e praças. A capoeira representava mais que a resistência da população negra, conforme afirma Soares (1994, p. 2), “era uma leitura do espaço urbano, uma forma de identidade grupal, um recurso de afirmação pessoal na luta pela vida, um instrumento decisivo do conflito dentro da própria população cativa”, ou seja, é uma prática política e espacial, onde os mesmos resistem as formas de dominação.

Na contemporaneidade, as práticas desenvolvidas pelos(as) participantes no território de Maceió/AL, como a capoeira mencionada por D1, a participação em grupos de pesquisas e debates acadêmicos citados por D2 e D3, e as práticas religiosas do candomblé mencionado por D5, podem ser compreendidas como leituras do espaço urbano. Nelas, o território se configurando como espaço de construção da identidade grupal de afirmação pessoal. Essas estratégias utilizadas para o desenvolvimento dessas territorialidades e afirmação dessas identidades são tidas como práticas de resistência e sobrevivência, além de deixar explícito os conflitos e disputas simbólicas como consequência do racismo estrutural.

Cabe salientar, que as práticas culturais negras foram e continuam sendo alvo de repressões devido à valorização da cultura eurocêntrica. Frequentemente, é observado a estigmatização das territorialidades negras em todos os espaços, o que acaba resultando no silenciamento das territorialidades. No entanto, a produção das territorialidades não é limitada pela quantidade negros(as) em determinados espaços das cidades brasileiras, conforme destaca Almeida (2020, p. 40)

[...] A produção de territorialidades negras vai além da quantidade populacional majoritariamente negra no espaço, mas consiste também na produção de dinâmicas sociais, políticas e culturais provenientes desses sujeitos (fenômeno que também produz grafias no espaço)

A partir dessa perspectiva, foi observado que os(as) participantes da pesquisa desenvolvem as suas territorialidades e afirmam as suas identidades negras por meio da materialização das práticas culturais, religiosas e intelectuais. A capoeira, a produção do conhecimento acadêmico e o candomblé fazem parte da constituição das dinâmicas sociais e políticas que marcam o espaço urbano, contribuindo para a afirmação dessas identidades e levando a disputa desses territórios. Para mais, os corpos negros que transitam pelas cidades brasileiras, e de modo especial, pela cidade de Maceió/AL, carregam saberes, práticas culturais e conhecimentos religiosos que precisam ser reconhecidas e valorizadas, pois são fundamentais

para a construção social, política e econômica da cidade, colocando a população negra na centralidade da produção do espaço urbano.

6.4 Projetos de vida e expectativas de futuro dos(as) discentes negros(as)

Os(As) participantes dessa pesquisa, além de terem suas trajetórias socioespaciais marcadas pelo racismo que gera implicações diretas no processo de construção de suas identidades negras, gerando momentos de dores e conflitos, também possuem sonhos e esperança de uma sociedade mais justa e igualitária, na qual todos(as) possam se apropriar dos diferentes espaços da cidade de Maceió/AL sem medo e sem restrições.

Neste sentido, essa categoria foi pensada com o objetivo de não limitar a vida desses sujeitos apenas as experiências de racismo, mas evidenciar que há algo para além disso. Trata-se de jovens negros(as) que tem sonhos e objetivos e que, mesmo com todas as dificuldades driblam as estáticas e lutam para permanecer nesses espaços.

Deste modo, os(as) discentes foram questionados: “Quais são seus sonhos ou projetos de vida?” Ao chegar nessa questão foi possível observar, no comportamento e no olhar de cada um(a), que sabiam exatamente o que desejavam, e que responder essa pergunta não foi tão difícil quanto as demais. No entanto, elas(es) ainda relatam sentir medo que os seus planos e sonhos não se concretizem devido as dificuldades de permanência, seja por questões econômicas, sociais e/ou psicológicas. O Quadro 12, demonstra os sonhos relatados pelos(as) participantes.

Quadro 12 - Sonhos ou projetos de vida dos(as) participantes

D1. Eu quero uma vida tranquila, estabilizada, feliz.
D2. Tenho o sonho de me formar, de ser diferente do que a realidade proporciona para os jovens negros, lá na frente quero poder fazer algo, algo que mude o que vivemos hoje.
D3. Me formar, ser uma mulher negra concursada
D4. Terminar a faculdade, adquirir um bom emprego para viver economicamente bem, além de adquirir um local, obter uma família e poder conhecer as regiões do Brasil
D5. Sonho de me formar e ter um emprego estável.
D6. Sonho em ter uma casa maior, conseguir mestrado com bolsa, uma vaga no concurso público.
D7. Tenho esperança de conseguir me formar no curso e seguir na área acadêmica, e se conseguir, também conciliar o trabalho docente, e em todos estes espaços continuar a discutir e debater a temática”.
D8. Uma vida tranquila, onde eu possa viver com o que gosto, estudando e compreendendo mais sobre as áreas que me interessa. Tendo um trabalho bom, um bom concurso e não importa onde. (Preferencialmente perto da praia).

Elaboração: Jessica Emanuelle Ramos da Silva, dez. 2025.

Conforme mencionados nos relatos dos(as) participantes, existe um ponto central em suas falas, todos(as) desejam finalizar a graduação, ter um trabalho digno e alcançar uma vida tranquila. Além disso, a conclusão do ensino superior é vista pelos(as) discentes como uma conquista, na qual a educação assume um valor que vai além do retorno financeiro, visto que o conhecimento é um bem que ninguém pode nos tirar. Nesse sentido, muitos relataram, com entusiasmo, serem os(as) primeiros(as) da família a ingressar em uma universidade pública federal.

No entanto, esses relatos também nos fazem refletir sobre as dificuldades que a população negra vivência para concluir a graduação. Não se tratam apenas de experiências individuais, mas de projetos de vidas marcados por desigualdades raciais. Esses relatos nos levantam alguns questionamentos como: “quantos(as) dos(as) ingressantes negros(as) conseguem, de fato, finalizar a graduação?” De acordo com IBGE (2022b), jovens pretos e pardos apresentam os maiores índices de evasão no ensino superior, alcançando 70, 6% de abandono, enquanto entre as pessoas brancas esse percentual é de 57%. Além disso, os números referentes a conclusão do ensino superior por pretos e pardos são mais impactantes, visto que apenas 2,9% dessa população conseguem finalizar essa etapa, em comparação com 6,5% da população branca (IBGE, 2022b).

Nesse sentido, os sonhos desses(as) discentes ultrapassam a dimensão da conquista individual e se configuram como conquista coletiva, pois, quando um(a) negro(a) consegue driblar as dificuldades de permanências e as estáticas, essa vitória reverbera de forma coletiva. Todos(as) precisam ter as mesmas oportunidades e o direito de se apropriar dos espaços da cidade e das instituições educacionais sem medo e restrições. Para mais, os sonhos desses(as) discentes colocam em evidência a potência dos(as) mesmos(as) na construção de sonhos possíveis mesmo diante das desigualdades raciais.

Posteriormente, os(as) discentes foram questionados: “O que você gosta de fazer nas horas de lazer e em quais espaços de Maceió/AL você se sente bem para expressar quem você é?” com o objetivo de compreender de que forma esses sujeitos se apropriam dos espaços da cidade de Maceió/AL e quais práticas realizam no momento de lazer. O Quadro 13 apresenta os espaços e atividades mencionadas pelos(as) participantes.

Quadro 13 - Práticas de lazer e espaços de pertencimento

D1. Gosto muito de jogar basquete, é um esporte onde sinto paz, além de ser um esporte com maior público negro.
D2. Gosto de participar de algumas festas que promovem e enaltecem a cultura negra, gosto de frequentar as praias e cinemas da cidade.

D3. Geralmente costumo ir à praias, mas não as do epicentro turístico da cidade, e sim praias mais afastadas como Garça Torta, onde me sinto bem por ser um espaço de muitas manifestações culturais não brancas.

D4. Nos momentos de lazer adoro assistir coisas e ver filmes. E adoro sair para comer. Eu me sinto bem indo à praia, adoro o mar.

Elaboração: Jessica Emanuelle Ramos da Silva, dez. 2025.

Os(as) relatos dos(as) participantes demonstram que a escolha por determinados espaços de lazer na cidade de Maceió/AL também é marcada pela questão racial. Na percepção dos(as) discentes, existem os espaços de pertencimento, como mencionado por D1 na prática do basquete, por remeter a cultura negra, bem como as praias presentes no relato dos demais, e os cinemas e festas que enaltecem a cultura negra. Conforme afirma o(a) D3, há uma preferência por praias fora do epicentro turístico de Maceió/AL, optando por áreas mais afastadas por ainda manterem aspectos vinculados a cultura negra.

As cidades são espaços complexos, nos quais a padronização dos modos de vida ocidentais gera impactos nas relações de pertencimento desenvolvidas pelos sujeitos nos diferentes territórios. Isso ocorre mesmo em contextos urbanos constituídos por uma diversidade de grupos, manifestações culturais, e redes sociais (Cavalcanti, 2011). Além disso, a produção do espaço se dá dentro de uma lógica capitalista, na qual os detentores do capital determinam a forma de uso e apropriação do espaço, resultando no processo de segregação racial.

No entanto, os(as) participantes ressignificam os territórios das cidades e desenvolvem relações de pertencimento a partir de seus modos de vida, suas práticas sociais, culturais e cidadã. Ao iniciarem o processo de construção de uma identidade coletiva, esses sujeitos desenvolvem os vínculos de pertencimento e afeto em determinados territórios urbanos, nos quais se sentem à vontade para desenvolver as suas práticas culturais. Segundo Cavalcanti as relações desenvolvidas e (2011, p. 8)

Seus diferentes agrupamentos têm vinculações políticas, ideológicas, simbólicas, implícitas ou explícitas, sendo, de toda forma, maneiras que encontram de interpretar e de manifestar suas próprias concepções de mundo, de vida, de lugar, de espaço, maneiras de contestar a cultura dominante.

Nesse sentido, as práticas de lazer e os agrupamentos mencionados pelos(as) participantes não se caracterizam apenas como atividades recreativas, mas como forma de expressar concepções de mundo, de espaço e pertencimento. Seja por meio da capoeira, do candomblé, do cinema, de festas que enalteçam a cultura negra, de idas a praia ou a busca por espaços que remetem a memória ancestral, essas práticas constituem estratégias de contestação

da cultura dominante enraizada na sociedade. Portanto, os espaços apropriados e ressignificados pelos(as) participantes são marcados por tensões e interesse dos agentes hegemônicos.

7 PARA NÃO CONCLUIR

A partir das experiências racistas vivenciadas pelos(as) discentes negros(as) do curso de Geografia do Campus A.C Simões da Universidade Federal de Alagoas, foi possível investigar a forma como o racismo se espacializa na cidade de Maceió/AL e analisar como essa violência racial tem gerado implicações na construção de suas identidades negras.

Os resultados da pesquisa permitem afirmar que o racismo ocorre em todas as esferas da sociedade, e molda as estruturas espaciais, resultando na intensificação das desigualdades socioespaciais e raciais. Essas manifestações do racismo se apresentam de forma diversificada conforme evidenciado na categoria de análise “Experiências de racismo no contexto urbano e acadêmico”. Os(as) participantes relataram vivências racistas em diferentes territórios de Maceió/AL, como os bairros Chã do Bebedouro, Santa Lucia, Antares, Jacintinho e no centro da cidade de Maceió/AL. Esses territórios, com exceção do Antares, são majoritariamente periféricos e marcados por uma forte presença negra, onde há uma intensificação da violência racial.

As principais formas de manifestações do racismo no espaço urbano relatadas pelos(as) participantes ocorreram por meio da violência policial racializada, na qual o aparato do Estado vigia cotidianamente esses corpos e os criminaliza desde o primeiro contato, bem como a discriminação racial em espaços elitizados e historicamente pensado para a ocupação da população branca, como a universidade e os *shoppings centers* da cidade.

Nesse sentido, a instituição que os(as) participantes estão matriculados(as) não é compreendida como um espaço efetivo de acolhimento e enfrentamento do racismo, em função das lacunas existente na matriz curricular tanto do curso de Geografia quanto da universidade como um todo. Essa realidade deixa explícito que a aplicabilidade parcial das políticas públicas voltadas para o ensino da história afro-brasileira e indígena não produz resultados significativos. Além disso, a ausência de punições efetivas contra aqueles(as) que cometem crimes raciais contribui para o silenciamento do racismo institucional, visto que muitos(as) discentes relataram medo de perseguições no espaço acadêmico.

Essas ausências no contexto universitário resultam no epistemicídio dos saberes produzidos por povos historicamente marginalizados, contribuindo para enfraquecimento da luta contra o racismo. No entanto, paradoxalmente, é nesse mesmo espaço universitário que

tem sido construído os espaços de aquilombamento, como forma de proteção e autocuidado onde as vítimas de racismo compartilham as experiências racistas vivenciadas nos diferentes territórios de Maceió/AL e fortalecem suas identidades negras.

Os dados evidenciam que a construção da identidade negra é um processo política e coletiva, no qual os grupos, movimentos sociais, grupos de pesquisas e órgãos institucionais atuam no enfrentamento do racismo e na minimização das injustiças raciais que impactam diretamente na forma como esses sujeitos se apropriam dos espaços da cidade. O direito a cidade vai além do acesso a moradia, abrangendo a possibilidade de que todos(as) tenham a liberdade de frequentar os diversos espaços da cidade, expressar sua cultura e construir suas identidades.

Entretanto, é evidente que a população negra e indígena não tem esse direito assegurado, visto que suas práticas culturais e religiosas continuam sendo criminalizadas e discriminadas, como no caso da capoeira e da intolerância religiosa expressa pela demonização e perseguição as religiões de matriz africana. As situações racistas relatadas pelos(as) participantes causam danos irreparáveis, que atravessam as dimensões psicológicas, emocionais, sociais e profissionais, resultando, em muitos casos, na negação dessa identidade negra, na dificuldade de aceitação familiar e no afastamento de suas origens.

Na categoria “Construção e afirmação da identidade negra”, foi evidenciado que esse processo de construção da identidade ocorre de forma dolorosa, atravessado por experiências de racismo, conflito e negação, produzindo sentimento de não pertencimento. No entanto, as trocas afetivas nos espaços de aquilombamento, a busca por leituras não eurocêntrica, o apoio dos amigos, familiares e terreiros religiosos contribuem significativamente para a construção de si mesmo e para a afirmação das identidades e territorialidades desses sujeitos como estratégia enfrentamento do racismo no dia-a-dia. É a partir dessas experiências que esses sujeitos constroem suas espacialidades, compreendidas como espaços de atuação e existência.

Esse processo também se expressa no desenvolvimento de territorialidade, por meio da corporeidade, da militância em movimentos sociais, da participação em grupos de pesquisa, e da construção de vínculos de pertencimento com determinados espaços da cidade de Maceió/AL, especialmente aqueles que preservam a memória ancestral.

Na categoria “Sonhos e projetos de vida”, ficou evidente que, apesar de terem suas trajetórias socioespaciais marcadas pelo racismo, os sonhos e projetos de vida dos(as) participantes não são limitados a essas experiências. Deste modo, seus sonhos estão relacionados a conclusão do curso de graduação, a inserção no mercado de trabalho e a construção de uma vida digna. O que para alguns é considerado um direito básico, para essa

população historicamente marginalizada e estigmatizada se transforma em uma conquista, devido as desigualdades raciais e a segregação social que dificulta a permanência e a conclusão do ensino superior.

Assim como ocorre nas cidades brasileiras, Maceió/AL apresenta uma estrutura urbana marcada pelo o racismo estrutural, na qual o direito ir e vir, e se apropriar de determinados espaços da cidade é negado a população negra. O racismo, enquanto relação de poder molda o espaço geográfico e produz desigualdades socioespaciais e raciais, resultando na segregação desses sujeitos, visto que as relações raciais são inerentes as dinâmicas sociais.

Ao trazer essa discussão para o campo da Geografia, se buscou destacar a intersecção entre as categorias raça, gênero, classe e espaço, compreendidas como categorias que atuam de forma articulada no processo de produção e reprodução das desigualdades socioespaciais. Considerando que os sujeitos são valorizados socialmente conforme os território que ocupam, se observa que os territórios ocupados por negros(as) e indígenas tendem a ser estigmatizados e marcados por situações de racismo, violência e desigualdades. Deste modo, as análises socioespaciais não devem se limitar a classe social, mas incorporar raça e gênero como elementos centrais na compreensão das desigualdades.

Ao incorporar essas dimensões nas análises espaciais, se torna possível compreender com profundidade a distribuição espacial da população e sua permanência em determinados espaços. Além disso, as lacunas no processo de enfrentamento do racismo, especialmente no âmbito educacional, institucional e jurídico. Os dados deixam explícito a necessidade de pensar de forma decolonial, rompendo com o pensamento hegemônico eurocêntrico que estrutura a educação, as políticas públicas e as experiências da população negra. Neste contexto, o racismo, se apropria da cultura e da identidade, limitando a circulação e a apropriação dos grupos historicamente marginalizada nos espaços da cidade.

Por fim, se ressalta a importância da construção da identidade negra como um processo coletivo e político, fundamental para as transformações das estruturas vigentes. A pesquisa buscou dar o lugar de fala aos(as) discentes, conforme discutido por Djamila Ribeiro (2019), reconhecendo que ninguém melhor que as próprias vítimas de racismo para relatar suas experiências, dores, anseios e sonhos. Esse lugar não é marcado por privilégios, mas por opressões e violências que historicamente marcam as suas trajetórias.

Portanto, este estudo contribui para o entendimento das desigualdades raciais e o papel estruturante do racismo na produção do espaço geográfico, além de valorizar práticas de aquilombamento, autocuidado, a afirmação das identidades negras e a reivindicação dos direitos dos grupos historicamente marginalizados. A luta pelo enfrentamento do racismo se dá

cotidianamente, e promover discussões críticas voltadas para a construção de uma Geografia antirracista constitui um passo fundamental para a transformação social e a desconstrução dos estereótipos e estigmas na sociedade, além de subsidiar no desenvolvimento de políticas públicas que minimizem os danos causados pelo racismo na cidade Maceió/AL.

REFERÊNCIAS

- AUGUSTO, N.; ROSELINO, J. E.; FERRO, A. R. A evolução recente das desigualdades entre negros e brancos no mercado de trabalho das regiões metropolitanas do Brasil. **Revista Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 105- 127, set. 2015.
- ALMEIDA, S. **O que é racismo estrutural?** .1. ed. Belo Horizonte: Letramento, 2018. 204 p.
- ALMEIDA, J. F. Territorialidades negras e segregação racial na cidade. **Revista Salvador e Suas Cores**, Bahia, v. 1, n. 1, p. 33-48, out. 2024.
- AMORIM, F. C. Racismo em relações de consumo e contribuições á luta antirracista. *Revista Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 1-25, jan, 2024.
- ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2025. **19º anuário de segurança pública**. 2025. São Paulo: Fórum brasileiro de segurança pública, 2025. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/c3605778-37b3-4ad6-8239-94e4cb236444>. Acesso em: 19 jul. 2025.
- ANUNCIAÇÃO, D.; TRAD, L. A. B.; FERREIRA, T. “Mão na cabeça!”: abordagem policial, racismo e violência estrutural entre jovens negros de três capitais do Nordeste. **Revista Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 1-13, jan. 2020.
- ANDRADE, F. J.; ANDRADE, R. Raça, crime e justiça. In: LIMA, R. S.; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. de. G. (orgs.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2014. p. 256-264.
- ARROYO, M. G. A. Os movimentos sociais e a construção de outros currículos. **Educar em Revista**, Paraná, v. 31, n. 55, p. 47-68, fev. 2015.
- BARRETO, A. C. de. J. Desigualdades sócio-raciais e segregação urbana: estudo de caso. **Revista Sapiens**, Minas Gerais, v.1, n. 1, p. 1-15, fev. 2019.
- BARROS, J. R.; RODRIGUES, L. F. B. Uma abordagem do racismo brasileiro a partir de Quijano. **Revista Odere**, Bahia, v. 4, n. 8, p. 292-311, jul./dez. 2019.
- BENTO, M. A. S. Braqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, I.; BENTO, M. S. (orgs.). **Psicologia social do racismo**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002, p. 25-58.
- BENTO, A. V. Como fazer uma revisão da literatura: considerações teóricas e práticas. **Revista Já**, São Paulo, v. 7, n. 65, p. 42-44, mai. 2012.
- BENTO, C. **O pacto da branquitude**. 1. ed. São Paulo: Companhia de letras, 2022. 152p.
- BIKO, S. **Escrevo o que eu quero**. 1. ed. São Paulo: Ática S.A, 1990. 184 p.
- BORGES, J. A. de. M.; PURIFICAÇÃO, M. M.; CATARINO, E. M. O racismo e o mito da democracia racial: formas de opressão a população negra. **Revista Educação, Psicologia e Interfaces**, [s.l.], v. 7, n. 1, p. 1-16, nov. 2023.

BEZERRA, T. de. M. Racismo e território: um corpo que transita como alvo. *In:* SEMINÁRIO INTERNACIONAL EM DIREITOS HUMANOS E SOCIEDADE, 3., 2022, Criciúma. **Anais [...]**. Criciúma: UNESC, 2022. p. 1-18.

BRASIL. **Parecer nº 3, de março de 2004**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: Conselho Nacional da Educação, [2004]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf. Acesso em: 20 jun.2024.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática 'História e Cultura Afro-Brasileira', e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [2018]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/. Acesso em: 10 jan. 2023.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Presidência da República, [1988]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 19 jul. 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Observatório nacional dos direitos humanos. Indicadores de violência letal: mortes por intervenção policial. Brasília: MDH, 2024. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/13916?mode=full>. Acesso em: 19 jun. 2025.

BRASIL. **Ministério da Igualdade Racial**. Guia de orientações para denúncias de racismo religioso. Brasília: Presidência da República, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/guia-denuncias-racismo-religioso/cartilha-enfrentamento-ao-racismo-religioso.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11. 635, de dezembro de 2007**. Dispõe sobre a instituição do dia nacional de combate a intolerância religiosa. Brasília: Presidência da República [2007]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11635.htm. Acesso em: 9 nov. 2025.

BRITO, A. C. de. Lares negros olhares negros: identidade e sociabilidade em famílias negras e inter-raciais. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 15, n. 15, p. 74-102, jan./jun. 2013.

BRITO, G.; MENDONÇA, P. R.; ROLNIK, R. Territórios de exclusividade branca. **Revista Brasileira de Direito Urbanístico**, Belo Horizonte, v. 9, n. 17, p. 35- 59, dez. 2023.

CARDOSO, J. S. História e Cultura Afro-Brasileira e Africana: Contribuições para o trabalho em Geografia. **Dia da Educação**, 2005. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/442-4.pdf>. Acesso em: 25 de mai.2023.

CARA, R. B. Territorialidade e identidade regional no Sul da província de Buenos Aires. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (orgs.). **Território, globalização e fragmentação**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 261-269.

CARVALHO, J. C. de. P. Etnocentrismo: inconsciente imaginário e preconceito no universo das organizações educativas. **Revista Interface**, Boducatu, v.1, n.1, p. 181-185, ago. 1997.

CARVALHO, C. P. de. Formação territorial (1500- 1706). In: CARVALHO, C. P. de. **Formação histórica de Alagoas**. 6. ed. Maceió: EDUFAL, 2021, p. 11-96.

CARNEIRO, S. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023. 431 p.

CANEIRO, S. **Sexismo e desigualdades no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Selo Negro, 2011. 190 p.

CAMPOS, A. **Do quilombo à favela**: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro. 3. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2019, p. 208.

CAVALCANTI, L. de. S. Aprender sobre a cidade: a geografia urbana brasileira e a formação de jovens escolares. **Revista Geográfica de América Central**, Costa Rica, v. 1, n. 2, p. 1-18, jul./dez. 2011.

CIRQUEIRA, D. M. **Inscrições da racialidade no pensamento geográfico (1880-1930)**. 2015. 2016 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

CIRQUEIRA, D. M.; CORRÊA, G. S. Questões étnico-racial na geografia brasileira: em debate introdutório sobre a produção acadêmica nas pós-graduações. **Revista da Anpege**, [s.l], v. 10, n. 13, jan./jun. 2014.

CORRÊA, G. S. O branqueamento da população como branqueamento do território. In: DAMASCENO, I.; MALHEIROS, T. (orgs.). **Espaços plurais**. Rio de Janeiro: Consequências, 2018, p. 15-38.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 2. ed. São Paulo: Séries Princípios, 1999. 94 p.

COSTA, M. C. da. O berimbau na cidade: história, resistência e memória social da capoeira. In: CONGRESSO DE PESQUISADORES NEGROS, 10., 2018, Uberlândia. **Anais [...]**. Uberlândia: UFC, 2018. p. 1-16.

CRENSHAW, K. Documento para encontro de especialista em aspectos da discriminação racial relativos do gênero. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan./abr. 2002.

CRUZ, M. dos. S. Uma abordagem sobre a história da educação dos negros. In: ROMÃO, J. (org.). **História da educação do negro e outras histórias**. 1. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 21-34.

CRUZ, V. do. C. Territorialidades, identidades e lutas sociais na Amazônia. In: ARAÚJO, F. G. B. de.; HAESBERT, R. (orgs.). **Identidades e territórios**: questões e olhares contemporâneos. 1. ed. Rio de Janeiro: Access, 2007. p. 93-122.

CRUZ, C. D. S. da.; SANTANA FILHOS, D. M. de. Racismo e direito á cidade: uma análise sobre a cidade de Salvador. **Revista Opará**, v. 8, n. 12, p. 1-15, dez. 2020.

DAMASCENA, O. S. MIRANDA, E. O.; SILVA, M. C. de. P. Identidade negra, educação e silenciamento: o olhar pedagógico para aplicação da lei 10.639/03. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 53, p. 248-261.

DOMINGUES, P. O mito da democracia racial e mestiçagem no Brasil. **Revista Diálogos Latino-Americanos**, [s.l.], v. 6, n. 10, p. 1-16, jan. 2005.

FANON, F. **Pele negra máscara branca**. 5. ed. São Paulo: UBU Editora, 2020. 320 p.

FARIA, I. F.; CASTRO, C. C.; OSOEGAWA, D. K. Povos indígenas: da negação da identidade e do território ao direito originário á terra no Amazonas. **Revista Ciência Geográfica**, Bauru, v. 26, n. 2, p. 926-950, jul. 2022.

FERREIRA, D. C.; RATTS, A. Geografia da diferença: diferenciações socioespaciais e raciais. **Revista GeoAmazonia**, Belém, v. 4, n. 7, p. 97-105, jan./jun. 2016.

FERNANDES, V. B.; SOUZA, M. C. C. C. de. Identidade negra entre a exclusão e liberdade. **Revista de Estudos Brasileiros**, São Paulo, v. 1, n. 63, p. 104-120, abr. 2016.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**: ensaio de interpretação sociológica. 5 ed. São Paulo: Editora Globo, 2008. 896 p.

FORTES, G. B. Reflexões sobre o território: ideias a serem exploradas a partir do diálogo da Geografia com outras ciências. **Revista Geo UERJ**, Rio de Janeiro, [s.v], n.33, p. 1-18, dez. 2018.

FREYRE, G. de. M. **Casa grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. 48. ed. São Paulo: Global, 2003. 719 p.

GÉLEDES – Instituto da Mulher Negra. Maceió e Arapiraca estão no topo de ranking de violência contra jovens. São Paulo, 2013. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/maceio-e-arapiraca-estao-no-topo-de-ranking-de-violencia-contra-jovens/>. Acesso em: 2 ago. 2025.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 208 p.

GIROTTI, E. D.; BENEDETTI, A.C. “Porque isso era mostrar o quanto eu era forte” a lei 10639 e o Ensino de Geografia: um estudo de caso na cidade de São Paulo. **Revista GEOUERJ**, Rio de Janeiro, n. 33, p. 1-12, jul./dez. 2018.

GOÉS, J. M. de. Reflexões sobre a pigmentocracia e colorismo no Brasil. **Revista Relações Sociais**, Minas Gerais, v. 5, n. 4, p. 1-22, jan. 2022.

GODOY, P. R. T.de. A cidade no Brasil- período colonial. **Revista Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 12, n. 38, p. 8-15, jun. 2011.

GOMES, N. L. **O movimento negro educador**: saberes construindo nas lutas emancipatórias. 8. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2017. 154 p.

GOMES, N. L. “Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão”. In: BRASIL. **Educação anti-racista**: caminhos abertos pela lei federal nº 10.639/03 Brasília: MEC, Secretaria de Educação Continuada e Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 39-62.

GONZALEZ, L. de. A. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: RIOS, F.; LIMA, M. (org.). Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. 1.ed. Rio de Janeiro: Zhar, 2020. p. 67-83.

GONZALEZ, L. de. A.; HASENBALG, C. **Lugar de negro**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1982. 114p. (Coleção 2 pontos, 1906).

GONÇALVES, E. P. **Conversas sobre iniciação a pesquisa científica**. 1. ed. Campinas: Alinea, 2001. 80 p.

HOFBAUER, A. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão**. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010. 456 p.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006. 102 p.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 1. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2004. 396 p.

HAESBAERT, R. Dilemas de conceito: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M. A. SPOSITO, E. S. (orgs.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 1. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Manifestações da cultura no espaço**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora do UERJ, 1999. p. 169-189.

IBGE. INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desigualdades por cor ou raça no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html>. Acesso em: 20 jul. 2024.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Favelas e comunidades urbanas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022a. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html?localidade=BR&tema=7>. Acesso em: 4 mai. 2025.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022b. Disponível: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 30 jul. 2024.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **O Brasil indígena**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022c. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/brasil-indigena/>. Acesso em: 20 dez. 2025.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/maceio/panorama>. Acesso em: 30 jul. 2024.

IPEA. INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA. **Atlas da violência**. Brasília: IPEA, 2025. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>. Acesso em: 1 jul. 2025.

KRZYZANOWSKI JÚNIOR, F. MAXIMO, S. R. H. A. As redes sociais no processo de busca de informações científicas no ensino médio: um estudo de caso nas aulas de microbiologia. In: SILVA, C. D. D. da. (org.). **Ciências biológicas realidades e virtualidade**. 1. ed. Paraná: Atena, 2020. p. 194-205.

LA BLACHE, P. V. de. **Princípios da Geografia humana**. Tradução de MARTINS, F. 2. Ed. São Paulo: Cosmos, 1954. 196 p.

LIMA, E. R; FERREIRA, G. H. C. Uma percepção geográfica da temática afro-brasileira na escola. **Revista Educação**, Batatais, v.8, n.2, p.143-167, jan. /jun. 2018.

LEMOS, I. B. de. Narrativas de cotistas raciais sobre suas experiências na universidade. **Revista Brasileira de Educação**, [s.l.], v. 22, n. 71, p. 1-25, mar. 2017.

LOPES, N. **Enciclopédia brasileira da diáspora africana**. 4. ed. São Paulo: Selo Negro, 2011. 752 p.

LOPES, A. J. S.; TRAVALHA, C. C. X. A pedagogia de terreiro como prática educativa de resistência. **Revista SCIAS. Direitos Humanos e Educação, Belo Horizonte**, v. 8, n. 2, p. 190-208, jul./dez. 2025.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 1. ed. São Paulo: EPU, 1986. 128 p.

LUGANO, M. Colonialidade y gênero. *Revista Tabula Rasa*, Bogotá, v.1, n. 9, p. 73-101, jul./dez. 2008.

MAIA, B. S. R.; MELO, V. D. S. de. A colonialidade do poder e suas subjetividades. **Revista Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 15, n. 2, p. 231-242, mai. 2020.

MACHADO, J. R. de F. Metodologias de pesquisa: um diálogo quantitativo, qualitativo e quati-qualitativo. **Revista Devir Educação**, Lavras, v. 7, n. 1, p. 1-21, jul. 2023.

MARCONDES, N. A. V.; BRISOLA, E. M. A. Análise por triangulação de métodos: um referencial para pesquisas qualitativas. **Revista Univasp**, São José dos Campos, v. 20, n. 35, p. 201-207, jul. 2014.

MARCELINO, J. da. S. A narrativa racial no pensamento geográfico: notas para um debate. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Três Lagoas, v. 1, n. 34, p. 151-189, dez. 2021.

MARQUES, D.; CORREIA, R. L. L. da. S. Do memorial Zumbi às políticas de ações afirmativas: 40 anos de ações afirmativas da UFAL em parceria com o Movimento Negro. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO*, 45., 2022, Paraíba. **Anais [...]**. Paraíba: UFPB, 2022.

MALACHIAS, A. C. **Geografia e relações raciais**: desigualdades socioespaciais em preto e branco. 2006. 229 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MANSUR, M.; WANDERLEY, L. J. Quando a mineração destrói a cidade. *In: MANSUR, M.; WANDERLEY, J. L. (orgs.). Colapso mineral em Maceió*: Braskem e o apagamento das violências. 1. ed. Brasília: Comitê nacional em defesa dos territórios frente a mineração, 2023, p. 8-16.

MERLO, H. R. A mestiçagem como conceito histórico: uma descrição teórica. *Revista de Teoria e História*, Goiás, v. 26, n. 1, p. 100-119, jun. 2023.

MINAYO, M. C. de S.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementariedade?. **Revista Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul/set, 1993.

MOORE, C. W. A humanidade contra si mesma para uma nova interpretação epistemológica do racismo e de seu papel estruturante na história do mundo contemporâneo. *In: FÓRUM INTERNACIONAL AFRO-COLOMBIANO*, 1., 2011, Bogotá. **Anais [...]**. Bogotá: UFSM, 2011. p. 1-23.

MOORE, C. **Racismo e sociedade**: novas bases epistemológicas para entender o racismo. 1. ed. Belo Horizonte: Mazza, 2007. 320 p.

MONTEZUMA, R. de. C. M. Racismo ambiental. *In: COUTO, A. C. O.; MENDES, L. A. S. (orgs.). Geografias pretas*: resistências e existências no Brasil contemporâneo. Belém: GAPTA, 2023. p. 13-25.

MORAES, A. C. R. (org.). *Antropogeografia*. 1. ed. São Paulo: Global, 1990. 200 p.

MUNANGA, K. Negritude e identidade negra ou afrodescendente: um racismo ao avesso?. **Revista ABPN**, [s.l.], v. 4, n. 8, p. 6-14, jul/out. 2019.

MUNAGA, K. Uma abordagem conceitual de raça, racismo, identidade e etnia. *In: SEMINÁRIO NACIONAL RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO*, 3., 2003, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: PENESB, 2003. p. 1-7.

MUNANGA, K. **Origem e história do quilombo na África**. *Revista USP*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 58-63. dez./fev. 1996.

MUNANGA, K. Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre o discurso anti-racista no Brasil. *In: SPINK, M. P. (org.). A cidadania em construção*. São Paulo: Cortez, 1994. p. 170-185.

MOURA, A. B. F.; LIMA, M. do. G. S. B. A reinvenção da roda: roda de conversa, um instrumento metodológico possível. *Revista Interfaces da Educação*, Mato Grosso, v. 5, n. 15, p. 24-35, jan. 2015.

NACISMENTO, B. **Quilombo e intelectual**: possibilidades dos dias da destruição. 1. ed. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018. 487 p.

NASCIMENTO, B. Quantos caminhos percorro. In: RATTIS, A. (org.). **Eu sou atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. 1. ed. São Paulo: Instituto Kuanza, 2006. p. 15-43.

NASCIMENTO, A. do. **O genocídio do negro**: processo de um racismo mascarado. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1978. 183 p.

OLIVEIRA, K. R. A. **A questão racial nas revistas de Geografia qualis A1**: algumas reflexões para construção de uma Geografia antirracista. 2024. 148 p. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, 2024.

OLIVEIRA, E.N. da. Maceió cidade setecentista e oitocentista. **Revista Jamaxi**, Acre, v.2, n. 2, p. 14-24. nov, 2022.

PACCINE, J. L. V. *et al.* Reflexões sobre a noção de raça/racismo e suas implicações. **Revista Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 8, n. 2, p. 10762-1778, fev. 2022.

PALMA, Y. A. *et al.* O impacto do racismo na saúde mental das pessoas negras universitárias, **Revista África e Africanidades**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 54, p. 1-13, jan. 2025.

PANTA, M. População negra e o direito á cidade: interfaces entre raça e espaço urbano no Brasil. **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 79- 100, jan./ abr. 2020.

PANTA, M.; PALISSER, N. “Identidade nacional” versus “identidade negra”: reflexões sobre branqueamento, racismo e construção identitárias. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 17, n. 195, p. 116-127, ago. 2017.

Pesquisa do Instituto Peregrum com o Projeto SETA apresenta dados sobre percepção do brasileiro sobre racismo. **Instituto de Referência Negra Peragum**, Brasília, 2023. Disponível em: <https://peregum.org.br/2023/07/27/pesquisa-do-instituto-peregum-com-o-projeto-seta-apresenta-dados-sobre-percepcao-do-brasileiro-em-relacao-ao-racismo/>. Acesso em: 1 mai.2025.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 227-278.

RABELO, F. de. L. M. Aquilombar em busca de direitos: reflexões acerca da realidade de jovens brasileiros mais especificamente no contexto de Belo Horizonte e região metropolitana. **Revista Kwanissa, Maranhão**, v. 4, n. 9, p. 149-161, jun. 2021.

RIMOLI, T. M.; SANTOS, A. M. B. dos.; PIRES, de. J. A.; MENDES, E. C. Aquilombamento como ferramenta de resistência e promoção de saúde da população negra. **Revista Saúde Coletiva**, Feira de Santana, v. 13, n. 2, p. 1-7, nov. 2023.

RIBEIRO, D. **Pequeno Manual antirracista**. São Paulo: Companhia de letras, 2019. 136 p.

RUFINO, Performances afro-diaspórica e decolonialidade: o saber corporal a partir de Exu e suas encruzilhadas. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 1, n. 40, p. 54-80, abr. 2014.

SSP AL. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA DE ALAGOAS. Boletim mensal de vítimas por crimes violentos e intencionais (CVLI) referente ao mês de outubro no estado de Alagoas. Alagoas: SSP, 2025. Disponível em: https://seguranca.al.gov.br/?page_id=6541. Acesso em: 14 mai.2025.

SAFFIOTI, H. A realidade nua e crua. In: CHAVES, R.; COSTA, R. M. da. (eds.). **Gênero patriarcado violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015. p. 11-40.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2006. 260 p.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. **Revista Geographia**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.1-13, set. 1999.

SANTOS, M. As cidadanias mutiladas. In: CARDOSO, R. *et al.* (orgs.). **O preconceito**. 1. Ed. São Paulo: IMESP, 1996/1997. p. 133-144.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. *Revista Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, v. 1, n. 54, p. 81-99, out. 1977.

SANTOS, M. F. P. dos. O Estágio Supervisionado enquanto locus de fortalecimento da identidade docente In: TELES G. A. *et al.* (orgs.). **Educação Geográfica e formação de professores no Brasil e Portugal: trajetórias e atualidades**. Sobral, CE: Sertão Cult, 2024. 125-137.

SANTOS, R. R. dos. As políticas de branqueamento (1888-1920): uma reflexão sobre o racismo estrutural brasileiro. **Por dentro da África**, 2019. Disponível em: <https://pordentrodaafrica.com/cultura/as-politicas-de-branqueamento-1888-1920-uma-reflexao-sobre-o-racismo-estrutural-brasileiro>. Acesso em: 2 jun. 2025.

SANTOS, A. S. dos.; ABREU-AOKI, R. A construção de representações negras positivas em ambientes virtuais: resgate por meio da oralidade. In: LANGARO, C. S.; SILVA, M. (orgs.). **Autorias de mulheres na literatura e em outras expressões artísticas**: vivências, memórias e histórias. 1. ed. Maranhão: Uema, 2024. p. 96-107.

SANTOS, R. E. Expressões espaciais das relações raciais: algumas notas. *Revista Boletim Campineiro de Geografia*, Campinas, v. 12, n. 1, p. 11-28, mar. 2022.

SANTOS, R. E. dos. (org.). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na geografia do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Autêntica, 2013. 216 p.

SANTOS, R. E. dos. Sobre espacialidades das relações raciais: Raça, racialidade e racismo no espaço urbano. In: SANTOS, R. E. dos. (org.). **Questões urbanas e racismo**. 1. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2012. p. 15-45.

SANTOS, R. E. A lei 10.639 e o Ensino de Geografia: construindo uma agenda de pesquisa-ação. *Revista Tamoios*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 4-24, set. 2011.

SANTOS, R. E. Redescutindo o ensino de geografia: temas da lei 10.639. 2. ed. Rio de Janeiro: CEAP, 2009, 78 p.

SANTOS, M. N. dos.; FREITAS, J. V. de.; PORTO, G. C. S. O conceito de território usado de Milton Santos a partir da cidadania. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRÁFAS E GEÓGRAFOS, 20., 2022, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: AGB, 2022. p. 1-11.

SANTOS, J. A. dos. **Por uma abolição a contrapelo**: trabalho, cotidiano e resistência da população negra em Maceió (1879-1897). 2023. 76 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso: licenciatura) – Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023.

SANTOS, Y. L. dos. **Racismo brasileiro**: uma história da formação do país. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2022. 336 p.

SANTOS, J. M. C. dos.; CORREIA FILHO, A. S. Aquilombamento como estratégia de cuidado e permanência de estudantes negros da universidade federal de Alagoas. **Revista Nzing**, Foz de Iguaçu, v. 1, n. 1, p. 14-29, out. 2025.

SANSONE, L. Nem somente preto ou negro: o sistema de classificação racial no Brasil. **Revista Afro-Ásia**, Salvador, v. 1, n. 18, p. 165-187, nov. 1996.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A. SPOSITO, E. S. (orgs.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 1. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. 3. ed. São Paulo: Outras expressões, 2013. 192 p.

SOARES, C. E. L. **A negrada instituição**: as capoeiras 1850-1890. 1993. 260 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciência Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

SOUZA, N.S. **Torna-se negro**. 10. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. 171 p.

SILVA, A. M. N.; RODRIGUES, M. J. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores (IBGE,2019), **Revista da Anpege**, Fortaleza, v. 19, n. 38, p. 3-19, jul. 2023.

SILVA, J. E. R. da. **Abordando o racismo e o preconceito nas aulas de Geografia**: reflexões desafios e perspectivas. 2023. 70 f. Monografia (Trabalho de conclusão de curso) – Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023.

SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século 21– a história de um livro. **Revista ACTA Geográfica**, Roraima, v. 1, n. 1, p. 151-163, fev. 2011.

TAVARES, D.C. Explicando o racismo no Brasil usando Lélia Gonzalez em sala de aula: possibilidades de construir uma aula antirracista. **Revista Semina**, Passo Fundo, v. 21, n.3, p. 103-118, abr./set. 2022.

TENÓRIO, D. A. A presença negra e a identidade alagoana. *In*: FERREIRA, C. (org.). **A presença negra em Alagoas**. 2. ed. Brasília: Senado Federal, 2024, p. 11-33.

TEREZA, C. D. C.; CASAGRANDE, F. G. de R. Educação antirracista: coletivo negro como possibilidade de articulação e luta por reconhecimento na educação básica. **Revista Caderno CIMEAC**, Minas Gerais, v. 14, n. 2, p. 8-33, jan. 2024.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1987. 175 p.

THEODORO, M. (org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos de abolição**. 1. ed. Brasília: IPEA, 2018. 180 p.

UFAL. UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. **UFAL em números. Maceió**: UFAL, 2020. Disponível em: <https://numeros.ufal.br/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

VIEIRA, A. dos. S.; SILVA, A. S. da. Do movimento negro até a lei 10. 639/03: percurso de uma educação antirracista. **Revista Devir Educação**, Lavras, v. 7, n. 1, p. 1-16, jan. /dez. 2023.

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO- TCLE

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) vinculado ao Instituto de Geografia Desenvolvimento e Meio Ambiente (IGDEMA) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), sob responsabilidade da pesquisadora Jessica Emanuelle Ramos da Silva e a orientação da Profª. Dra. Maria Francineila Pinheiro dos Santos, intitulado como “A carne mais barata do mercado é a carne negra”: espacialização do racismo em Maceió/AL e seus impactos na construção da identidade negra dos discentes da Universidade Federal de Alagoas.

O nosso objetivo é investigar como o racismo se espacializa na cidade de Maceió/AL a partir das experiências racistas vivenciadas pelos (as) discentes negros (as) do curso de Geografia do Campus A.C. Simões da Universidade Federal de Alagoas nos diferentes territórios da cidade Maceió/AL, analisando os impactos dessas experiências na construção de suas identidades negras. Cabe salientar, que o interesse em trabalhar a respectiva temática, surge da necessidade de pensarmos em estratégias eficazes para combater o aumento de casos de racismo em nossa sociedade.

Caso haja alguma palavra ou frase que você não consiga entender, converse com o pesquisador responsável pelo estudo para esclarecê-los. A proposta deste termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) é explicar tudo sobre o estudo e solicitar a sua permissão para participar do mesmo.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa e lhe asseguramos que seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo através da omissão total de quaisquer informações que permitam identificá-lo (a).

Neste sentido, esse estudo pretende:

- Compreender como as categorias raça e racismo foram consolidadas historicamente, configurando o racismo a brasileira;
- Averiguar de que maneira a formação socioespacial de Alagoas responde estruturalmente ao racismo, analisando a forma como esse fenômeno afeta a população negra de Maceió/AL;
- Identificar como ocorre o processo de construção da identidade negra no Brasil, e no âmbito na Universidade Federal de Alagoas, considerando a atuação do Movimento

Negro;

- Discutir a reverberação do racismo em Maceió/AL a partir da percepção dos (as) discentes negros (as) do curso de Geografia da UFAL
-
- **ENVOLVIMENTO NA PESQUISA:** Ao participar deste estudo você irá disponibilizar dados sobre suas percepções acerca do racismo vivenciado e/ou observados nos territórios de Maceió/AL e as implicações dessas experiências na construção de sua identidade negra, esses dados serão coletados no Campus A.C. Simões pelo pesquisador responsável de forma presencial por meio do preenchimento de uma roda de conversa e em seguida a aplicação de um questionário, que pode ser respondido em aproximadamente 25 minutos;

 - **RISCOS E DESCONFORTO:** De acordo com a resolução Nº 466, de dezembro de 2012, toda pesquisa com seres humanos envolvem riscos que podem causar danos físicos, psíquicos, moral, intelectual, social e espiritual. No nosso estudo os possíveis riscos e desconfortos estão relacionados a questões emocionais e psicológicos, visto que você pode se sentir desconfortável ao relatar as experiências racistas observadas e/ou vivenciadas. No entanto, garantimos que será mantido o anonimato dos participantes, e caso você venha a sofrer qualquer tipo de prejuízo durante sua participação na pesquisa conforme decisão judicial ou extrajudicial, previsto ou não neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, poderá ser indenizado, pela instituição de pesquisa e o patrocinador, com direito a assistência integral, gratuita e pelo tempo necessário. Cabe salientar, que você não terá nenhum tipo de despesa por participar deste estudo, e não há compensação financeira relacionada à sua participação, que será voluntária. Além disso, você tem todo o direito de recusar-se a responder qualquer pergunta que considere constrangedora. Caso você decida não participar, ou ainda, desistir de participar e retirar seu consentimento durante a pesquisa, não haverá nenhum prejuízo;

 - **BENEFÍCIOS:** Os possíveis benefícios resultantes da sua participação na pesquisa são individuais e/ou coletivos, visto que a pesquisa dar oportunidade para que você compartilhe de forma segura e anonimata as experiências racistas vivenciadas e/ou observadas nos territórios de Maceió/AL. Além disso, proporcionará um melhor entendimento sobre a realidade enfrentada pelos (as) discentes negros (as) do Campus A.C Simões, contribuindo para o desenvolvimento de ações, práticas, e políticas públicas efetivas para o enfrentamento do racismo na cidade de Maceió;

- **SOBRE A DIVULGAÇÃO E USO DOS DADOS:** Os dados coletados nesta pesquisa serão utilizados exclusivamente para os fins acadêmicos do estudo, com o objetivo de compreender as experiências de racismo vivenciadas pelos (as) discentes negros (as) na Universidade Federal de Alagoas (UFAL). As informações serão armazenadas de forma segura e confidencial, e inicialmente serão utilizados na dissertação de mestrado, e posteriormente poderão ser divulgados em eventos ou publicações, mantendo o anonimato dos participantes.
- **DEVOLUTIVA:** A comunidade interna e externa terá acesso a pesquisa através da sua publicização na biblioteca central da UFAL, e posteriormente através de uma cartilha digital que será disponibilizada através das redes sociais pelas pesquisadoras.
- **CONFIDENCIALIDADE:** Todas as informações coletadas nesta investigação são estritamente confidenciais. Os dados e materiais utilizados na pesquisa ficarão sobre a guarda do pesquisador em arquivos físicos e digitais. Após a conclusão da pesquisa, ficarão na posse dos pesquisadores por 5 anos e depois serão destruídos. Além disso, devido ao caráter sigiloso dos dados coletados os participantes serão codificados (D1, D2, D3) e assim por diante;
- Destacamos a importância da atuação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), para o desenvolvimento desta pesquisa, principalmente por estabelecer regras na relação da pesquisa com a sociedade e por estimular ao estudante a manter a ética e a integridade na pesquisa desde sua origem na academia, embasamento importante para fazer valer o respeito por todos os que estão envolvidos na pesquisa, e, sobretudo, evitando prováveis comportamentos abusivos.

Eu _____, tendo compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a minha participação no mencionado estudo e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a minha participação implicam, concordo em dele participar e para isso eu DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADO OU OBRIGADO.

Contato de urgência: Sr(a). Domicílio: (rua, praça, conjunto) Bloco: /Nº: /Complemento: Bairro: /CEP/Cidade: /Telefone: Ponto de referência:
--

Endereço dos responsáveis pela pesquisa:

Instituição: Universidade Federal de Alagoas

Endereço: Avenida Lorival Mota

Bloco: /Nº: /Complemento: S/N

Bairro: /CEP/Cidade: Tabuleiro dos Martins- 57082-970- Maceió –AL

Contato: (082) 99653-9484 Jessica Emanuelle Ramos da Silva e Profª. Dra. Maria Francineila
(e-mail): jessica.silva@igdema.ufa.br francineila.pinhoiro@igdema.ufal.br

Se você tiver dúvidas sobre seus direitos como participante de pesquisa, você pode contatar Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) da UFAL, pelo telefone: (82) 3214-1041. O CEP trata-se de um grupo de indivíduos com conhecimento científicos que realizam a revisão ética inicial e continuada do estudo de pesquisa para mantê-lo seguro e proteger seus direitos. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos. Este papel está baseado nas diretrizes éticas brasileiras (Res. CNS 466/12 e complementares).

ATENÇÃO: O Comitê de Ética da UFAL analisou e aprovou este projeto de pesquisa. Para obter mais informações a respeito deste projeto de pesquisa, informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo, dirija-se ao: Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas. Prédio do Centro de Interesse Comunitário (CIC), Térreo, Campus A. C. Simões, Cidade Universitária.

Telefone: 3214-1041 – Horário de Atendimento: das 8:00 as 12:00hs.

E-mail: comitedeeticaufal@gmail.com

Maceió, _____ de _____ de _____

Assinatura ou impressão datiloscópica do (a) voluntário (a) ou responsável legal e rubricar as demais folhas	Nome e Assinatura do Pesquisador pelo estudo (Rubricar as demais páginas)

APÊNDICE B

Prezado (a) discente,

Essa pesquisa tem como objetivo identificar e analisar as situações racistas que você pode estar vivenciando na cidade de Maceió/AL, buscando compreender as implicações dessas experiências na construção da sua identidade negra.

A sua participação é de extrema relevância para que possamos pensar em ações e estratégias para combater o racismo nos territórios de Maceió/AL, e especialmente no âmbito acadêmico. Você levará aproximadamente 20 minutos para preencher o questionário.

1. Qual é sua identidade de gênero?

- ☐ Mulher Cis
- ☐ Homem Cis
- ☐ Mulher Trans
- ☐ Homem Trans
- ☐ Não binária
- ☐ Outros: _____

2. Qual é sua idade?

- ☐ Menos de 18 anos
- ☐ 18 a 24 anos
- ☐ 25 a 34 anos
- ☐ 35 ou mais

3. Como você se identifica racialmente?

- ☐ Preto
- ☐ Pardo
- ☐ Indígena
- ☐ Branco
- ☐ Amarelo

4. Você ingressou através das cotas raciais?

- ☐ Sim
- ☐ Não

5. Você já vivenciou e/ou observou alguma situação racista nos territórios de Maceió/AL?

- ☐ Sim
- ☐ Não

6. Caso você tenha respondido “sim” na questão anterior, em que território (Bairro, instituição, estabelecimento) de Maceió essa situação ocorreu? Descreva.

7. Essas experiências racistas afetaram sua vida pessoal, emocional e acadêmica?
- ☐ Sim
☐ Não
8. Se você já vivenciou alguma situação de racismo, houve espaços que você se sentiu acolhido (a)? Que espaços foram esses?
9. A partir da sua vivência, você considera o IGDEMA um espaço que acolhe e promove o combate ao racismo?
10. Na sua perspectiva, quais medidas poderiam ser adotadas pela prefeitura de Maceió e pela Universidade para combater o racismo de forma mais eficaz?
11. Como foi para você perceber que é uma pessoa negra?
12. De que forma você tem manifestado suas práticas culturais, sociais ou políticas nos territórios de Maceió como forma de afirmar sua identidade negra?
13. Quais são seus sonhos ou projetos de vida?
14. O que você gosta de fazer nas horas de lazer e em quais espaços de Maceió você se sente bem para expressar quem você é?

ANEXOS

PARECER DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
ALAGOAS - UFAL

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A CARNE MAIS BARATA DO MERCADO É CARNE NEGRA: DESCORTINANDO O RACISMO VIVENCIADOS E/OU OBSERVADOS PELOS ESTUDANTES NEGROS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS NOS TERRITÓRIOS DE MACEIÓ

Pesquisador: JESSICA EMANUELLE RAMOS DA SILVA

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 85827225.1.0000.5013

Instituição Proponente: Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.701.519

Apresentação do Projeto:

O projeto de pesquisa tem como título A CARNE MAIS BARATA DO MERCADO É CARNE NEGRA: DESCORTINANDO O RACISMO VIVENCIADOS E/OU OBSERVADOS PELOS ESTUDANTES NEGROS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS NOS TERRITÓRIOS DE MACEIÓ. A respeito do tema de estudo, as pesquisadoras ensejam analisar identificar os territórios da cidade de Maceió-Alagoas onde os estudantes negros da Universidade Federal de Alagoas (Campus A.C. Simões) têm vivenciado e/ou observado situações racistas com maior incidência, e as suas implicações na construção de suas identidades negras. Em termos metodológicos as pesquisadoras definem tratar-se de uma pesquisa de natureza qualiquantitativo que terá como participantes o quantitativo de cem (100) estudantes negros da Universidade Federal de Alagoas do campus A.C. Simões e dois (2) representantes dos núcleos ou programas de enfrentamento do racismo na cidade de Maceió-AL. Quanto ao corpo teórico, esta pesquisa fundamenta-se no Materialismo Histórico e Dialético (MHD), após a coleta dos dados, será utilizado a técnica de triangulação para análise e interpretação dos dados.

Ademais, no campo da amostra de pesquisa define-se como sujeitos o quantitativo de cem (100) estudantes negros da Universidade Federal de Alagoas do campus A.C. Simões.

Acerca dos procedimentos de pesquisa e instrumentos de coleta de dados incluem a realização de entrevista, aplicação de formulário, observação sistemática. As etapas de pesquisa serão

Endereço: Av. Longitudinal UFAL 1, nº1444, térreo do prédio do Centro de Interesse Comunitário (CIC) entre o
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 57.072-900
UF: AL **Município:** MACEIO
Telefone: (82)3214-1041 **E-mail:** cep@ufal.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
ALAGOAS - UFAL



Continuação do Parecer: 7.701.519

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_2478767.pdf	23/05/2025 11:30:57		Aceito
Outros	Cartaresposta3.pdf	23/05/2025 11:28:43	JESSICA EMANUELLE RAMOS DA SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projetodemestrado.docx	23/05/2025 11:28:11	JESSICA EMANUELLE RAMOS DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEEstudantesmodificado.docx	19/03/2025 19:34:11	JESSICA EMANUELLE RAMOS DA SILVA	Aceito
Outros	questionario.docx	10/01/2025 20:22:39	JESSICA EMANUELLE RAMOS DA SILVA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	5.pdf	10/01/2025 20:20:54	JESSICA EMANUELLE RAMOS DA SILVA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	cumprimentodasnormas.doc	10/01/2025 20:17:13	JESSICA EMANUELLE RAMOS DA SILVA	Aceito
Orçamento	1.pdf	10/01/2025 20:12:28	JESSICA EMANUELLE RAMOS DA SILVA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.docx	10/01/2025 20:03:29	JESSICA EMANUELLE RAMOS DA SILVA	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderosto.pdf	10/01/2025 19:52:27	JESSICA EMANUELLE RAMOS DA SILVA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Av. Longitudinal UFAL 1, nº1444, térreo do prédio do Centro de Interesse Comunitário (CIC) entre o
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 57.072-900
UF: AL **Município:** MACEIO
Telefone: (82)3214-1041 **E-mail:** cep@ufal.br

Página 05 de 06

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
ALAGOAS - UFAL



Continuação do Parecer: 7.701.519

MACEIO, 10 de Julho de 2025

Assinado por:
Thaysa Barbosa Cavalcante Brandão
(Coordenador(a))